



FRAS-LE S.A.

**Manual para Participação de Acionistas
Assembleias Gerais Ordinária e
Extraordinária
07/04/2010 – 15 horas**

Sumário

- 1 – Mensagem do Presidente do Conselho de Administração**
- 2 – Informações gerais sobre assembleias gerais**
 - 2.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO**
 - 2.2 - Assembleia Geral Extraordinária - AGE**
- 3 – Orientações para participação nas assembleias gerais**
 - 3.1 – Acionistas**
 - 3.2 – Procuradores**
- 4 – Edital de Convocação**
- 5 – Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, de 7 de abril de 2010**
 - 5.1 – Assembleia Geral Ordinária - AGO**
 - 5.2 – Assembleia Geral Extraordinária - AGE**

- Anexo I –** Modelo de procuração sem orientação de voto
- Anexo II –** Modelo de procuração com orientação de votos
- Anexo III –** Relatório Anual dos Administradores – 2009; Demonstrações Financeiras Auditadas com o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; e, Declaração da Diretoria
- Anexo IV –** Parecer do Conselho Fiscal
- Anexo V –** Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 02/10
- Anexo VI –** Comentários dos Administradores relativos a situação financeira da Companhia
- Anexo VII –** Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido
- Anexo VIII –** Currículos dos candidatos e as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.
- Anexo IX –** Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais
- Anexo X –** Proposta da Diretoria para Aumento do Capital e Bonificação em Ações
- Anexo XI –** Parecer do Conselho Fiscal
- Anexo XII –** Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 03/10
- Anexo XIII –** Estatuto Social com descrição da atual redação e da redação proposta

1 – Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Caxias do Sul (RS), 17 de março de 2010.

Prezados Acionistas,

Apresentamos o Manual para Participação de Acionistas em assembleias gerais da Companhia, contendo todas as informações sobre as matérias incluídas na Ordem do Dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas cumulativamente, no dia 7 de abril de 2010, às 15 horas, bem como orientações para o exercício de seu direito de voto.

Nesse sentido, temos o prazer de convidá-los para as referidas Assembleias Gerais, as quais acontecerão na sede social da Companhia, localizada na Cidade de Caxias do Sul, Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta.

Os assuntos a serem tratados constam da ordem do dia estão descritos no Edital de Convocação a ser publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia, e disponível na página da rede mundial de computadores da Companhia, www.frasle.com/ri, da CVM, www.cvm.gov.br e da BM&FBovespa, www.bovespa.com.br.

Este Manual apresenta, de forma clara e objetiva, informações adicionais às Assembleias Gerais, possibilitando aos senhores participarem da discussão de questões relevantes para a Companhia, a qual vem atuando de modo a aprimorar suas práticas de Governança Corporativa.

Colocamo-nos à disposição para informações adicionais.

Atenciosamente,

Raul Anselmo Randon
Presidente do Conselho de Administração

2 – Informações gerais sobre assembleias gerais

As matérias relativas as assembleias gerais, estão regulamentadas nos Artigos 121 a 137 da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e nos Artigos 13 e 14 do Estatuto Social da Companhia.

A convocação das assembleias gerais será mediante anúncio publicado por três vezes, no mínimo, contendo, além do local, data e hora da assembleia, a ordem do dia, e, no caso de reforma do estatuto a indicação da matéria. O prazo de antecedência da primeira convocação será de 15 (quinze) dias e o da segunda convocação de 8 (oito) dias.

Ressalvadas as exceções previstas em lei, a assembleia geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do capital social com direito a voto; em segunda convocação, instalar-se-á com qualquer número.

As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

As assembleias gerais da Companhia serão instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta de impedimento deste, pelo Vice-presidente, ou, ainda, na falta ou impedimento de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração, sendo secretariado por acionista escolhido na ocasião.

2.1 - Assembleia Geral Ordinária - AGO

As sociedades anônimas devem realizar a Assembleia Geral Ordinária nos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para tratar das seguintes matérias:

I - tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras.

Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, de acordo com a legislação vigente, serão disponibilizados aos acionistas: (a) Relatório anual dos administradores; (b) Cópia das Demonstrações Financeiras; (c) Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia; (d) Parecer dos auditores independentes; (e) Parecer do Conselho Fiscal; (f) Comunicação de que os documentos da administração estão disponíveis, nos termos do disposto no Artigo 133 da Lei 6404/76.

II - deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos.

Até um mês antes da data marcada para a realização da AGO, será disponibilizado aos acionistas a proposta de destinação do lucro líquido, nos termos da Lei 6404/76 e da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

III - eleger os administradores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso.

Quando a AGO for convocada para eleger administradores e/ou membros do Conselho Fiscal, até a data de publicação do primeiro anúncio de convocação, serão disponibilizados aos acionistas as informações exigidas pela legislação, relativamente aos candidatos indicados ou apoiados pela administração ou pelos acionistas controladores.

Poderão ser eleitas para os órgãos de administração pessoas naturais, devendo os membros do conselho de administração ser acionistas e os diretores residentes no País, acionistas ou não.

É facultado aos acionistas com direitos a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição de membros do conselho de administração, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do “Livro de Presenças”, o número de votos necessários para a eleição de cada membro do conselho de administração.

De acordo com a Lei, acionistas titulares de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto poderão exercer este direito. No entanto, a CVM, com a edição da Instrução CVM nº 165 de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282 de 26 de junho de 1998, estabeleceu uma escala que varia de acordo com o valor do capital social. Na Companhia este percentual é de 5% (cinco por cento).

Observadas as condições previstas nos § 4º e 5º do Artigo 141 da Lei 6.404/76, é facultado **(i)** aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto e **(ii)** aos preferencialistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, eleger, em votação em separado, até dois membros do Conselho de Administração. Caso nem os acionistas minoritários e nem os acionistas preferencialistas perfizerem, respectivamente, os percentuais acima, ser-lhe-á facultado agregar suas ações para eleger em conjunto um membro para o conselho de administração, observando-se, nessa hipótese, o percentual de 10% (dez por cento) do capital social. Para tanto, deverão comprovar a titularidade ininterrupta das referidas participações acionárias, durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral.

As sociedades anônimas terão um conselho fiscal e o estatuto disporá sobre o seu funcionamento permanente ou nos exercício sociais em que for instalado a pedido de acionistas. O Conselho Fiscal da Companhia não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a próxima AGO.

De acordo com a Lei 6404/76, acionistas titulares de 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5 (cinco por cento) das ações preferenciais poderão requerer a instalação do Conselho Fiscal. A CVM, pela Instrução CVM nº 324, de 19 de dezembro de 2000, reduziu tais percentuais, estabelecendo uma escala vinculada ao valor do capital social. Na Companhia, o conselho fiscal poderá ser instalado, ocorrendo pedido de acionistas que representem, no mínimo, 4% das ações ordinárias ou 2% das ações preferenciais.

Conforme preceitua a Lei 6404/1976, os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente, igual direito terão os acionistas detentores de 10% ou mais das ações ordinárias.

Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

Cabe, ainda, a assembleia geral fixar o montante, global ou individual, da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, tendo em conta suas responsabilidades, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado. De acordo com o Artigo 17 do Estatuto Social, a verba será votada de forma anual e global na assembleia geral, cabendo ao conselho de administração proceder a sua distribuição por membro.

Até a data da convocação do primeiro anúncio, a Companhia disponibilizará aos acionistas a proposta de remuneração dos administradores, bem como as demais informações exigidas na Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

2.2 - Assembleia Geral Extraordinária - AGE

A Assembleia Geral Extraordinária será convocada sempre que os interesses sociais o exigirem.

A Assembleia Geral Extraordinária que deliberar sobre a alteração do Estatuto Social, instalar-se-á em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo do capital votante, podendo instalar-se em segunda convocação com qualquer número.

Para deliberar sobre as matérias elencadas no Artigo 136 da Lei 6404/76, será necessária a aprovação de acionistas que representem, no mínimo, metade das ações com direito a voto.

3 – Orientações para participação nas assembleias gerais

3.1 – Acionistas

Os acionistas da Companhia poderão participar das assembleias gerais comparecendo ao local da sua realização e declarando seu voto, levando em conta a espécie de ações que possuam (ordinárias e/ou preferenciais) e as matérias a serem votadas.

Para participar e votar nas referidas assembleias os acionistas deverão observar o seguinte:

(i) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante;

(ii) os acionistas pessoas jurídicas, como sociedades empresárias e fundos de investimento, deverão ser representados de conformidade com seus atos constitutivos e deverão entregar os documentos comprobatórios da regularidade da representação.

Antes de se instalarem as assembleias gerais, os acionistas assinarão o Livro de Presenças, com a indicação de seu nome, nacionalidade, residência, a quantidade e o tipo de ações de que forem titulares

3.2 – Procuradores

Os acionistas poderão também ser representados por procurador constituído há menos de um ano, desde que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos.

As procurações deverão ter o reconhecimento da firma do outorgante em tabelionato de notas.

Com o objetivo de auxiliar os acionistas, a Companhia disponibiliza modelos de procuração anexos a este Manual.

Anexo I – Modelo de procuração sem orientação de voto.

Anexo II – Modelo de procuração com orientação de votos, nesta hipótese o procurador deverá votar observando estritamente as instruções contidas nas respectivas procurações.

Os acionistas poderão, ainda, outorgar procuração com textos diferentes dos aqui sugeridos, desde que estejam de acordo com a Lei 6404/76 e com o Código Civil Brasileiro.

As procurações lavradas em idioma estrangeiro, antes de seu encaminhamento à Companhia, deverão ser traduzidas para o português por tradutor juramentado.

Quando o acionista se fizer representar por procurador, a regularidade da procuração terá de ser examinada antes do início das assembleias gerais. Com a finalidade de dar

celeridade ao processo e facilitar os trabalhos das assembleias, o comprovante de titularidade das ações e o instrumento de mandato podem, a critério do acionista, serem depositados na sede da companhia, preferencialmente, com antecedência de, pelo menos, 2 (dois) dias úteis da data prevista para a realização das assembleias gerais. Cópia da documentação poderá ser encaminhada por correio eletrônico para o endereço ri@fras-le.com ou, alternativamente pelo fax (54) 3289-1905.

Endereço da sede da Companhia, para envio dos documentos:

Fras-le S.A. Relações com Investidores - Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945 - Bairro Forqueta - 95010-550 – CAXIAS DO SUL - RS

4 – Edital de Convocação

O Edital de Convocação para as Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 7 de abril de 2010, será publicado nas edições de 17, 18 e 19 de março de 2010, nos jornais “Pioneiro”, de Caxias do Sul, “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul” e “Valor Econômico”, Regional São Paulo, cujo teor está transcrito a seguir:

Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Convidamos os acionistas a se reunirem na sede da Companhia, Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, às 15 horas do dia 7 de abril de 2010, para tratar da seguinte ordem do dia:

(1) Em Assembleia Geral Ordinária

- (a)** Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009;
- (b)** Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos;
- (c)** Eleger os membros do Conselho de Administração e, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal; e,
- (d)** Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais.

(2) Em Assembleia Geral Extraordinária

Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, de R\$ 118.000.000,00 para R\$ 170.000.000,00 mediante **(i)** incorporação de parte da Reserva Geral de Lucros, no valor de R\$ 52.000.000,00 e **(ii)** emissão de 34.127.000 novas ações nominativas escriturais, sendo 22.058.117 ações ordinárias e 12.068.883 ações preferenciais, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, uma ação nova para cada duas ações da mesma espécie de que forem titulares, ou seja, bonificação em ações de 50%; e, correlata modificação do “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social.

Instruções Gerais:

- ⇒ Nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM 282, de 26.06.98, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração.
- ⇒ Para participar e votar nas referidas Assembleias os acionistas deverão observar o seguinte: **(i)** apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária ou pelo custodiante; **(ii)** caso os acionistas sejam representados por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos

de investimento representar seus condôminos; e, **(iii)** apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações.

- ⇒ Informações complementares, bem como o Manual para Participação dos Acionistas nas Assembleias, contendo as informações, orientações aos acionistas e o detalhamento das matérias constantes da ordem do dia, encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.fras-le.com/ri, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, www.cvm.gov.br e da BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.
- ⇒ Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico ri@fras-le.com ou do telefone (54) 3289-1517.

Caxias do Sul, 16 de março de 2010.

Raul Anselmo Randon,
Presidente do Conselho de Administração.

5 – Informações complementares sobre as matérias a serem apreciadas nas Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, de 7 de abril de 2010

Todos os documentos relativos a Ordem do Dia das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, encontram-se disponíveis nas páginas da rede mundial de computadores da Companhia, www.fras-le.com/ri, da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, www.cvm.gov.br e da BM&FBovespa, www.bmfbovespa.com.br.

5.1 – Assembleia Geral Ordinária - AGO

(a) Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009

O Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes SS, foram apreciadas pelos Conselheiros de Administração e pelos Conselheiros Fiscais no dia 25 de fevereiro de 2010. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável e o Conselho de Administração as considerou em condições de serem submetidas aos acionistas.

Tais documentos foram disponibilizados aos acionistas no dia 2 de março de 2010 e publicados nas edições de mesma data dos jornais nos jornais “Pioneiro”, de Caxias do Sul, “Diário Oficial da Indústria e Comércio do Rio Grande do Sul” e “Valor Econômico”, Regional São Paulo.

No dia 5 de março de 2010, foram disponibilizado aos acionistas, os Comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência, conforme dispõe a Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009.

Anexo III – Relatório Anual dos Administradores – 2009; Demonstrações Financeiras Auditadas com o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S.; e, Declaração da Diretoria

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

Anexo V – Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 02/10

Anexo VI – Comentários dos Administradores relativos a situação financeira da Companhia

(b) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício e de distribuição de dividendos

Em 22 de fevereiro de 2010, a Diretoria elaborou Proposta para destinação do lucro líquido, nos termos previstos no Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009, a qual foi apreciada pelos Conselheiros de Administração e pelos Conselheiros Fiscais em 25 de fevereiro de 2010, sendo considerada adequada e em condições de encaminhamento aos acionistas na AGO.

Anexo VII – Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido

(c) Eleger os membros do Conselho de Administração e, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal

Conselho de Administração

De acordo com o disposto no Artigo 19 do Estatuto Social, o Conselho de Administração será composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas da Companhia, pessoas naturais, eleitos na assembleia geral.

Nos termos da Instrução CVM nº 165, de 11.12.91, alterada pela Instrução CVM 282, de 26.06.98, informamos que é de 5% o percentual mínimo de participação no capital social votante, necessário para requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição dos membros do Conselho de Administração.

Essa faculdade deverá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, cabendo à mesa dirigente informar previamente aos acionistas, à vista do "Livro de Presenças", o número de votos necessários para a eleição de cada membro do Conselho de Administração.

Observadas as condições previstas nos § 4º e 5º do Artigo 141 da Lei 6.404/76, é facultado **(i)** aos acionistas minoritários que representem, pelo menos, 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto e **(ii)** aos preferencialistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) do capital social, eleger, em votação em separado, até dois membros do Conselho de Administração. Caso nem os acionistas minoritários e nem os acionistas preferencialistas perfizerem, respectivamente, os percentuais acima, será facultado agregar suas ações para eleger em conjunto um membro para o conselho de administração, observando-se, nessa hipótese, o percentual de 10% (dez por cento) do capital social. Para tanto, deverão comprovar a titularidade ininterrupta das referidas participações acionárias, durante o período de 3 (três) meses, no mínimo, imediatamente anterior à realização da Assembleia Geral.

Em relação à eleição dos membros do Conselho de Administração, a acionista controladora Randon S.A. Implementos e Participações propõe reeleger Raul Anselmo Randon e Astor Milton Schmitt e eleger Luiz Carlos Mandelli.

A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho de Administração, compareçam a AGO munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as mesmas regras e condições de eleição.

Conselho Fiscal

O conselho fiscal não tem caráter permanente e quando em funcionamento, será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos na assembleia geral, com prazo de mandato até a próxima AGO.

De acordo com o disposto na Instrução CVM nº 324, de 19 de dezembro de 2000, o conselho fiscal poderá ser instalado, ocorrendo pedido de acionistas que representarem, no mínimo, 4% das ações ordinárias ou 2% das ações preferenciais. Conforme preceitua a Lei 6404/1976, os titulares de ações preferenciais terão direito de eleger, em votação em separado, um membro e respectivo suplente, igual direito terão os acionistas detentores de 10% ou mais das ações ordinárias.

Poderão ser eleitos para compor o conselho fiscal pessoas naturais, residentes no País, diplomados em curso de nível universitário, ou que tenham exercido, por prazo mínimo de três anos, cargo de administrador em empresa ou de conselheiro fiscal.

A Companhia recomenda que o acionista, ou grupo de acionistas, que desejarem indicar membro para compor o Conselho Fiscal e respectivo suplente, compareçam a AGO munidos do nome, qualificação e currículo do candidato, observando as mesmas regras e condições de eleição.

Caso seja requerida a instalação do conselho fiscal por acionistas minoritários ou preferencialistas, e forem eleitos por estes 2 (dois) membros, respectivamente, a acionista controladora indicará 2 (dois) membros titulares e seus respectivos suplentes e abrirá mão da prerrogativa legal de manter a maioria de membros do Conselho Fiscal.

Nesse sentido, a acionista controladora propõe a reeleição dos seguintes conselheiros fiscais: Como titulares Benilda Waschow e Georges Pitseys; e, como suplentes, respectivamente, Renato Francisco Toigo e Alzira Luisa Bettiato Zattera.

Anexo VIII – Currículos dos candidatos e as informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência.

(d) Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 e no Artigo 17 do Estatuto Social, compete à assembleia geral fixar a remuneração dos administradores.

Anualmente é submetido a Assembleia Geral Ordinária, proposta de remuneração global anual, com vigência para o período de maio do exercício em curso até o mês de abril do exercício seguinte.

Será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2010, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e a importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para custeio dos planos de previdência complementar e assistência médica. O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

Se instalado o Conselho Fiscal, a remuneração dos Conselheiros deverá ser fixada na Assembleia Geral e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios e participação nos lucros da Companhia. Neste caso, é proposta a manutenção da remuneração mensal individual dos membros titulares, em importância equivalente a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computados benefícios e a participação nos lucros. Os membros suplentes somente serão remunerados quanto substituírem os membros titulares.

Anexo IX – Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais

5.2 – Assembleia Geral Extraordinária - AGE

Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, de R\$ 118.000.000,00 para R\$ 170.000.000,00 mediante (i) incorporação de parte da Reserva Geral de Lucros, no valor de R\$ 52.000.000,00 e (ii) emissão de 34.127.000 novas ações nominativas escriturais, sendo 22.058.117 ações ordinárias e 12.068.883 ações preferenciais, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, uma ação nova para cada duas ações da mesma espécie de que forem titulares, ou seja, bonificação em ações de 50%; e, correlata modificação do “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social

No dia 1º de março de 2010, a Diretoria elaborou proposta para aumento do Capital Social e Bonificação em ações, a qual foi apreciada pelos Conselheiros de Administração e pelos Conselheiros Fiscais na mesma data, sendo considerada em consonância com os preceitos legais e apta a ser submetida aos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária, que se realizará cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária.

Por consequência do aumento do capital, faz-se necessária a adequação do “caput” do Artigo 5º do estatuto Social, cuja redação está inserida na Proposta da Diretoria, bem como na transcrição do Estatuto Social, em duas colunas, para efeitos de comparação, anexo a este Manual.

Anexo X – Proposta da Diretoria para Aumento do Capital e Bonificação em Ações

Anexo XI – Parecer do Conselho Fiscal

Anexo XII – Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 03/10

Anexo XIII – Estatuto Social com descrição da atual redação e da redação proposta

Anexo I – Modelo de procuração sem orientação de voto

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE

{Pessoa natural} [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo].

{Pessoa jurídica} [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

OUTORGADO

[nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

PODERES

Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Fras-le S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 88.610.126/0001-29, nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, a serem realizadas cumulativamente no dia 7 de abril de 2010, às 15 horas, na sede social, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação nas referidas Assembleias, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato.

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

Anexo II – Modelo de procuração com orientação de voto

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: {Pessoa natural} [nome do acionista], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor] e inscrito no CPF [nº de inscrição no CPF], com endereço [endereço completo], ou **{Pessoa jurídica}** [nome do acionista], com sede na [endereço completo], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº [nº do CNPJ], neste ato representada em conformidade com seus atos constitutivos.

OUTORGADO: [nome do procurador], [estado civil], [profissão], [se advogado, informar o nº de inscrição na OAB], portador da cédula de identidade RG nº [nº do RG com órgão expedidor], inscrito no CPF sob nº [nº do CPF], com endereço [endereço completo].

PODERES: Específicos para representar o OUTORGANTE, na qualidade de acionista da Fras-le S.A., sociedade anônima de capital aberto, inscrita no CNPJ sob nº 88.610.126/0001-29, nas Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias, a serem realizadas cumulativamente no dia 7 de abril de 2010, às 15 horas, na sede social, localizada na Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul, RS, podendo, para tanto, exercer o direito de voto que lhe cabe como titular de ações de emissão da referida Companhia, inclusive apresentar propostas, examinar, discutir e votar qualquer matéria ou assunto submetido à deliberação nas referidas Assembleias, assinar atas, livros, papéis, termos e mais o que preciso for, para o bom e fiel cumprimento deste mandato, obedecendo, obrigatoriamente, a seguinte orientação de votos.

Assembleia Geral Ordinária		
Examinar, discutir e votar o Relatório Anual dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, os pareceres da Auditoria Independente e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Eleger os membros do Conselho de Administração e, se for o caso, os membros do Conselho Fiscal		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Fixar a remuneração global dos Administradores e, se eleitos, a remuneração dos Conselheiros Fiscais		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()
Assembleia Geral Extraordinária		
Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, de R\$ 118.000.000,00 para R\$ 170.000.000,00 mediante (i) incorporação de parte da Reserva Geral de Lucros, no valor de R\$ 52.000.000,00 e (ii) emissão de 34.127.000 novas ações nominativas escriturais, sendo 22.058.117 ações ordinárias e 12.068.883 ações preferenciais, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, uma ação nova para cada duas ações da mesma espécie de que forem titulares, ou seja, bonificação em ações de 50%; e, correlata modificação do “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social		
A favor ()	Contra ()	Abstenção ()

[cidade e estado], [dia] de [mês] de [ano].

[assinatura com firma reconhecida]

Anexo III – Relatório Anual dos Administradores – 2009; Demonstrações Financeiras Auditadas com o Parecer da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e Declaração da Diretoria

RELATÓRIO ANUAL DOS ADMINISTRADORES 2009

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

Venceram o trabalho e a gestão

O alinhamento que os administradores e gestores da Fras-le possuem ao Modelo de Excelência de Gestão do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade) foi determinante para encontrar as soluções que atenuaram as consequências da crise econômica mundial iniciada no final de 2008 e intensificada durante o primeiro semestre de 2009.

Em tempos de crise os momentos de incertezas são mais freqüentes, e as ações precisam ser rápidas e eficientes, e foi através delas que os administradores e a gestão, apoiados pelo comprometimento dos funcionários, conseguiram estimular o desempenho da Companhia e vencer a crise.

Entre essas ações é importante destacar alguns ajustes ocorridos na estrutura, redução de despesas operacionais, projetos internos voltados para redução de custos, melhorias nos processos produtivos e utilização de matéria-prima e campanhas comerciais de venda.

Apesar da crise foram mantidos os investimentos previstos, os quais são essenciais para sustentar o crescimento que a Companhia está buscando a médio e longo prazo.

Através dos investimentos foi possível concluir vários projetos que estavam em andamento, entre eles: o campo de provas; a fábrica da China que já está em operação; a fábrica nos Estados Unidos em operação ainda no período pré-crise; e também o lançamento de pastilhas de freio no mercado de reposição norte americano.

Mesmo com todas as adversidades, a Fras-le bem soube enfrentar mais uma crise das tantas vivenciadas em sua história e das quais tem saído fortalecida tendo, ainda assim, conseguido manter o resultado positivo. E faz isto graças ao espírito de equipe, à postura inovadora em produto e em processo e também às boas práticas de gestão e de governança corporativa. Trata-se de um conjunto de ações que a ajudaram a chegar à liderança.

A par dos esforços em busca de resultados econômico-financeiros, a Fras-le também cuidou para que o avanço dos negócios encontrasse eco nas áreas sociais e ambientais. Não é aceitável desconectar o crescimento econômico do crescimento das pessoas e da preservação da natureza.

Empreender requer persistência. Vamos, então, seguir em frente e continuar construindo um futuro promissor para as próximas gerações.

Raul Anselmo Randon
Presidente

INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA NO BRASIL

Segundo a Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), o desempenho da indústria automobilística nacional, referente ao exercício de 2009, apesar de apresentar recuperação parcial nos 2 (dois) últimos trimestres, encerrou o ano com uma produção de 3.182.617 (três milhões, cento e oitenta e dois mil e seiscentos e dezessete) veículos, o que representou uma queda de 1,0% sobre o total de veículos produzidos no Brasil em 2008. Essa queda foi mais acentuada nas categorias de caminhões e ônibus, enquanto a categoria automóveis apresentou melhor desempenho e superou em 1,2% a quantidade produzida no ano anterior, conforme demonstrado no quadro seguinte.

Produção de veículos no Brasil (Montados e CKD)			
Categoria	2009	2008	variação
Automóveis	2.576.628	2.545.729	1,2%
Comerciais leves	447.862	458.806	-2,4%
Caminhões	123.592	167.330	-26,1%
Ônibus	34.535	44.111	-21,7%
Total de unidades	3.182.617	3.215.976	-1,0%

Fonte: Anfavea

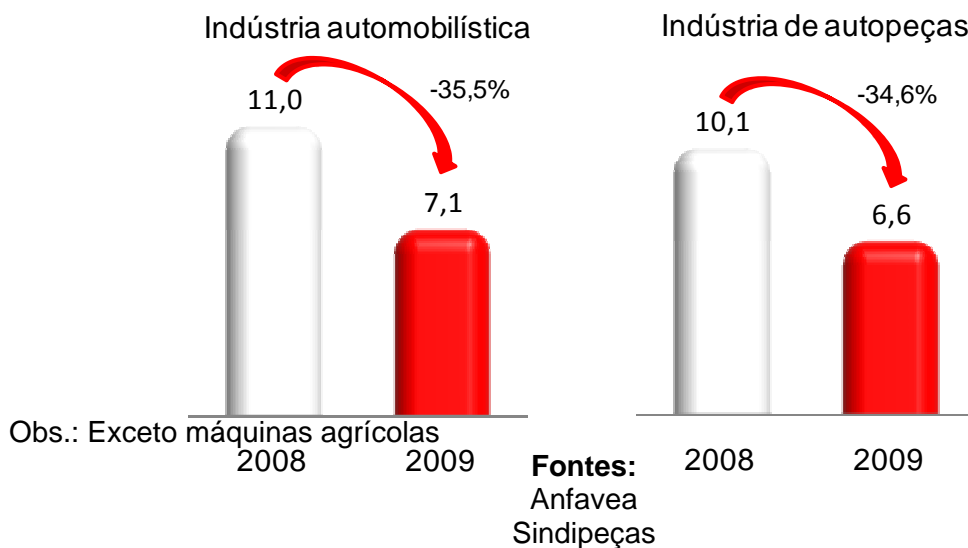
Já as vendas, beneficiadas pelos incentivos do governo brasileiro na redução do IPI (imposto sobre produtos industrializados), apresentaram um excelente desempenho. Segundo a Anfavea, o número de veículos licenciados em 2009 teve um crescimento de 11,4% sobre o ano de 2008, atingindo o montante de 3.141.240 (três milhões, cento e quarenta e um mil e duzentos e quarenta) unidades vendidas. Apesar do crescimento nas vendas de automóveis e comerciais leves em 2009, as linhas de ônibus e caminhões apresentam níveis inferiores comparados com o ano anterior.

Licenciamento de veículos novos no Brasil (Nacionais e Importados)			
Categoria	2009	2008	variação
Automóveis	2.474.649	2.193.277	12,8%
Comerciais leves	534.093	477.714	11,8%
Caminhões	109.873	122.349	-10,2%
Ônibus	22.625	27.010	-16,2%
Total de unidades	3.141.240	2.820.350	11,4%

Fonte: Anfavea

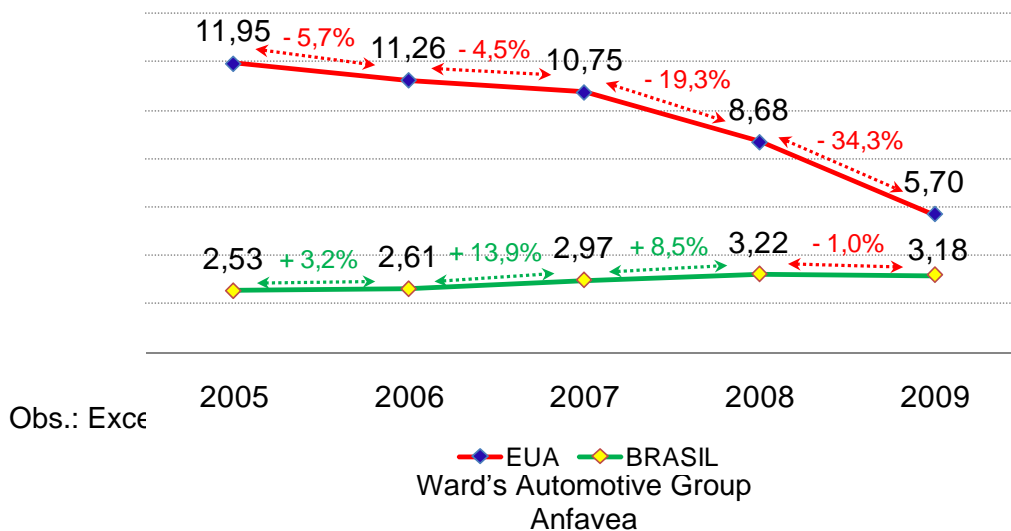
DESEMPENHO EXPORTAÇÕES BRASIL (FOB)

Comparativo da indústria automobilística x autopeças (em US\$ - bilhões)



DESEMPENHO PRODUÇÃO DE VEÍCULOS

Comparativo Estados Unidos x Brasil (em unidades - milhões)



DESEMPENHO GERAL

Após um período de retração nos negócios e de incertezas em relação ao futuro, durante o primeiro trimestre de 2009, onde os efeitos da crise econômica mundial refletiram-se fortemente no desempenho operacional e nos resultados econômicos e financeiros da Companhia, a Fras-le, através de ações ágeis e eficientes, conseguiu estimular o seu desempenho e apresentar crescimentos constantes em todos os trimestres, o que permitiu a Companhia encerrar o exercício de 2009 com números de receitas similares ao ano anterior e destacar-se no lucro obtido, o qual foi consideravelmente superior ao exercício de 2008.

Entre as ações que a Fras-le realizou para contornar as conseqüências da crise, destacam-se algumas campanhas comerciais de vendas, como o reposicionamento de preços na linha de pastilhas de freio, e também descontos na linha de lonas de freio para veículos pesados (blocos), sendo que essa última impulsionou rapidamente a demanda pelos produtos dessa linha no mercado de reposição, o qual encerrou 2009 com um volume de vendas superior ao ano de 2008.

Durante o primeiro semestre de 2009 também foram realizados ajustes na estrutura de mão-de-obra indireta e outros custos fixos da Companhia, necessários para adequá-la a situação econômica daquele momento, visando manter a sua competitividade. Também ocorreram melhorias nos processos de produção e utilização de matéria-prima, além de intensas campanhas para redução de despesas operacionais.

Além dos programas já existentes na Companhia para melhorar a sua competitividade, os quais estão alinhados ao Modelo de Excelência de Gestão do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade), também foi implementado um projeto que consiste na formação de grupos de trabalho, que assumiram a responsabilidade de identificar oportunidades e implementar ações necessárias para reduzir ou eliminar custos. Atualmente estes grupos realizam de forma permanente os trabalhos necessários para atingir os resultados propostos com o projeto.

Apesar do cenário recessivo do primeiro semestre de 2009, a Fras-le não se intimidou e deu continuidade aos projetos que estavam em andamento, e que são essenciais para atingir as metas de médio e longo prazo da Companhia. Um deles foi a conclusão da unidade industrial da China, que está em plena operação desde o segundo semestre de 2009. Outro projeto concluído foi o campo de provas, porém, somente no final de 2009, pois ocorreram atrasos em seu cronograma devido a fatores climáticos.

Na metade de 2009 foi implementado pela Fras-le outro projeto, o qual deu início a comercialização de pastilhas de freio no mercado de reposição norte-americano, onde o potencial de crescimento para essa linha de produtos é promissor. Essa iniciativa contempla uma das estratégias da Companhia para atingir seus objetivos traçados no planejamento estratégico.

O exercício de 2009 foi extremamente desafiador, pois além das dificuldades naturais, a crise iniciada no último trimestre de 2008 ganhou força no início de 2009 e causou efeitos consideráveis nos resultados das empresas de todo o mundo, principalmente nos países norte-americanos e europeus. A Fras-le, apesar da recuperação apresentada nos resultados durante o segundo semestre de 2009, também teve seu desempenho afetado no início do ano.

No primeiro trimestre de 2009, um dos efeitos mais nocivos para os resultados da Companhia foi a queda nas vendas, pois no mercado nacional houve desaceleração de novos pedidos e revisões nas programações dos produtos destinados às montadoras. Outro fato importante ocorrido foi a estratégia adotada pelos distribuidores de materiais de fricção do mercado de reposição que, na tentativa de minimizar os reflexos da crise, priorizaram reduzir os seus estoques para gerar recursos em caixa, o que refletiu em menores volumes de vendas para este mercado.

No mercado externo, onde os efeitos da crise foram mais severos, a Fras-le também teve suas vendas afetadas em 2009, registrando queda nas exportações, tanto na contagem em dólar como também em volumes, fato que rompeu a sequência de crescimento nas exportações da Companhia nos últimos anos. Dentre as regiões que tiveram reduções aparecem com maior intensidade a Europa, seguida de Oceania e alguns países da América do Sul. Nos países do Nafta, principal destino das exportações da Fras-le, foi possível recuperar a demanda à níveis tradicionais para este mercado e inclusive superar o desempenho de 2008, tanto em dólares como em volumes. A liderança da Fras-le na venda de lonas de freio para veículos pesados (blocos), no mercado de reposição norte-americano, foi determinante para as exportações destinadas ao Nafta não serem impactadas, ocorrendo ainda um crescimento de sua participação sobre as exportações totais da Companhia.

Outro fator que comprometeu o desempenho da Fras-le no exercício de 2009 foi a consolidação dos resultados pré-operacionais da unidade da China, pelo custo de sua implementação, e também, a forte retração da indústria automobilística norte-americana, que comprometeu os resultados operacionais da unidade do Alabama.

É importante lembrar que os ajustes realizados na estrutura de mão-de-obra indireta resultaram em custos com indenizações trabalhistas. Também é necessário comentar que devido a redução nos volumes de vendas foi preciso desacelerar o processo produtivo, fato que resultou em queda nos volumes de produção e, conseqüentemente, percentual elevado de capacidade ociosa durante o primeiro trimestre de 2009, sem redução dos custos fixos. Estes fatores também impactaram o resultado operacional da Fras-le. Em contrapartida, ocorreram melhorias nos processos produtivos, tais como redução dos materiais refugados e aumento da produtividade, além de redução de outras despesas operacionais.

No segundo semestre de 2009 foi realizado pela Fras-le, através de seus assessores jurídicos, uma revisão nos processos judiciais em que a Companhia participa, onde foram constituídas novas provisões para perdas tributárias, as quais impactaram no resultado operacional.

Também ocorreu durante o segundo semestre o encerramento do parcelamento especial para impostos federais e previdenciários (PAES), que estava contratado desde 2003 com prazo de 120 meses. A Fras-le optou pela desistência deste parcelamento, nos termos da Lei 11.941/2009, efetuando a liquidação total do saldo remanescente e obtendo redução do débito. Os detalhes dessa operação estão relacionados em notas explicativas.

Apesar do forte impacto sofrido no primeiro semestre do ano no resultado operacional, pelos diversos fatores elencados anteriormente, a Fras-le conseguiu reverter o cenário adverso e melhorar significativamente o seu desempenho durante o segundo semestre de 2009. O mérito deste resultado é, sem dúvida, dos administradores e gestores da Companhia pelas ações implementadas, e também dos funcionários, pela dedicação e

comprometimento com os objetivos propostos. É importante comentar também que a saúde financeira da Fras-le continua intacta, o que certamente é um diferencial competitivo.

PRINCIPAIS NÚMEROS

<i>Em R\$ milhões (exceto exportações, lucro por ação e percentagens)</i>	2009	2008	VAR 2008 2009
Desempenho Operacional			
Receita Bruta Total ⁽¹⁾	595,3	592,5	0,5%
Receita Líquida	428,1	432,3	-1,0%
Receita Mercado Nacional	246,5	253,8	-2,9%
Receita Mercado Externo	181,6	178,5	1,7%
Exportações - US\$ milhões	81,0	85,3	-5,0%
Lucro Bruto	130,1	129,7	0,3%
Lucro Operacional ⁽²⁾	39,9	47,7	-16,4%
Lucro Líquido	43,9	25,5	72,2%
Lucro por ação - em reais	0,6586	0,3786	74,0%
Ebitda ⁽³⁾	53,9	67,3	-19,9%
Investimentos	26,8	52,3	-48,8%
Retorno sobre PL ⁽⁴⁾	21,1%	13,3%	7,8 pp
Patrimônio líquido	235,1	208,1	13,0%
Margens e Índices			
Margem Bruta	30,4%	30,0%	0,4 pp
Margem Ebitda	12,6%	15,6%	-3,0 pp
Margem Operacional ⁽⁵⁾	9,3%	11,0%	-1,7 pp
Margem Líquida	10,3%	5,9%	4,4 pp

Notas: (1) Receita bruta antes da consolidação (sem eliminação das vendas entre controladas); (2) Lucro operacional antes das despesas e receitas financeiras; (3) Lucro antes das operações financeiras - equivalência patrimonial + depreciações e amortizações; (4) ROE-Lucro Líquido/Patrimônio Líquido do exercício anterior; (5) Margem operacional antes do resultado financeiro.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Afetados pela redução na demanda imposta pela crise, os níveis de produção da Fras-le em 2009 tiveram desempenho inferior comparados com o ano de 2008, apesar da retomada do consumo nos últimos meses do ano. Outro fator importante que desacelerou o ritmo de produção neste exercício, principalmente no primeiro trimestre, foi a adequação dos níveis de estoques da Companhia, os quais se encontravam elevados no início de 2009.

Em peças a Fras-le produziu 82,0 milhões de unidades, o que representou uma redução de 13,5% em relação as 94,8 milhões de peças produzidas em 2008, sendo que a queda de maior representatividade ocorreu em pastilhas de freio. Atualmente a

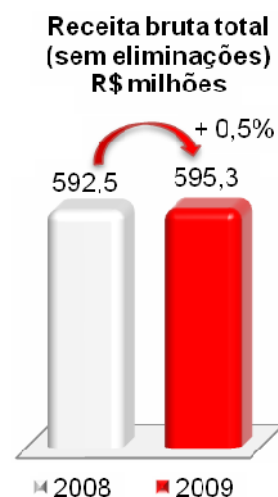
capacidade total¹ de produção da Companhia está em 125,0 milhões de peças ao ano. A alteração no mix de produção, com o aumento na demanda por lonas de freio para veículos pesados (Blocos), em detrimento as outras linhas, contribuiu para que na contagem em peso a queda na quantidade produzida ficasse em menor proporção, atingindo no exercício de 2009 o montante de 54,9 mil toneladas de materiais de fricção, representando uma redução de apenas 3,8% sobre as 57,1 mil toneladas produzidas em 2008.

PRODUÇÃO POR LINHA DE PRODUTOS				
	2009		2008	
	Pçs milhões	Ton mil	Pçs milhões	Ton mil
Lonas de freio p/veículos pesados(Blocos)	44,2	48,2	46,0	48,8
Pastilhas de freio	20,2	3,2	26,6	4,1
Outros produtos	17,6	3,5	22,2	4,2
Total	82,0	54,9	94,8	57,1

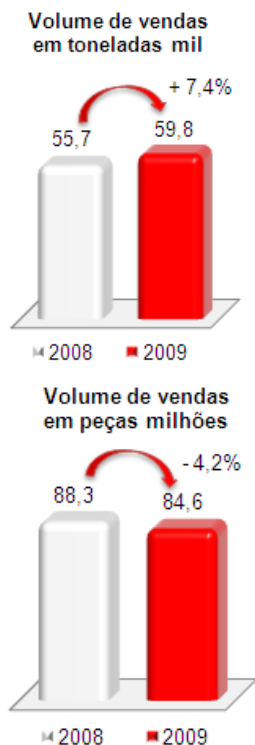
Apesar da taxa do dólar médio de 2009 (R\$ 1,9967) ter sido superior que a do ano de 2008 (R\$ 1,8348), a conversão para reais dos dólares faturados ficou prejudicada em 2009, pois as taxas mais altas ocorreram durante o primeiro semestre do ano, oscilando numa média de R\$ 2,1912 por dólar, sendo que foi nesse período que os volumes de vendas reduziram, por consequência da crise. Além disso, deve ser considerado que as exportações em dólar apresentaram queda em 2009, comparadas ao ano passado.

As vendas da Companhia para o mercado de montadoras nacional e principalmente do exterior foram as mais afetadas, tanto em volumes quanto em receitas, pois a retração na indústria automobilística, intensificada no primeiro trimestre de 2009, obrigou as fabricantes de veículos adequarem os seus volumes de produção ao cenário recessivo.

Por outro lado, as campanhas comerciais de vendas realizadas pela Companhia estimularam a demanda e possibilitaram as vendas para o mercado de reposição nacional atingir o melhor desempenho da história da Frasle, tanto em volumes como também em receitas, superando inclusive as metas do ano para este mercado. O mercado de reposição do exterior também teve desempenho superior ao exercício de 2008, fato que contribuiu para compensar o baixo desempenho das vendas no mercado de montadoras no exterior. Diante destes fatores a receita bruta total antes da consolidação, atingiu o montante de R\$ 595,3 milhões e conseguiu superar em 0,5% os R\$ 592,5 milhões de receita bruta total em 2008.



¹ Capacidade total: Brasil, EUA e China



Da mesma forma que os níveis de produção, os volumes comercializados em 2009 também passaram por alterações significativas em seu mix, pois o aumento na quantidade vendida de lonas de freio para veículos comerciais (blocos) e a redução nos volumes vendidos em pastilhas de freio e demais produtos, que possuem peso unitário menor, permitiram as medições em peso obter melhor desempenho do que em peças. Com isso, os volumes de vendas em peças apresentaram uma redução de 4,2% em 2009, totalizando a quantidade de 84,6 milhões de unidades vendidas, enquanto no exercício de 2008 o total de peças vendidas atingiu o montante de 88,3 milhões de unidades. Já os volumes vendidos em peso totalizaram 59,8 mil toneladas e apresentaram um crescimento de 7,4% em relação ao exercício de 2008, onde os volumes em peso não passaram das 55,7 mil toneladas vendidas. É oportuno destacar que em 2009 os volumes de vendas foram superiores aos volumes de produção em 3,2% para a contagem em peças, e 8,9% na contagem em peso, contribuindo dessa forma para reduzir o estoque de produtos prontos no início de 2009, que estava com um volume elevado.

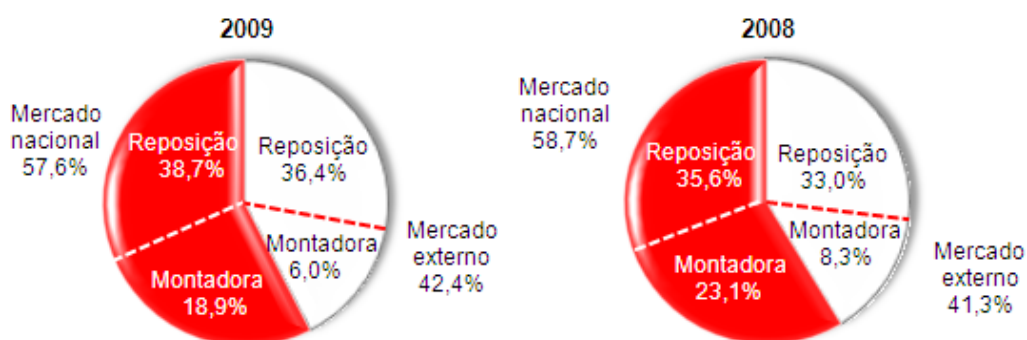
A exemplo da receita bruta, os efeitos citados anteriormente também refletiram no desempenho da receita líquida consolidada, a qual totalizou em 2009 a cifra de R\$ 428,1 milhões, número que representou uma pequena redução de 1,0% em relação aos R\$ 432,3 milhões contabilizados no ano de 2008.

RECEITA LÍQUIDA POR MERCADOS E PRODUTOS				
<i>Em R\$ milhões e percentagem ⁽¹⁾</i>	2009		2008	
MERCADOS ⁽²⁾				
Externo	181,6	42,4%	178,5	41,3%
Reposição	165,7	38,7%	153,7	35,6%
Montadoras	80,8	18,9%	100,1	23,1%
Total	428,1	100,0%	432,3	100,0%
PRODUTOS ⁽³⁾				
Lonas de freio p/veículos pesados (Blocos)	249,1	61,4%	245,6	60,4%
Pastilhas de freio	118,9	29,3%	116,7	28,7%
Outros produtos	37,7	9,3%	44,3	10,9%
Total	405,7	100,0%	406,6	100,0%

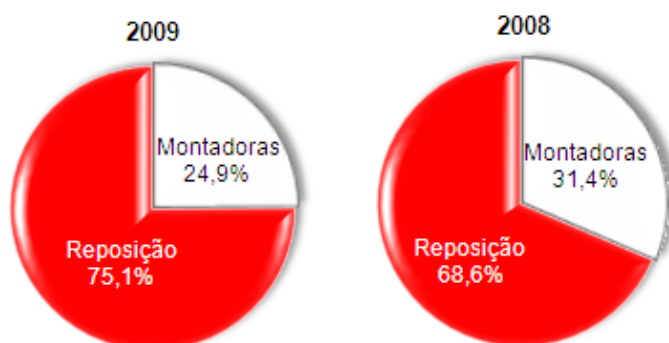
Notas: (1) O valor em percentagem é o resultado da divisão da receita líquida p/mercado ou produto s/receita líquida total; (2) Os valores dos mercados estão apurados s/receita líquida consolidada; (3) Os valores dos produtos estão apurados s/receita líquida da controladora.

Do total da receita líquida consolidada de 2009, a fatia de R\$ 246,5 milhões ou 57,6% corresponde a receitas geradas no mercado nacional, das quais 38,7% são do mercado de reposição e 18,9% do mercado de montadoras. A outra parcela da receita líquida, correspondente a 42,4% foi gerada no mercado externo, e corresponde a R\$ 181,6 milhões, dos quais R\$ 22,4 milhões são receitas geradas pelas unidades controladas no exterior.

Distribuição da receita líquida por mercados



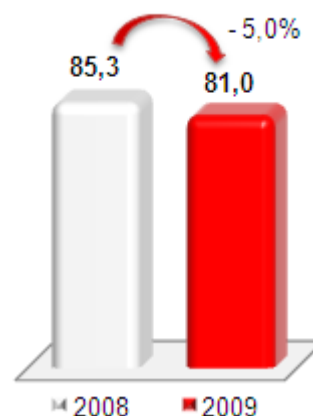
Distribuição global da receita líquida



EXPORTAÇÕES FRAS-LE BRASIL (FOB)

As exportações em dólar realizadas pela Fras-le em 2009, igualmente afetadas pela crise, atingiram no exercício o montante de US\$ 81,0 milhões, apresentando um declínio de 5,0% em relação aos US\$ 85,3 milhões exportados no ano de 2008. Este número equivale a uma queda de 27,4% no mercado de montadoras, enquanto no mercado de reposição houve recuperação no último semestre, permitindo-lhe encerrar o ano com crescimento de 1,0% em relação ao desempenho de 2008.

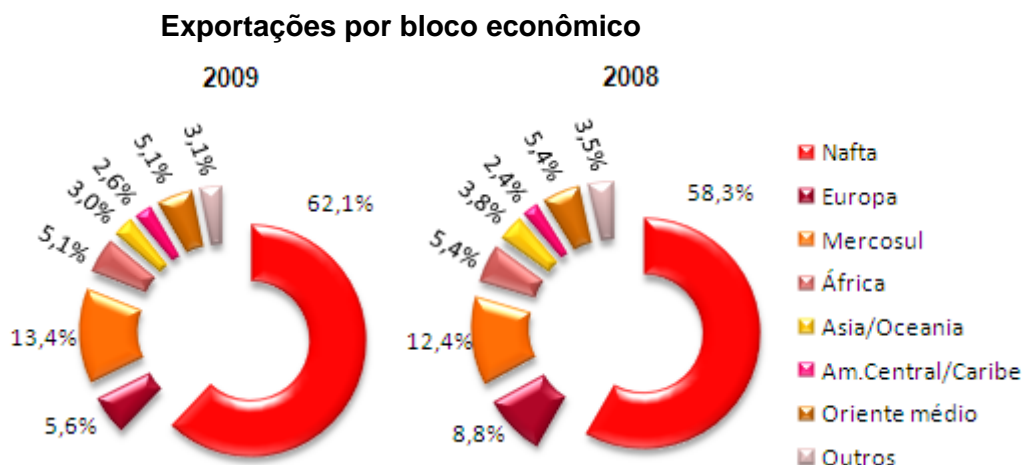
Exportações Fras-le Brasil
Em US\$ milhões



O mercado norte americano, mesmo sendo um dos mais afetados pela crise, se manteve como o principal destino das exportações da Companhia, correspondendo a 51,7% do total das exportações realizadas pela Fras-le através do Brasil em 2009, dos quais 42,2% foram para a reposição e 9,5% para montadoras. Cabe destacar também que as exportações para este mercado superaram em 4,2% o desempenho de 2008, sendo também a reposição responsável por este crescimento com 8,9% de alta, enquanto a montadora apresentou queda de 12,5% sobre o ano de 2008.

Do total de exportações realizadas pela Fras-le em 2009, a fatia correspondente a 62,1% teve como destino os países do Nafta, enquanto os países do Mercosul absorveram 13,4% do total. Somente essas duas regiões somaram 75,5% do total de exportações da Fras-le.

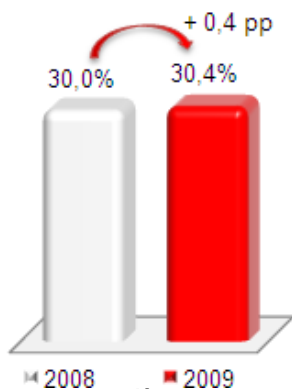
As exportações para a Europa, que já haviam apresentado forte redução no ano de 2008, continuaram declinando durante o exercício de 2009, encerrando o ano com uma participação de 5,6% sobre as exportações totais da Companhia. As exportações para as regiões da África e Oceania também apresentaram uma pequena redução, enquanto América Central e Caribe conseguiram apresentar evolução.



MARGENS

No exercício de 2009 vários fatores impactaram no desempenho da margem bruta consolidada da Companhia, entre eles: A forte queda nos volumes de venda do 1T09; os descontos promocionais concedidos pela Fras-le durante o 1S09, que reduziram as margens de contribuição dos produtos; e a capacidade produtiva ociosa das unidades fabris, que refletiram em maiores custos de produção. Por outro lado, em adequação a um dos itens da Lei 11.638/07, que determina a depreciação dos bens pela vida útil e não mais por taxas definidas por grupo de bem, foi realizado

Margem bruta consolidada



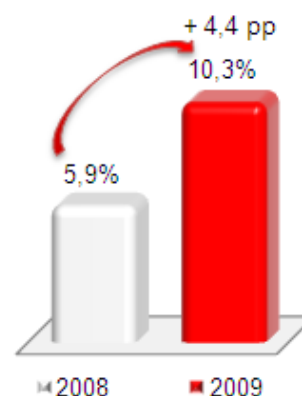
no 3T09 o recálculo dos valores contabilizados durante o período janeiro a agosto de 2009, o qual gerou um ajuste contábil reduzindo o saldo acumulado das depreciações e estornando custos e despesas. Este ajuste beneficiou a margem bruta da Companhia, pois parte dele, a que se refere a depreciação dos bens da área industrial, no montante de R\$ 2,8 milhões, foi excluído dos custos dos produtos vendidos. Dessa forma, a margem bruta consolidada de 30,4% em 2009, apesar de todas as adversidades ocorridas no ano, ainda conseguiu apresentar uma pequena evolução de 0,4 pontos percentuais sobre a margem bruta consolidada de 2008, que foi de 30,0%.

A margem líquida consolidada de 2009, além de absorver os efeitos mencionados na margem bruta, também foi impactada pela contabilização de despesas operacionais das unidades do Alabama e da China, por despesas pré-operacionais da unidade da

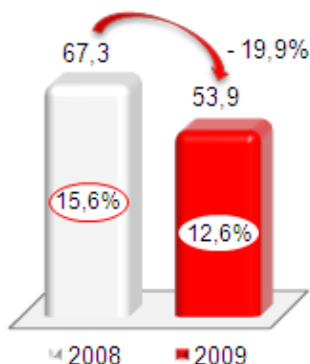
China durante o 1S09, e pelos ajustes realizados na estrutura de mão-de-obra indireta. Outro fator que onerou a margem líquida, ocorrido no 2S09, foi a contabilização de R\$ 3,0 milhões em despesas operacionais, referente à constituição de novas provisões para perdas tributárias. Em contrapartida, os ajustes de depreciação, citados na margem bruta, representaram para a margem líquida o montante de R\$ 3,1 milhões, pois além dos custos de produção, também foi estornado despesas operacionais com depreciação das áreas administrativas e comerciais.

Também ocorreu durante o 2S09 o encerramento do parcelamento especial para impostos federais e previdenciários (PAES), que estava contratado desde 2003 com prazo de 120 meses, sendo que a Fras-le optou pela desistência deste parcelamento, nos termos da Lei 11.941/2009, efetuando a liquidação total do saldo remanescente, obtendo uma redução de R\$ 2,5 milhões, os quais foram contabilizados no resultado financeiro. Com esta contabilização e uma redução de R\$ 35,3 milhões ou 46,3% nas despesas financeiras deste exercício em relação a 2008, o resultado financeiro da Companhia ficou positivo em R\$ 19,3 milhões, e dessa forma contribuiu para a margem líquida encerrar 2009 em 10,3% e crescer 4,4 pontos percentuais sobre a margem líquida de 5,9% em 2008.

Margem líquida consolidada



**EBITDA consolidado
R\$ milhões e margem**



A margem de geração operacional de caixa, medida pelo método EBITDA, foi o indicador mais penalizado, pois ele não absorve o efeito positivo do resultado financeiro e também os estornos ocorridos em custos e despesas, pelos ajustes ocorridos na depreciação e também pela redução no PAES. Dessa forma, o EBITDA consolidado de 2009 ficou em R\$ 53,9 milhões, apresentando uma queda de 19,9% em relação aos R\$ 67,3 milhões de 2008. A sua margem, igualmente comprometida, ficou em 12,6%, reduzindo 3,0 pontos percentuais em relação aos 15,6% de margem em 2008.

INVESTIMENTOS

Os investimentos de 2009 foram realizados em menor proporção, pois o cenário econômico recessivo ocorrido durante o ano exigiu uma postura conservadora. Do total de R\$ 26,8 milhões investidos no exercício, as parcelas mais relevantes foram destinadas para o campo de provas, máquinas e equipamentos, unidades do exterior e ferramental, conforme distribuição no quadro abaixo.

Investimentos – R\$ milhões		
	2009	2008
Máquinas e equipamentos	6,6	12,6
Ferramentas	2,7	6,8
Campo de provas	11,2	9,4
Equipamentos de informática	0,8	0,8
Móveis e utensílios	0,3	0,5
Veículos	0,1	0,2
Construções e reformas	0,4	11,2
Unidades do exterior	4,7	10,8
Total	26,8	52,3

UNIDADE INDUSTRIAL DA CHINA

A unidade industrial da China já está em plena atividade operacional desde o início do 2S09, através da qual a Fras-le espera expandir os seus negócios no mercado asiático, pois reduzirá o prazo de entrega dos produtos, além de estar mais próximo dos clientes, e também ter melhores condições para conhecer e desenvolver aquele mercado. Nestes primeiros meses de operação a unidade se manteve focada na produção e comercialização de lonas de freio para veículos comerciais, e em breve, iniciará a produção de pastilhas de freio, também para veículos comerciais.

UNIDADE INDUSTRIAL DO ALABAMA

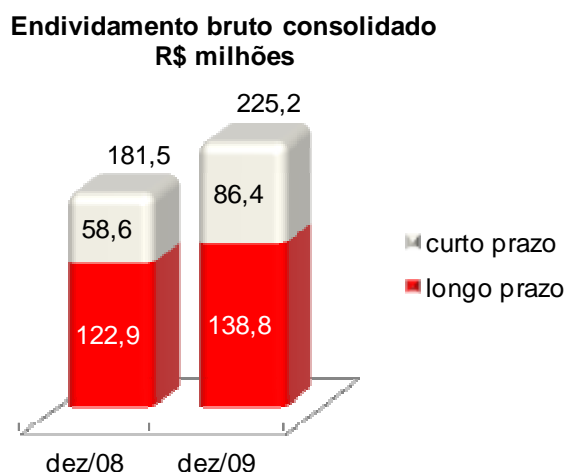
A indústria automobilística norte-americana, que já vinha apresentando sucessivos declínios na sua demanda em anos anteriores, teve seu desempenho severamente afetado pela crise econômica mundial em 2009. Por esse motivo, a unidade industrial do Alabama, adquirida pela Fras-le na metade de 2008, momento em que estava focada exclusivamente no atendimento a montadoras e sistemistas ainda encontra dificuldades para aumentar seus volumes de vendas, e por isso opera com uma significativa sobra de capacidade produtiva. Por outro lado, já está diversificando o seu foco de atendimento, onde passou a atuar também na reposição de pastilhas de freio para veículos comerciais, e atualmente já pode contar com importantes clientes deste mercado.

CAMPO DE PROVAS

Após constantes revisões no seu cronograma por consequência de fatores climáticos, o projeto campo de provas foi concluído no final de 2009, sendo que em janeiro de 2010 recebeu dos órgãos fiscalizadores a licença para operar (LO). Atualmente algumas montadoras realizam seus testes no local, além de novas reservas que já estão sendo feitas para utilização da estrutura, que compreende a uma área de 87 (oitenta e sete) hectares, com 18 (dezoito) pistas de testes, as quais somam 15 (quinze) km de extensão, e um prédio de 2.000 m², que acolhe garagem de preparação de veículos para testes e também laboratórios. As pistas também beneficiam a Fras-le no desenvolvimento dos seus produtos, possibilitando que os seus testes tenham as melhores e mais avançadas condições tecnológicas, significando a garantia de mais segurança, qualidade, competitividade e confiabilidade nos produtos.

GESTÃO FINANCEIRA

Durante o exercício de 2009 a Fras-le amortizou R\$ 119,5 milhões da dívida financeira, sendo as principais: R\$ 87,2 milhões em adiantamentos de contratos de câmbio, R\$ 13,5 milhões com Votorantin/BNDES, R\$ 8,0 milhões com Unibanco/BNDES e R\$ 7,9 milhões com FINEP. Em contrapartida foram liberados novos recursos para crédito em conta corrente, sendo os principais: R\$ 107,3 milhões em contratações de ACC's, R\$ 48,6 milhões com um novo financiamento BNDES/Banco do Brasil, e R\$ 10,4 milhões com linhas complementares junto a FINEP, encerrando o período com um endividamento financeiro bruto consolidado de R\$ 225,2 milhões. Deste montante R\$ 86,4 milhões ou 38,4% correspondem ao curto prazo e R\$ 138,8 milhões ou 61,6% ao longo prazo, sendo que R\$ 64,1 milhões ou 28,5% estão atrelados ao dólar. Cabe destacar que da dívida de curto prazo, R\$ 39,9 milhões são ACC's.



A dívida consolidada de longo prazo da Fras-le está com um prazo médio de 8 (oito) anos para amortização, e apresenta a seguinte composição:

Cronograma de amortização anual da dívida de longo prazo – R\$ milhões							
Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
Valor	23,2	72,1	19,8	10,0	4,0	3,3	6,4

Dos recursos ingressados na Companhia em 2009, através das liberações de ACC's e outros financiamentos, parte deles estão aplicados no mercado financeiro. Com o registro dessas aplicações, somado a outros recursos em caixa e bancos, as disponibilidades da Companhia encerraram o exercício de 2009 com um saldo de R\$ 205,3 milhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 19,9 milhões.

A Fras-le adota uma política conservadora de gestão financeira e, portanto, não possui derivativos de câmbio ou aplicações financeiras especulativas lastreadas em risco ou alavancadas. Os instrumentos financeiros em que a Companhia participa são informados em notas explicativas.

GOVERNANÇA CORPORATIVA E MERCADO DE CAPITAIS

Guidance

Durante a elaboração deste relatório a Fras-le informou ao mercado as suas expectativas de desempenho para o exercício de 2010. Considerando o cenário de negócios para o ano, foram apresentados os seguintes números:

Receita Bruta Total – R\$ 638 milhões

Receita Líquida Consolidada – R\$ 470 milhões

Investimentos – R\$ 38 milhões

Exportações – US\$ 88 milhões

Importações – US\$ 15 milhões

Tais indicadores são validados no processo do plano estratégico e são respaldados pela avaliação dos cenários macroeconômicos domésticos e dos países com quais ela mantém relações comerciais, bem como, indicadores setoriais, da indústria automotiva, e comportamento de mercado nos segmentos de atuação.

Remuneração dos Acionistas

Conforme deliberado pelo Conselho de Administração, em reuniões realizadas nos meses de junho e dezembro de 2009, respectivamente, foram pagos aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, R\$ 10,3 milhões, sendo R\$ 3,4 milhões em julho de 2009 e R\$ 6,9 milhões em janeiro de 2010. Em decorrência, a Companhia obteve um benefício com imposto de renda e contribuição social na ordem de R\$ 3,5 milhões.

A proposta de destinação do lucro líquido a ser submetida a deliberação na próxima AGO, que se realizará em abril de 2010, prevê a remuneração aos acionistas com o percentual de 31,01% do lucro ajustado, ou seja, 6% maior que o dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social e demonstrado nas Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas. Tal percentual perfaz dividendos de R\$ 12,9 milhões, que após deduzidos os juros sobre o capital próprio, no valor de R\$ 8,78 milhões, creditados no exercício de 2009 (pelo valor líquido de imposto de renda na fonte), remanesce a pagar o montante de R\$ 4,20 milhões. Pela proposta, os acionistas farão jus a R\$ 0,06098 por ação ordinária e R\$ 0,06707 por ação preferencial.

Relacionamento com Investidores

Atendendo ao cronograma de eventos e objetivando ampliar os níveis de transparência, estreitar relacionamentos com investidores e demais integrantes do mercado de capitais, a Fras-le, listada no Nível 1 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&F Bovespa desde novembro de 2004, apresentou no mês de junho de 2009 seus resultados e perspectivas de desempenho, aos membros da APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais. Os eventos aconteceram nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, sendo que ao término das apresentações a Fras-le recebeu premiação de cada uma das regionais da associação, pela assiduidade em suas apresentações.

Desempenho das Ações

No exercício de 2009 as ações preferenciais (FRAS4) da Companhia tiveram uma valorização de 79,3%, cotada no encerramento do ano em R\$ 4,16 por ação. Durante este período foram negociadas 9,3 milhões de ações preferenciais, através de 6.228 negócios, com um volume médio diário negociado de R\$ 125 mil.

(Fonte: BM&F Bovespa)

No final de 2009 a base acionária da Fras-le estava composta por 1.469 (um mil e quatrocentos e sessenta e nove) acionistas, os quais estão distribuídos da seguinte forma:



Encerramento aquisição de ações da Companhia

Durante o 1T09 a Fras-le encerrou a aquisição de 1.600.000 (um milhão e seiscentas mil) ações preferenciais de sua emissão em circulação no mercado, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, representando 100% do total autorizado pelo Conselho de Administração.

As compras foram realizadas com observância do prazo máximo de 180 dias mencionado na RCA, ao preço médio de R\$ 2,429 por ação, perfazendo um desembolso de R\$ 3,9 milhões. A aquisição representou oportunidade de investimento para a Companhia, considerando a cotação daquele período, aliada às boas práticas de governança corporativa.

Instrução CVM nº 381/2003 – Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução Nº 381/03 da Comissão de Valores Mobiliários, informamos o seguinte:

1) Em 2009, a Companhia pagou honorários à empresa Ernst & Young o montante de R\$ 125 mil, os quais abrangem os serviços de auditoria externa e outros serviços específicos de assessoria fiscal de análise da aplicação da legislação tributária, cujas características são demonstradas a seguir:

(a) Outros serviços			
Período	Duração	Honorários pagos	% s/ o valor dos serviços de auditoria externa
Janeiro a Junho	6 meses	R\$ 23 mil	22,55%
Estes serviços não afetaram as restrições da Instrução CVM 381/03, pois referem-se principalmente a trabalhos de revisão de aderência às regras fiscais e foram realizados por profissionais de área totalmente distinta daquela em que atuam os profissionais que realizam os serviços de auditoria externa, portanto não afetam a independência e objetividade necessárias aos serviços de auditoria externa.			
(b) Serviços de auditoria externa obrigatórios			
Período	Duração	Honorários pagos	% sobre o valor total pago à Ernst e Young
Março a dezembro	10 meses	R\$ 102 mil	81,6%
Os serviços legais obrigatórios de auditoria externa compreenderam a revisão das informações trimestrais (ITRs) dos períodos encerrados em março, junho e setembro de 2009 e auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (DFP).			

A exposição justificativa dos auditores independentes à administração da companhia referente os serviços de auditoria externa foi a seguinte:

“Com relação ao trabalho de serviços de assessoria fiscal de análise da aplicação da legislação tributária (período de janeiro a junho de 2009), requisitado pela Administração da Fras-le S.A., informamos que, a nosso ver, os referidos trabalhos não caracterizam a perda da nossa objetividade e independência na atuação como Auditores Independentes da Fras-le S.A.”

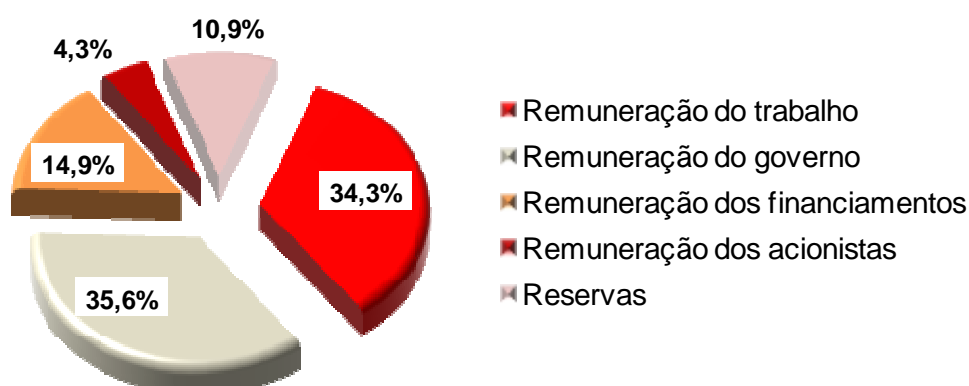
2) A Companhia tem como política atender às restrições de serviços dos auditores independentes, ou seja, assegurar que não haja conflito de interesse, perda de independência ou objetividade pelos serviços prestados por auditores independentes, não relacionados à auditoria externa. Tal independência é obtida pela prestação dos serviços por profissionais de áreas independentes da empresa de auditoria.

SUSTENTABILIDADE

Valor adicionado

Com receitas¹ de R\$ 555,1 milhões após a exclusão da provisão para devedores duvidosos a Fras-le gerou um valor adicionado líquido consolidado de R\$ 289,4 milhões no exercício de 2009, os quais foram distribuídos da seguinte forma:

2009



Responsabilidade Social

A Fras-le chegou ao final do exercício de 2009 contando com a colaboração de 2.632 funcionários no mundo inteiro, para os quais proporciona inúmeros benefícios, sendo a maioria deles extensivo aos familiares, entre os quais destacam-se: serviços de saúde e odontológicos; educação; alimentação; reembolso medicação e ótica; previdência privada; transporte; assistência jurídica; auxílio creche; premiação por tempo de empresa e recreação.

Visando proporcionar uma educação permanente dos seus funcionários, objetivando o desenvolvimento das competências técnicas e comportamentais, a Fras-le patrocina diversas atividades, entre elas, educação formal, capacitação técnica, desenvolvimento de equipes, desenvolvimento de líderes e gestores, e educação à distância.

Através da política de gestão de pessoas, a Companhia desenvolve vários programas que visam proporcionar um clima organizacional saudável, entre eles destacam-se:

Programa Crescer: Proporciona educação permanente dos colaboradores, através da educação formal, capacitação técnica, desenvolvimento de equipes e desenvolvimento de líderes.

¹ Receita bruta consolidada - vendas canceladas e devoluções.

Programa Florescer: Proporciona a preparação de crianças e adolescentes em desigualdade sócio-econômica, para o exercício da cidadania, o qual atende jovens de 7 a 14 anos, possibilitando diversas atividades pedagógicas, num centro de educação próprio totalmente equipado para tal finalidade.

Programa Qualificar: Proporciona a preparação de jovens de 14 a 18 anos para uma melhor inserção no mercado de trabalho, através do ensino profissionalizante e formação técnica.

Programa Novos Caminhos: Prepara colaboradores para a aposentadoria, possibilitando aprendizado para continuação de uma atividade profissional após o desligamento da Companhia.

Programa Viver de Bem Com a Vida: Visa estimular hábitos e atitudes saudáveis, como combate ao alcoolismo e drogas, proporcionando diversas atividades aos colaboradores para promoção da saúde no âmbito individual, social, profissional, familiar e no trabalho.

Programa Incluir: Partindo do princípio “Pessoas valorizadas e respeitadas” o programa tem como objetivo disseminar na cultura organizacional, a igualdade de oportunidades, respeitando as diversidades, sejam elas étnicas, raciais, de credo, de deficiência, de idade, entre outras.

Durante o exercício de 2009 a Fras-le também distribuiu aos seus funcionários, participação nos resultados da Companhia, sendo que o programa retribui o envolvimento, a dedicação e o comprometimento de cada colaborador, dessa forma todos são envolvidos na busca de melhor desempenho e cumprimento dos objetivos traçados para o crescimento da Companhia.

Responsabilidade Ambiental

Na Fras-le persegue-se, incansavelmente, o princípio básico de que o bom desempenho econômico-financeiro deve, necessariamente, vir acompanhado de claras atitudes em favor do meio ambiente. Minimizar e prevenir os impactos ambientais decorrentes do uso de recursos naturais e da geração de resíduos são os objetivos e metas do Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Algumas das ações praticadas pela Fras-le para a conservação ambiental são:

- Busca de novas tecnologias para otimização do tratamento de resíduos sólidos e/ou líquidos;
- Indicadores específicos de medição de desempenho ambiental;
- Construção da nova central de resíduos;
- Processo de Compostagem de lodo da ETE e podas da jardinagem;
- Sistema de Tratamento de Efluentes;
- Monitoramento das emissões atmosféricas, resíduos líquidos e sólidos;
- Realização de atividades de educação ambiental para público interno e externo, durante a semana que comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente;
- E outros programas voltados à preservação ambiental.

Em 2009 foram realizadas melhorias relativas à operação da empresa, as quais totalizaram R\$ 4,5 milhões em investimentos ambientais. Entre eles, podemos destacar a troca do sistema de aeração do reator biológico. O novo sistema de aeração é por ar difuso, este modelo aumenta a eficiência do reator biológico e melhora a qualidade do

efluente final. As vantagens desse sistema são o menor consumo de energia elétrica, melhor decantação do efluente, melhor distribuição de oxigênio dissolvido e menor custo de operação.

Ao longo de 2009, mais de 57 milhões de litros de efluentes foram tratados na Fras-le. Os efluentes são provenientes de sanitários, vestiários, restaurante, torres de resfriamento, lavador de gases, entre outros. O processo de tratamento é realizado com adição de produtos químicos e tratamento biológico, além de sistema de filtragem para garantir o atendimento ao padrão de emissão e legislação vigente. A ETE possui equipe capacitada para a operação, e é coordenada por responsável técnico, sendo a área de Meio Ambiente a responsável pela atividade.

EXPECTATIVAS

Num cenário muito diferente do início de 2009, o otimismo está tomando conta de todos os setores, principalmente da indústria automobilística nacional, que mesmo em ano de crise, atingiu recorde de vendas. Este otimismo está ficando ainda mais fortalecido à medida que as principais montadoras anunciam seus planos de investimentos, para 2010, e também novas fábricas para o Brasil.

A previsão para o setor de cargas também é de alta, pois com a economia aquecida a tendência é que a demanda por fretes rodoviários aumente e, conseqüentemente, tenha uma movimentação maior de caminhões nas estradas. Com isso os fabricantes de veículos comerciais pesados já estão prevendo a recuperação deste setor, que foi muito afetado durante o ano de 2009 e encerrou o ano com declínio de vendas e produção.

No mercado externo, a expectativa é otimista para uma recuperação da indústria automobilística em 2010, porém, nos países mais desenvolvidos da Europa e nos Estados Unidos, os fabricantes de veículos e a economia em geral ainda deverão encontrar dificuldades para melhorar o seu desempenho.

No mercado norte-americano a administração da Companhia está confiante que a indústria automobilística local, mesmo que lentamente, começará em breve um ciclo de retomada na demanda, o que beneficiará também as empresas fornecedoras de peças, onde se inclui a nossa unidade localizada no Alabama. O momento continua favorável para a Fras-le expandir o seu posicionamento no mercado de reposição norte-americano de lonas de freio para veículos comerciais, e também na reposição de pastilhas de freios para veículos de passeio e comerciais leves.

Com estes cenários, mais a excelente recuperação que a Fras-le teve no último semestre de 2009, e também o ritmo acelerado da atual demanda, estamos convencidos que a Companhia tem plena condição de alcançar novos recordes de desempenho em 2010.

A Fras-le continuará buscando oportunidades de crescimento dos volumes de vendas e de participação em materiais de fricção a nível mundial, sendo que as duas unidades industriais do exterior (EUA e China) desempenharão um papel importante de apoio e sustentação dessa estratégia focada para o mercado externo.

Caxias do Sul, fevereiro de 2010
Os Administradores

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e acionistas da
Fras-le S.A.
Caxias do Sul – RS

1. Examinamos os balanços patrimoniais (controladora e consolidado) da Fras-le S.A. em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras das controladas Fras-le Argentina S.A. e Fras-le North America, Inc. relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foram examinadas por outros auditores independentes e a nossa opinião, no que diz respeito aos valores desses investimentos, que totalizam R\$ 3.021 mil e do resultado negativo de equivalência patrimonial decorrente dessas controladas, no valor de R\$2.145 mil, está baseada exclusivamente nos pareceres desses outros auditores independentes.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, com base em nossos exames e nos relatórios de outros auditores independentes, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fras-le S.A em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. As informações por segmento de negócio referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentada no Anexo I, para propiciar informações complementares sobre a Companhia, não são requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações por segmento de negócios foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer sem ressalvas, datado de 6 de fevereiro de 2009.

Porto Alegre, 26 de janeiro de 2010.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1S192685/O-9/S/RS

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Circulante					
Disponibilidades	5	201.404	100.321	205.314	107.512
Clientes	6	70.927	77.585	61.329	69.014
Estoques	7	46.734	72.907	64.532	92.421
Impostos a recuperar	8	4.999	5.704	9.420	6.917
Impostos diferidos	16	4.247	9.232	6.260	10.654
Outras contas		6.641	3.492	4.072	4.197
		334.952	269.241	350.927	290.715
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Depósitos judiciais	14	6.190	6.333	6.193	6.360
Empresa controladora	9	751	-	751	-
Impostos a recuperar	8	2.182	4.022	2.182	4.022
Impostos diferidos	16	2.478	1.778	2.478	2.151
Outras contas a receber		816	5.802	838	6.372
		12.417	17.935	12.442	18.905
Investimentos	10	9.842	13.402	1.106	1.106
Imobilizado	11	150.062	140.453	161.416	151.362
Intangível	11	1.425	1.850	1.484	1.867
		161.329	155.705	164.006	154.335
		508.698	442.881	527.375	463.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Circulante					
Financiamentos e empréstimos	12	82.127	51.442	86.403	58.618
Fornecedores		13.791	8.847	17.188	11.711
Salários e férias		12.693	12.179	13.046	12.655
Impostos e contribuições		5.938	4.575	5.946	4.711
Impostos diferidos	16	196	281	196	281
Participações de empregados e administradores		6.717	4.039	6.717	4.039
Dividendos e juros sobre o capital próprio		8.503	5.708	8.503	5.708
Comissões		1.361	890	1.318	431
Partes relacionadas	9	374	253	374	253
Instrumentos financeiros derivativos		43	17.176	43	17.176
Outras contas		6.535	4.609	6.728	4.823
		138.278	109.999	146.462	120.406
Não circulante					
Financiamentos e empréstimos	12	126.600	111.245	138.789	122.930
Impostos e contribuições		-	8.042	-	8.042
Impostos diferidos	16	-	13	-	13
Provisão para litígios	14	5.393	2.186	5.643	2.711
Empresa controladora	9	-	101	-	101
Plano de pensão	15	25	168	25	168
Partes relacionadas	9	1.193	1.048	1.193	1.048
		133.211	122.803	145.650	135.013
Participações de acionistas não controladores		-	-	194	411
Patrimônio líquido					
Capital social	17	118.000	100.000	118.000	100.000
Reservas de capital		-	611	-	611
Reservas de lucros		120.010	107.477	117.870	105.523
Ajustes acumulados de conversão		(801)	1.991	(801)	1.991
		237.209	210.079	235.069	208.125
		508.698	442.881	527.375	463.955

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2009	2008	2009	2008
Receita operacional bruta					
Venda de produtos		532.279	532.134	554.659	557.813
Deduções					
Impostos sobre as vendas		(123.173)	(119.649)	(123.173)	(119.648)
Devoluções e abatimentos		(3.431)	(5.870)	(3.431)	(5.870)
Receita operacional líquida		405.675	406.615	428.055	432.295
Custos dos produtos vendidos		(283.835)	(289.072)	(297.920)	(302.626)
Lucro bruto		121.840	117.543	130.135	129.669
(Despesas) outras receitas operacionais					
Vendas		(41.656)	(38.286)	(44.632)	(40.170)
Administrativas e gerais		(25.746)	(24.854)	(33.559)	(33.668)
Honorários da administração		(3.071)	(3.019)	(3.071)	(3.020)
Despesas financeiras	18	(39.022)	(74.960)	(40.989)	(76.329)
Receitas financeiras	18	60.189	63.399	60.279	63.399
Resultado da equivalência patrimonial		(4.218)	361	-	-
Outras (despesas) receitas líquidas		(8.373)	(3.789)	(8.959)	(4.510)
Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e das participações estatutárias		59.943	36.395	59.204	35.371
Imposto de renda e contribuição social	16	(14.002)	(7.803)	(13.385)	(7.937)
Participação dos administradores nos lucros		(1.860)	(1.736)	(1.860)	(1.736)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores		44.081	26.856	43.959	25.698
Participação dos acionistas não controladores		-	-	(63)	(176)
Lucro líquido do exercício		44.081	26.856	43.896	25.522
Lucro líquido por ação - R\$		0,6613	0,3987		
Quantidade de ações em circulação ao final do exercício		66.654.000	67.354.000		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros			Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva geral de lucros	Ações em tesouraria			
Saldos em 31 dezembro de 2007	100.000	611	13.103	78.697	-	-	-	192.411
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	26.856	26.856
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	-	-	-	2.978	-	-	-	2.978
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	1.991	-	1.991
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	(2.152)	-	-	(2.152)
Destinações:								
Reserva legal	-	-	1.343	-	-	-	(1.343)	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	13.508	-	-	(13.508)	-
Juros sobre capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	-	(12.005)	(12.005)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	100.000	611	14.446	95.183	(2.152)	1.991	-	210.079
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	44.081	44.081
Aumento de capital com reservas - AGOE 07/04/2009	18.000	(611)	-	(17.389)	-	-	-	-
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	(2.792)	-	(2.792)
Aquisição de ações próprias	-	-	-	-	(1.734)	-	-	(1.734)
Destinações:								
Reserva legal	-	-	2.204	-	-	-	(2.204)	-
Reserva geral de lucros	-	-	-	29.452	-	-	(29.452)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(2.089)	(2.089)
Juros sobre capital próprio - Lei nº 9.249/95	-	-	-	-	-	-	(10.336)	(10.336)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	118.000	-	16.650	107.246	(3.886)	(801)	-	237.209

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Receitas				
Venda de produtos e serviços, (-) devoluções	528.849	526.264	551.228	551.943
Outras receitas	809	2.537	822	2.502
Receitas relativas à construção de ativos próprios	3.555	10.613	3.555	10.613
Provisão para devedores duvidosos	(528)	(350)	(528)	(350)
	532.685	539.064	555.077	564.708
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	182.796	218.007	182.796	218.007
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	113.030	86.104	129.207	102.073
	295.826	304.111	312.003	320.080
Retenções				
Depreciação e amortização	12.639	18.888	13.954	19.611
Valor adicionado líquido gerado pela companhia	224.220	216.065	229.120	225.017
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(4.218)	361	-	-
Receitas financeiras	60.189	63.399	60.279	63.399
	55.971	63.760	60.279	63.399
Valor adicionado total a distribuir	280.191	279.825	289.399	288.416
Distribuição do valor adicionado				
Empregados				
Remuneração direta	62.558	66.220	68.764	71.547
Benefícios	11.218	12.068	11.228	12.137
FGTS	7.899	6.764	7.899	6.764
Honorários e participações dos administradores	4.297	4.725	4.297	4.725
Participação dos empregados nos lucros	6.219	3.751	6.354	3.751
Plano de aposentadoria e pensão	853	746	854	746
	93.044	94.274	99.396	99.670
Tributos				
Federais	70.155	56.939	71.166	59.923
Estaduais	31.528	24.757	31.528	24.757
Municipais	348	527	348	527
	102.031	82.223	103.042	85.207
Financiadores				
Juros e despesas financeiras	40.172	75.702	42.140	77.071
Aluguéis	863	770	862	770
	41.035	76.472	43.002	77.841
Acionistas				
Juros sobre capital próprio	10.336	12.005	10.336	12.005
Dividendos	2.089	-	2.089	-
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	-	-	63	176
Lucros retidos do exercício	31.656	14.851	31.470	13.517
Valor adicionado distribuído	280.191	279.825	289.399	288.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro Líquido do exercício	44.081	26.856	43.896	25.522
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	12.639	18.888	13.953	19.611
Provisões para contingências	3.820	(535)	3.545	(216)
Outras provisões	3.001	(1.255)	3.149	(586)
Custo residual de ativos permanentes baixados e vendidos	317	85	336	94
Equivalência patrimonial	4.218	(361)		
Participação dos minoritários	-	-	(217)	(124)
Variação cambial de controladas no exterior	-	-	2.866	(278)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	(2.792)	1.991
Variação sobre empréstimos	(7.101)	31.017	(11.021)	31.487
Variação em derivativos	(12.405)	16.134	(12.405)	16.134
Ajustes adoção inicial da lei 11.638/07 e MP 499/08		(508)	-	(508)
Recebimento de lucros e dividendos de subsidiárias	3.046	2.722	-	-
Variações nos ativos e passivos				
Outras contas a receber	4.172	(8.098)	4.592	(10.611)
Contas a receber de clientes	6.130	(15.569)	7.426	(8.358)
Estoques	26.167	(25.778)	27.884	(35.185)
Fornecedores	4.943	(4.408)	5.476	(4.537)
Contas a pagar	(10.303)	(2.596)	(9.717)	(2.853)
Imposto de renda e contribuição social	4.186	5.021	4.185	5.195
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	86.911	41.615	81.156	36.778
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(22.140)	(41.944)	(26.826)	(52.333)
Integralização de capital de controlada	(5.630)	(3.368)	-	-
Aquisição de ações próprias	(1.735)	(2.152)	(1.735)	(2.152)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(29.505)	(47.464)	(28.561)	(54.485)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(9.630)	(12.376)	(9.630)	(12.376)
Empréstimos tomados	172.686	156.368	174.216	174.759
Pagamento de empréstimos	(109.702)	(121.983)	(109.702)	(121.983)
Empréstimos tomados (pagos) com controladora e controladas	-	5.416	-	5.416
Empréstimos tomados com outras partes relacionadas	166	(629)	166	(629)
Juros pagos por empréstimos	(9.843)	(8.239)	(9.843)	(8.239)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	43.677	18.557	45.207	36.948
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	101.083	12.708	97.802	19.241
Demonstração do aumento nas disponibilidades				
No início do exercício (Nota 23)	100.321	87.613	107.512	88.271
No fim do exercício (Nota 23)	201.404	100.321	205.314	107.512
Aumento nas disponibilidades	101.083	12.708	97.802	19.241

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

A Companhia tem por objeto a fabricação, comercialização e importação de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, materiais de fricção, produtos à base de resinas, autopeças, artefatos de plásticos e seus derivados, bem como a prestação de assistência técnica, podendo participar no capital de outras sociedades.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião de diretoria realizada em 25 de janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Com o objetivo de aprimorar as informações prestadas ao mercado, a Companhia está apresentando como informação complementar a posição consolidada de suas operações por segmentos geográficos de atuação (Vide anexo I).

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

b) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o estabelecimento das vidas úteis e do valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, realização de estoques e impostos diferidos ativos, provisão para contingências, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos

estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

c) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Disponíveis para venda:

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

d) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM No 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

e) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado".

Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de

responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Para as transações de venda a Companhia utiliza a variação da taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações de vendas a prazo. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado e, ajustado por provisão para obsolescência, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

Demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados pelo valor líquido de realização.

Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, incluindo os juros incorridos com empréstimos utilizados para sua construção, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº. 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2009 e 2008 compreendem apenas os ativos adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, e são amortizados por taxas lineares considerando sua vida útil, conforme Nota Explicativa nº 11.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

f) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada no resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e

é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

h) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Para a parcela referente ao plano de pensão de contribuição definida, os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas, no momento em que são realizadas as contribuições.

Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

i) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo).

j) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 45%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

k) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Fras-le S.A. e suas controladas a seguir relacionadas:

	Percentual de participação			
	2009		2008	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Fras-le Argentina S.A. (a)	94,00	-	94,00	-
Fras-le North America, Inc. (a)	100,00	-	100,00	-
Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda. (a)	99,00	-	99,00	-
Fras-le México S de RL de CV (a)	99,66	-	99,66	-
Fras-le Friction Material Pinghu Co Ltd (a)	100,00	-	100,00	-
Fras-le Europe (a)	100,00	-	-	100,00

(a) Sociedades controladas no exterior

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;

- b. Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de incertezas de recuperação dos ativos relacionados;
- d. Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado e apresentado como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado; e
- e. Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas.

A conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido está demonstrada a seguir:

	Lucro do exercício		Patrimônio líquido	
	2009	2008	2009	2008
Controladora	44.081	26.856	237.209	210.079
Realização de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquidos de imposto de renda e contribuição social	3.857	361	-	-
Eliminação de lucro auferido pela controladora em transações com controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	(4.042)	(1.695)	(2.140)	(1.954)
Consolidado	43.896	25.522	235.069	208.125

5. Disponibilidades

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Caixa e bancos	3.132	2.255	7.042	8.602
Aplicações financeiras	<u>198.272</u>	<u>98.066</u>	<u>198.272</u>	<u>98.910</u>
	<u>201.404</u>	<u>100.321</u>	<u>205.314</u>	<u>107.512</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100,0% e 105,00% (100,0% a 103,6% em 31 de dezembro de 2008) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, com liquidez diária.

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Circulante:				
No País	31.344	21.971	31.344	21.971
No exterior	24.969	43.937	34.735	53.370
Empresas controladas	18.697	17.068	-	-
Partes relacionadas	421	87	421	87
Menos:				
Cambiais descontadas	(2.185)	(3.323)	(2.185)	(3.323)
Ajuste a valor presente	(488)	(852)	(488)	(852)
Provisão para devedores duvidosos	<u>(1.831)</u>	<u>(1.303)</u>	<u>(2.498)</u>	<u>(2.239)</u>
	<u>70.927</u>	<u>77.585</u>	<u>61.329</u>	<u>69.014</u>

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Contas a receber – vencidos (*)				
De 1 a 30 dias	4.898	6.213	7.076	8.111
De 31 a 60 dias	291	266	306	1.457
De 61 a 90 dias	212	1.440	216	2.116
De 91 a 180 dias	245	505	247	1.170
Acima de 181 dias	1.981	1.224	2.202	2.467
Total	7.627	9.648	10.047	15.321

(*) Exclui na controladora o montante de R\$8.339 (R\$13.990 em 2008) relativos a transações com empresas relacionadas.

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Produtos acabados	17.146	30.650	32.388	44.445
Produtos em elaboração	4.958	5.733	5.830	6.009
Matérias-primas	17.061	20.721	18.745	26.154
Materiais auxiliares e de manutenção	2.111	1.796	2.111	1.796
Estoques em poder de terceiros	4.751	13.145	4.751	13.145
Adiantamento a fornecedores	1.012	1.162	1.012	1.172
Provisão estoques obsoletos	(305)	(300)	(305)	(300)
	46.734	72.907	64.532	92.421

8. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
ICMS	4.197	5.171	4.197	5.171
Imposto de renda e contribuição social	1.043	1.720	1.043	1.720
COFINS	1.563	1.905	1.563	1.905
PIS	339	418	339	418
Outros	39	512	4.460	1.725
Total	7.181	9.726	11.602	10.939
(-) Circulante	4.999	5.704	9.420	6.917
Total do não circulante	2.182	4.022	2.182	4.022

a. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, gerados nas unidades produtoras e comerciais da Companhia.

b. PIS e COFINS

O saldo é composto por valores de créditos originados da cobrança não-cumulativa do PIS e da COFINS, apurados principalmente nas operações de

aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que são compensados em parcelas mensais sucessivas, conforme determinado pela legislação.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e antecipações no recolhimento de imposto de renda e contribuição social realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais a pagar.

9. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e operações entre partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, bem como, as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações com a Companhia, sua controladora e suas controladas, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

	Jost Sistemas Automotivo s Ltda.	Randon Veículos Ltda.	Suspensys Sistemas Automotivos Ltda.	Randon S.A. Implementos e Participações (b)	Master Sistemas Automotivos Ltda.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le North America Inc.	Fras-le Mexico S de RL de CV	Fras-le Friction Material Pinghu co Ltd	Fras-le Europe.	Outras partes relacionada: (a)	Total		
												2009	2008	
Ativo														
Contas a receber	8	-	6		407	5.445	11.582	-	711	959	-	19.118	17.155	
Passivo														
Contas a pagar	-	-	-	123	-	-	-	-	-	-	-	123	-	
Mútuos a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.567	1.567	1.402	
Comissões a pagar	-	-	-	-	-	-	45	-	-	-	-	45	459	
Resultado do exercício														
Compra de produtos e serviços	-	2	4	4.560	-	-	-	-	-	-	-	4.566	3.960	
Venda de produtos e serviços	-	65	-	118	21.215	15.522	15.214	-	1.551	-	-	53.685	57.066	
Despesas com comissões	8	-	6	-	-	-	4.919	422	-	1.185	-	6.450	4.288	
Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	144	144	197	
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	121	

(a) Saldos de mútuos a pagar mantido junto a diretores, membros do Conselho de Administração entre outras partes relacionadas.

(b) Controladora direta da Companhia. A controladora final do Grupo é a Dramd Participações e Administração Ltda.

Natureza, termos e condições das transações

As transações de vendas com partes relacionadas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas e vendas de insumos utilizados na produção. O prazo médio de recebimento para vendas domésticas é de aproximadamente 14 dias e no mercado externo é de aproximadamente 160 dias.

As operações de compras efetuadas com partes relacionadas referem-se a fornecimento de insumos e serviços utilizados no processo produtivo da Companhia. Os prazos médios de pagamento são de aproximadamente 14 dias.

Os saldos de conta corrente, relativos aos contratos de mútuo entre a controladora, controladas e outras partes relacionadas, possuem prazo de vencimento indeterminado e são atualizados pró-rata tempore pela taxa DI-Extra, editada pela Andima, sem juros.

Remuneração da Administração chave

Os montantes referentes a remuneração do pessoal chave da administração estão apresentados abaixo:

	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Benefícios de curto prazo (salários, ordenados, participações nos lucros e despesas com assistência médica)	4.948	3.935
Benefícios pós emprego – contribuições para Randon Prev	213	120
Total	5.161	4.055

A companhia não possui remuneração nas categorias de: i) benefícios de longo prazo, ii) benefícios de rescisão de contrato de trabalho e iii) remuneração baseada em ações.

10. Investimentos

a) Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Participações em empresas controladas	8.736	12.296	-	-
Outros investimentos mantidos ao custo	1.106	1.106	1.106	1.106
	9.842	13.402	1.106	1.106

b) Movimentação dos saldos

	Fras-le North America, Inc.	Fras-le Argentina S.A.	Fras-le Andina Com. Y Repres. Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd	Fras-le Europe	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.629	6.433	49	77	4.109	-	12.297
- Equivalência patrimonial	(3.131)	986	5	4	(2.024)	(58)	(4.218)
- Integralização de capital	-	-	-	-	3.851	1.346	5.197
- Baixa de investimento	434	-	-	-	-	-	434
- Ajustes acumulados de conversão	204	(1.352)	(3)	(25)	(1.576)	(40)	(2.792)
- Dividendos distribuídos	-	(3.046)	-	-	-	-	(3.046)
- Passivo à descoberto de controlada	864	-	-	-	-	-	864
Saldos em 31 de dezembro de 2009	-	3.021	51	56	4.360	1.248	8.736

c) Informações das investidas

	Fras-le North América Inc. (a)	Fras-le Argentina S/A (a)	Fras-le Andina Com Y Repres. Ltda.	Fras-le México S de RL de CV	Fras-le Friction Material Co. Ltd.	Fras-le Europe	Totais	
							2009	2008
Capital social	35	708	19	2	6.108	1.855		
Quantidade de quotas ou ações (em lote de mil)								
- Ordinárias	20	1.454	-	-	-	-		
- Quotas	-	-	10	15	-	-		
Participação no capital social, no final do exercício - %	100,00	94,00	99,00	99,66	100,00	100,00		
Patrimônio líquido ajustado	(864)	3.214	52	56	4.360	1.247		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.534)	1.049	5	4	(2.024)	(1)		
Ajustes acumulados de conversão	204	(1.352)	(3)	(25)	(1.576)	(40)		
Resultado da equivalência patrimonial	(3.131)	986	5	4	(2.024)	(58)	4.218	361
Valor do investimento	-	3.021	51	56	4.360	1.248	8.736	2.296

(a) Informações auditadas por outros auditores independentes.

d) Dividendos recebidos

A Companhia recebeu dividendos da sua controlada direta Fras-le Argentina S.A. no valor de R\$ 3.046 no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 2.722 em 2008).

11. Imobilizado e intangível

a) Composição dos saldos

	Taxa média anual de depreciação % a.a.	Controladora				Consolidado			
		2009		2008		2009		2008	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Tangível									
Edificações	2,17	44.773	(13.619)	31.154	30.734	45.981	(13.866)	32.115	31.559
Máquinas e equipamentos	8,81	184.455	(123.085)	61.370	56.080	195.737	(125.067)	70.670	65.442
Moldes	9,02	56.965	(31.425)	25.540	25.439	56.965	(31.425)	25.540	25.439
Móveis e utensílios	8,22	8.872	(5.856)	3.016	2.996	9.101	(6.036)	3.065	3.146
Veículos	9,68	2.506	(1.874)	632	676	2.629	(1.936)	693	719
Equipamentos de computação	21,37	6.142	(5.245)	897	1.367	6.363	(5.429)	934	1.797
Terrenos		1.080	-	1.080	1.080	1.147	-	1.147	1.179
Imobilização em andamento		26.369	-	26.369	20.799	27.248	-	27.248	20.799
Adiantamento a fornecedores		4	-	4	1.282	4	-	4	1.282
		331.166	(181.104)	150.062	140.453	345.175	(183.759)	161.416	151.362
Intangível									
Software	19,99	6.244	(4.819)	1.425	1.850	6.410	(4.926)	1.484	1.867
		337.410	(185.923)	151.487	142.303	351.585	(188.685)	162.900	153.229

b) Movimentação do custo

Controladora	2008		2009		
	Custo	Adições	Baixas	Outras	Custo
Tangíveis					
Edificações	43.719	28	-	1.026	44.773
Máquinas e equipamentos	172.922	3.831	(409)	8.111	184.455
Moldes	53.822	147	(409)	3.405	56.965
Móveis e utensílios	8.518	265	(54)	143	8.872
Veículos	2.584	128	(206)	-	2.506
Equipamentos de computação	6.212	122	(196)	4	6.142
Terrenos	1.080	-	-	-	1.080
Imobilizado em andamento	20.799	14.994	(18)	(9.406)	26.369
Adiantamentos a fornecedores	1.282	2.026	-	(3.304)	4
	<u>310.938</u>	<u>21.541</u>	<u>(1.292)</u>	<u>(21)</u>	<u>331.166</u>
Intangíveis					
Softwares	5.635	599	(11)	21	6.244
	<u>316.573</u>	<u>22.140</u>	<u>(1.303)</u>	<u>-</u>	<u>337.410</u>
Consolidado	2008	2009			
	Custo	Adições	Baixas	Outras	Custo
Tangíveis					
Edificações	44.882	450	-	649	45.981
Máquinas e equipamentos	183.420	7.051	(409)	5.675	195.737
Moldes	53.822	147	(409)	3.405	56.965
Móveis e utensílios	8.841	274	(74)	60	9.101
Veículos	2.749	174	(251)	(43)	2.629
Equipamentos de computação	6.911	125	(196)	(477)	6.363
Terrenos	1.179	-	-	(32)	1.147
Imobilizado em andamento	20.799	15.873	(18)	(9.406)	27.248
Adiantamentos a fornecedores	1.282	2.026	-	(3.304)	4
	<u>323.885</u>	<u>26.120</u>	<u>(1.357)</u>	<u>(3.473)</u>	<u>345.175</u>
Intangíveis					
Softwares	5.744	706	(24)	(16)	6.410
	<u>329.629</u>	<u>26.826</u>	<u>(1.381)</u>	<u>(3.489)</u>	<u>351.585</u>

As imobilizações em andamento estão representadas substancialmente por projetos de expansão e otimização das unidades industriais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram capitalizados juros incorridos sobre empréstimos que financiaram tais projetos, no montante de R\$ 1.150. No mesmo período do ano anterior não houve capitalização de juros.

Certos ativos encontram-se alienados a operações de empréstimos bancários, conforme mencionado na nota explicativa 12.

Os bens totalmente depreciados em uso correspondem ao montante de R\$ 115.933 em 31 de dezembro de 2009 (R\$ 109.193 em 2008).

Durante o exercício de 2009, como permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, foi concluída a revisão da vida útil dos ativos imobilizados da Companhia, que passaram a ser depreciados por novas taxas. O efeito dessa mudança no montante de R\$ 4.554 foi reconhecido a partir do exercício financeiro de 2009.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados e intangíveis desta poderiam estar acima do valor recuperável de acordo com base na Deliberação CVM 527 que aprovou o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

c) Ativo intangível

Os principais ativos intangíveis referem-se a direitos sobre softwares adquiridos de terceiros, amortizados ao longo de sua vida útil estimada em 5 anos.

A amortização deste ativo intangível está apresentada na demonstração de resultados na rubrica correspondente a natureza de sua utilização.

Foi reconhecido no resultado do exercício de 2009, pela Companhia, o montante de R\$ 14.418 (R\$ 14.488 em 2008), relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e processos.

12. Financiamentos e empréstimos

Indexador	Juros	Controladora		Consolidado		
		2009	2008	2009	2008	
Moeda nacional:						
Empréstimos bancários – FINEP	TJLP	1% a 2,5% a.a	41.156	35.746	41.156	35.746
Empréstimos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	-	103	-	103
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	4,907%	46	179	46	179
BNDES	TJLP	2,7% a 4,5% a.a.	95.862	58.158	95.862	58.158
Incentivo fiscal Fundopem (a)	IPCA	3,0% a.a	7.532	3.901	7.532	3.901
Moeda estrangeira:						
Adiantamentos de contratos de câmbio US\$ 22.908 mil	Varição cambial +deságio	2,30 % a 3,60% a.a	39.877	28.155	39.877	28.155
Empréstimos bancários US\$ 7.179 mil	Libor	2,65 %a.a	-	-	12.372	16.829
Empréstimos bancários \$ 5.600 mil	-	29,75% a.a.	-	-	2.563	2.032
Empréstimos bancários ¥ 5.999	PBOC	5,31% a.a. + 2% fiança	-	-	1.530	-
BNDES US\$ 3.869 mil	Varição Cambial	2,5% a 2,7% a.a.	6.736	11.212	6.736	11.212
IFC financiamento de US\$ 10.061 mil	Varição cambial + Libor	2,25% a.a	17.518	25.233	17.518	25.233
			208.727	162.687	225.192	181.548
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			82.127	51.442	86.403	58.618
Passivo não circulante			126.600	111.245	138.789	122.930

(a) Refere-se a empréstimo subsidiado conforme mencionado na Nota Explicativa nº 21

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

Ano de vencimento:	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2008	2008	2009	2009
2010	42.141	42.141	-	-
2011	19.122	23.796	20.787	23.225
2012	16.854	21.528	67.242	72.117
2013	12.925	15.262	14.882	19.758
2014	8.058	8.058	10.031	10.031
2015 a 2021	12.145	12.145	13.658	13.658
	111.245	122.930	126.600	138.789

a) Garantias

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 52.872 (R\$ 66.378 em 2008), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$ 60.376 (R\$ 77.022 em dezembro de 2008).

b) Cláusulas restritivas de contratos de financiamento

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos.

Em 31 de dezembro de 2009 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

13. Programa de Parcelamento Especial - PAES

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº. 10.684/02. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 30 de julho de 2003, estavam programados para serem liquidados em 120 meses com atualização monetária pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os valores incluídos nesse programa incluíam a renúncia da liminar relativa à compensação integral de prejuízos fiscais do exercício de 1996 e da desistência dos processos de compensações de IPI, PIS e Cofins do exercício de 1998 com bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados no exercício de 1995.

Em 17 de novembro de 2009 a Companhia aderiu ao novo parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 através da desistência formal do parcelamento especial e opção pelo pagamento a vista dos saldos remanescentes dos débitos com as devidas reduções de multa e juros de mora.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009, a movimentação do referido programa é como segue:

	<u>Impostos federais</u>
Total dos débitos incluídos no PAES, homologados pela Receita Federal em 2003	16.954
(+) Atualização monetária até 30/11/2009	5.562
(-) Total de pagamentos efetuados até 30/11/2009	(20.045)
(-) Redução conforme Lei 11.941/2009	(2.471)
Saldo dos débitos em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u>

14. Provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia efetuou diversos depósitos judiciais vinculados aos processos relacionados com impostos em discussão judicial. A perda estimada foi provisionada no exigível a longo prazo com base em opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

a) Passivo contingente

O demonstrativo na data-base de 31 de dezembro de 2009 contendo os riscos contingentes (perda) conforme opinião de seus assessores jurídicos encontra-se no quadro a seguir:

Passivo Contingente	Controladora			Consolidado			Depósito Judicial	
	Provável	Possível	Remota	Provável	Possível	Remota	Controladora	Consolidado
a) cível	235	1.542	2.116	235	1.542	2.116	55	55
b) tributário	4.620	13.071	156.159	4.870	13.071	156.159	5.836	5.839
c) trabalhista	674	5.776	1.050	674	5.776	1.050	183	183
d) previdenciário	712	1.834	-	712	1.834	-	964	964
Sub-total	6.241	22.223	159.325	6.491	22.223	159.325	7.038	7.041
Depósito judicial	(848)	-	-	(848)	-	-	(848)	(848)
Total líquido	5.393	22.223	159.325	5.643	22.223	159.325	6.190	6.193

Cível – a maioria das ações são indenizatórias movidas por ex-funcionários em função dos distratos;

Tributário – representado por autuações federais que encontram-se com processos em julgamento na fase administrativa, no STJ e STF.

A Companhia possui processos em andamento, para os quais, baseados na opinião de seus assessores jurídicos (risco de perdas possível e remoto) e em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não foram registradas provisões para contingências. Foram apresentadas impugnações sobre a improcedência das autuações e os processos encontram-se em fase administrativa. Os principais processos de risco remoto são os seguintes:

- a.** Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e Imposto de Renda Retido na Fonte – A Companhia foi autuada no valor de R\$ 113.017, referente a pagamentos regularmente efetuados para seus agentes no exterior, a título de comissão de agente por agenciamento de vendas e serviços. Os valores incluem principal, multa e juros. A Receita Federal pronunciou-se em resposta a apresentação de defesa da Companhia, já reconhecendo a operação desta como intermediação comercial adequada para transações que representam 29% do montante discutido. Os demais valores permanecem em discussão administrativa junto a Receita Federal.
- b.** Imposto de Renda, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – A Companhia foi autuada no valor de R\$ 9.052, pela Secretaria da Receita Federal referente a não adição na Receita Bruta para fins da base de cálculo da receita líquida do crédito de exportação a título de IPI .
- c.** IPI, PIS, COFINS – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas no momento da aquisição do controle acionário pela Fras-le S.A. e realizou um pedido de restituição que foi objeto de compensação com valores devidos em períodos posteriores a título de PIS, COFINS e IPI, mas teve seu pedido de restituição indeferido. O valor do processo é de R\$ 12.251.
- d.** Imposto de Renda e Contribuição Social – A Companhia retificou as declarações de rendimentos dos anos bases de 1995 e 1996 por considerar dedutível a assunção de dívidas de terceiros assumidas na aquisição do controle acionário pela sua controladora Randon S.A. Implementos e Participações e parcela a título de gastos com assessoria externa. A Receita Federal glosou e ajustou o lucro real e a base de cálculo da Contribuição Social sobre o lucro líquido. O valor do processo é de R\$ 6.097.
- e.** Imposto de Importação - A Companhia foi autuada, sob a presunção de descumprimento da proporção – Bens de Capital Nacional x Bens de Capital, e conseqüente infração ao disposto no artigo 2, inciso II, da Lei 9.449/97, e artigo 6 do Decreto n 2072/96, no valor de R\$ 6.121. A Companhia apresentou impugnação suscitando inicialmente que a multa aplicada estaria prescrita. Ainda, foram apresentados erros de fatos e de direito existentes no lançamento tributário, e requerido o integral cancelamento do auto de infração.
- f.** IPI – A Companhia foi autuada pela falta de recolhimento ou pagamento de IPI no período de janeiro de 1997 a setembro de 1997 no valor de R\$ 3.956. A Companhia apresentou impugnação alegando a nulidade do auto de

infração por ausência dos requisitos pelo pedido de compensação constante de processo específico.

Trabalhista – diversas reclamações trabalhistas vinculadas em sua maioria à vários pleitos indenizatórios;

Previdenciário – autuações do INSS que encontram-se em julgamento no TRF.

b) Ativo contingente

O demonstrativo na data-base 31 de dezembro de 2009 contendo informações sobre contingências ativas (ganho), conforme opinião de seus assessores jurídicos e está abaixo detalhado:

Ativo Contingente	Controladora e Consolidado		Controladora e Consolidado	
	2008		2009	
	Possível	Remota	Possível	Remota
a) Tributário	1.874	942	2.059	1.036
Total:	1.874	942	2.059	1.036

a) tributário – representadas basicamente por ações federais que encontram-se em julgamento no STJ e STF;

b) previdenciário – referentes a seguro acidente trabalho e INSS autônomos.

A Companhia não registrou contabilmente os ganhos contingentes, pois somente os contabiliza após o trânsito em julgado das ações ou pelo efetivo ingresso dos recursos.

A movimentação dos processos é como segue:

	Consolidado			
	2008	2009		
Saldo inicial	Adição	Exclusão	Saldo Final	
Cíveis	235	-	-	235
Trabalhistas	731	-	(57)	674
Tributárias	1.955	4.630	(1.715)	4.870
Previdenciário	1.802	77	(1.167)	712
	4.723	4.707	(2.939)	6.491

Em 2009 a Companhia adicionou a sua provisão o montante de R\$ 3.706, referente ao processo no. 11020.001972/2006-01 relacionado à compensação indevida de prejuízos fiscais e R\$ 806, referente ao processo no.11020.001973/2006-48 relacionado à compensação indevida de base negativa. No mesmo período ocorreu baixa de provisão no valor de R\$ 1.439 referente aos processos 11020.1196/2001-27 e 11020.1194/2001-38 relacionados ao Finsocial/COFINS devido a ganho de causa onde já houve o trânsito em julgado dos respectivos processos.

15. Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras do RANDONPREV – Plano de Pensão, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios assegurados e prestados pela previdência social aos seus empregados. O plano de suplementação é do tipo contribuição definida de aposentadoria para seus funcionários, com regime financeiro de capitalização.

A posição do passivo atuarial no final do exercício apurado com base em laudo de atuário independente encontra-se demonstrada a seguir:

Passivo atuarial	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Valor presente da obrigação atuarial	(2.400)	(3.469)
Valor justo dos ativos do plano	4.559	3.902
(Perdas) atuariais não reconhecidas	(2.184)	(601)
Passivo líquido no balanço patrimonial	(25)	(168)

A composição do resultado atuarial é dada conforme segue:

	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Custo do serviço acumulado	217	186
Juros sobre a obrigação atuarial	304	288
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(445)	(490)
Ganhos atuariais líquidos reconhecidos no ano	(18)	(63)
Total	58	(79)

A movimentação no passivo líquido reconhecida no balanço patrimonial pode ser demonstrada como segue:

	Controladora e consolidado	
	2009	2008
Passivo líquido no início do exercício	(168)	(466)
Despesa líquida reconhecida na demonstração do resultado/patrimônio líquido	(58)	79
Contribuições pagas	201	219
Passivo líquido no final do exercício	(25)	(168)

As principais premissas atuariais na data do balanço (expressas por médias ponderadas) são conforme segue:

	%
Taxa de desconto em 31 de dezembro	10,76 a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano em 31 de dezembro	11,22 a.a.
Aumentos salariais futuros	7,12 a.a.
Aumentos futuros de benefícios	4,00 a.a.

O valor justo dos ativos do plano foi apurado com base nos parâmetros de mercado existentes no final do exercício ou, quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontada a valor presente.

A obrigação atuarial no final do exercício foi determinada com base nos cálculos do atuário independente utilizando-se o método da unidade de crédito projetada.

16. Imposto de renda e contribuição social

Em conformidade com a Lei nº11.941/09 (anteriormente Medida Provisória 449/08) a Companhia e suas controladas optaram pela adoção ao Regime Tributário de Transição (RTT) para apuração de imposto de renda e contribuição social relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

a) Impostos diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de Contribuição Social de exercícios anteriores, foram baseadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício, aprovadas pelo Conselho de Administração. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões. A administração considera que a realização dos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias nos exercícios abaixo mencionados está sujeita a solução final das estimativas contábeis projetadas.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2009	2008	2009	2008
Ativo circulante:				
Provisões diversas	749	754	749	754
Provisão para comissões sobre vendas	369	277	369	277
Provisão para perdas de estoques	104	102	104	102
Prejuízos fiscais a compensar	-	-	2.013	1.422
Ajustes da Lei 11.638	583	877	583	877
Participação dos diretores e funcionários	1.819	939	1.819	939
Provisão para devedores duvidosos	623	443	623	443
Operações com derivativos	-	5.840	-	5.840
Total circulante	4.247	9.232	6.260	10.654
Ativo não circulante:				
Provisão para contingências	2.121	1.372	2.121	1.372
Provisão plano de pensão	8	57	8	57
Provisões diversas	349	349	349	722
Total não circulante	2.478	1.778	2.478	2.151
Passivo Circulante:				
Ajustes Lei 11.638	196	281	196	281
	196	281	196	281
Passivo não circulante:				
Depreciação acelerada incentivada	-	13	-	13
	-	13	-	13
Total	6.529	10.716	8.542	12.511

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Ano de vencimento:	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2009</u>
2010	4.067	4.738
2011	641	1.312
2012	1.821	2.492
	<u>6.529</u>	<u>8.542</u>

b) Conciliação da despesa de impostos

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	59.943	36.395	59.204	35.371
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: pela alíquota fiscal combinada	20.381	12.374	20.129	12.026
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	690	1.351	690	1.351
Equivalência patrimonial	1.434	-	-	-
Exclusões permanentes:				
Juros sobre capital próprio	(3.514)	(4.082)	(3.514)	(4.082)
Receitas isentas de impostos	-	(123)	-	-
Deduções	(4.963)	(5.918)	(4.963)	(5.918)
Outros itens:				
Outros	(26)	4.201	1.043	4.560
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	14.002	7.803	13.385	7.937
Alíquota efetiva	23,36%	21,4%	22,61%	22,4%

17. Patrimônio Líquido (Controladora)

a) Capital social

O capital social autorizado, conforme Estatuto Social é de 270.000.000 ações, sendo 90.000.000 de ordinárias e 180.000.000 de preferenciais. Em 31 de dezembro de 2009 e 2008, o capital social, subscrito e integralizado, está representado por 68.254.000 ações nominativas, sendo 44.116.233 ordinárias e 24.137.767 preferenciais, sem valor nominal.

b) Reservas

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva geral de lucros (estatutária)

Reserva geral de lucros, com saldo que remanescer após a destinação supra mencionada, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% do capital social.

Com a destinação do lucro líquido apurado no exercício de 2009, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia, o saldo das reservas de lucros excedeu o limite estabelecido no Estatuto Social. Desta forma, será proposta aos acionistas em Assembleia Geral a capitalização do excesso de reserva apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

c) Ações em tesouraria

No dia 26 de novembro de 2008 o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea "h" do Artigo 22 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como da Instrução CVM 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Em 2009 foram adquiridas 700.000 ações preferenciais (900.000 em 2008), por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$ 2,43 por ação (R\$2,46 em 2008), sendo que o custo máximo foi de R\$ 2,65 por ação (R\$2,63 em 2008) e o custo mínimo de R\$ 2,25 por ação (R\$2,35 em 2008).

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado em Assembleia Geral. O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 6.656.

d) Dividendos

Conforme Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição de dividendos que são, no mínimo, 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias, conforme disposto no inciso I do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76 com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001 .

Os dividendos mínimos foram calculados conforme se segue:

Lucro líquido do exercício	44.081
Reserva legal (5%)	(2.204)
	<hr/>
Base de cálculo para dividendos	41.877
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	10.469
Adicional às ações preferenciais (10%)	354
Dividendos mínimos propostos (26,5%)	<hr/> 10.823
Juros sobre o capital próprio	10.336
Imposto de renda retido na fonte (15%)	(1.550)
	<hr/> 8.786
	<hr/>
Valor líquido creditado	<hr/> 2.037

e) Juros sobre o capital próprio – Lei nº 9.249/95

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº. 9.249/95, a Companhia calculou e pagou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 10.336 (R\$ 12.005 em 2008), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito destas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício foram reduzidos em R\$ 3.514 (R\$ 4.082 em 2008) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

18. Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2009	2008	2009	2008
Receitas financeiras:				
Variação cambial	22.904	30.401	22.904	30.401
Juros sobre rendimentos de aplicações financeiras	12.194	12.886	12.194	12.886
Ganhos com operações de derivativos	13.766	6.090	13.766	6.090
Rendimentos de contratos de mútuos	-	121	-	121
Ajuste a valor presente	6.694	7.732	6.694	7.732
Outras receitas financeiras	4.631	6.169	4.721	6.169
	<hr/> 60.189	<hr/> 63.399	<hr/> 60.279	<hr/> 63.399
Despesas financeiras:				
Variação cambial	(22.163)	(38.008)	(22.163)	(37.302)
Juros sobre financiamentos	(8.815)	(8.186)	(8.815)	(7.960)
Perdas com operações de derivativos	(1.360)	(22.224)	(1.360)	(22.224)
Despesas de contratos de mútuos	(2)	(4)	(2)	(4)
Ajuste a valor presente	(2.202)	(3.167)	(2.202)	(3.045)
Outras despesas financeiras	(4.480)	(3.371)	(6.447)	(5.794)
	<hr/> (39.022)	<hr/> (74.960)	<hr/> (40.989)	<hr/> (76.329)
Resultado financeiro	<hr/> 21.167	<hr/> (11.561)	<hr/> 19.290	<hr/> (12.930)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Para a exposição ao câmbio, a Companhia possui Política de Proteção Cambial, escrita pelo Comitê de Planejamento e Finanças e avalizada pela Diretoria Executiva da Companhia e do grupo controlador. O objetivo da política é uniformizar os procedimentos entre as empresas do grupo, incluindo a Companhia, definir responsabilidades e limites nas operações que envolvam proteção cambial, reduzindo os efeitos cambiais sobre o fluxo de divisas em moeda estrangeira projetado pelo fluxo de caixa. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

É tomado por base o fluxo de caixa em moeda estrangeira projetado mensalmente sempre para os doze meses seguintes, com base nas projeções do Plano Estratégico, ou na expectativa atualizada de cada empresa. Os instrumentos utilizados são conservadores e previamente aprovados pelo mesmo comitê. Nas operações contratadas durante o ano os instrumentos estavam substancialmente representados por contratos de Non Deliverable Forward (NDF). A taxa média a ser perseguida deve ser igual ou superior à prevista no Plano Anual de Negócios (Orçamento) das empresas. Todas as operações são controladas pela Diretoria Financeira da Companhia Controladora e informadas ao Comitê Executivo.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro abaixo:

		Controladora					
		2009			2008		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Cientes	6	-	70.927	70.927	-	77.585	77.585
Passivos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	12	-	(144.596)	(144.596)	-	(98.087)	(98.087)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	12	-	(64.131)	(64.131)	-	(64.600)	(64.600)
Mútuos a pagar	9	-	(1.567)	(1.567)	-	(2.439)	(2.439)
Instrumentos financeiros derivativos		(42.609)	-	(42.609)	(17.176)	-	(17.176)
Total		(42.609)	(139.367)	(181.976)	(17.176)	(87.541)	(104.717)

		Consolidado					
		2009			2008		
	Nota	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo através do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos							
Cientes	6	-	61.329	61.329	-	69.014	69.014
Passivos							
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional	12	-	(144.596)	(144.596)	-	(98.087)	(98.087)
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	12	-	(80.597)	(80.597)	-	(83.461)	(83.461)
Mútuos a pagar	9	-	(1.567)	(1.567)	-	(354)	(354)
Instrumentos financeiros derivativos		(42.609)	-	(42.609)	(17.176)	-	(17.176)
Total		(42.609)	(165.431)	(208.040)	(17.176)	(112.888)	(130.064)

Administração financeira de risco

A Companhia e suas controladas possuem exposição a riscos associados à utilização de seus instrumentos financeiros, conforme descrito a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber por vendas a Companhia e suas controladas possuem ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros, principalmente do dólar norte-americano, que encerrou o ano de 2009 com a variação negativa de 25,49% (variação positiva de 32,0% no exercício de 2008). Além de valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras, a Companhia tem investimentos em controladas no exterior e tem fluxos operacionais de compras e vendas em outras moedas. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos.

Abaixo está demonstrada a exposição cambial da Companhia e suas controladas para operações em moedas estrangeiras:

	US\$ mil	
	2009	2008
A. Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos		
Controladora	36.832	27.642
Consolidado	46.288	35.713
B. Ativos líquidos em dólares norte-americanos		
Controladora	29.570	30.226
Consolidado	18.133	22.993
C. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos		
Controladora	24	7.350
Consolidado	24	7.350
D. Déficit (superávit) apurado (A-B+C)		
Controladora	7.286	4.766
Consolidado	28.179	20.070

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia têm por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, conforme descrito no item anterior.

A Administração da Companhia e das suas controladas mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

Atualmente os instrumentos financeiros derivativos contratados pela empresa são decorrentes de risco de câmbio, todos registrados na CETIP.

A Companhia contrata operações com derivativos para proteger parte de sua exposição estimada em moeda estrangeira do saldo credor denominado em uma moeda estrangeira. A Companhia usam contratos de “forward” para proteger seus riscos de moeda (riscos cambiais) em sua maioria com vencimento inferior a um ano em relação à data do balanço.

Em 2009 a Companhia e suas controladas utilizaram instrumentos financeiros derivativos na modalidade de “NDF - Non Deliverable Forward” (NDF e Zero Cost Collar em 2008). Nestas operações a Companhia e suas controladas tem deveres e obrigações com base em uma cotação contratada previamente no momento de seu vencimento. O resultado líquido destas operações é registrado por competência nas demonstrações financeiras da empresa.

Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos

Os valores justos foram estimados na data das informações financeiras, baseados em “informações relevantes de mercado”. Mudanças nas premissas e alterações nas

operações do mercado financeiro podem afetar significativamente as estimativas apresentadas. Os métodos e premissas adotados pela Companhia para estimar a divulgação do valor justo de seus derivativos em 31 de dezembro de 2009 e 2008 estão descritos abaixo:

O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da administração. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa. Estes contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar estes contratos antes de seu vencimento.

Em 31 de dezembro de 2009 e 2008 os valores nominais em aberto expostos à variação da moeda norte-americana, bem como os respectivos valores justos, estão assim demonstrados:

Controladora e consolidado

Descrição / Contraparte	Valor de Referência		Valor de Referência		Valor Justo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Valor de Custo – em milhares de R\$ - (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2009 – em milhares de R\$ (crédito) / débito		Efeito Acumulado em 2008 – em milhares de R\$ (crédito) / débito	
	Nacional – em milhares de US\$		Nacional – em milhares de R\$									
	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	Valor recebido	Valor pago	Valor recebido	Valor pago
Zero Cost Collar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.405	(2.393)
Banco Santander	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.806	(2.393)
Banco Unibanco	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.599	-
NDF	6.000	29.000	10.400	52.734	(42.609)	(17.176)	(42.609)	(17.528)	1.167	(5.891)	74	(19)
Banco Santander	-	23.000	-	36.501	-	(11.996)	-	(12.493)	1.167	(2.492)	74	(19)
Banco do Brasil	6.000	6.000	10.400	16.233	(42.609)	(5.180)	(42.609)	(5.035)	-	(3.399)	-	-
Total	6.000	29.000	10.400	52.734	(42.609)	(17.176)	(42.609)	(17.528)	1.167	(5.891)	8.479	(2.412)

Os vencimentos destas operações estão abaixo resumidos, em milhares de dólares, no consolidado

Descrição	2009			2008	
	Até 30 dias	De 31 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Total líquido	Total líquido
NDF	500	2.500	3.000	6.000	29.000
Total	500	2.500	3.000	6.000	29.000

Os valores passivos apresentados em 31 de dezembro de 2009 para as operações de NDF estão classificados como operações de derivativos.

A Companhia não possui margens dadas em garantia para os instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia auferiu ganhos e perdas com instrumentos financeiros derivativos no exercício de 2009 e 2008 conforme abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2009	2008
Operações de proteção		
Receitas financeiras:		
Ganhos com operações de derivativos	13.766	6.090
Despesas financeiras:		
Perdas com operações de derivativos	(1.360)	(22.224)
	(12.406)	(16.134)

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação. Como consequência as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que efetivamente serão realizados quando da liquidação financeira das operações.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos destinados a mitigar esses riscos em suas operações.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM, através da Instrução nº 475, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Controladora e Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Non Deliverable Forward – NDF	Alta do US\$	(44)	(2.769)	(5.494)
		Controladora		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(12.686)	(15.858)	(19.029)
		Consolidado		
Operação	Risco	Cenário provável	Cenário A	Cenário B
Exposição líquida de instrumentos financeiros	Alta do US\$	(49.065)	(61.331)	(73.598)

20. Subvenções e assistência governamental

Empréstimo subsidiado Fundopem/RS

Em dezembro de 2006 a Companhia assinou Termo de Ajuste junto ao Estado do Rio Grande do Sul, como adesão ao Fundopem/RS (Fundo Operação Empresa do Estado do Rio Grande do Sul).

O incentivo fiscal constitui-se em postergação de pagamento de parcela do débito de ICMS gerado mensalmente, com uma carência de 54 meses e prazo de pagamento em 96 meses, corrigido pelo IPCA/IBGE e taxa de juros em 3% a.a. A parcela do débito com pagamento postergado é apurada a partir de incremento de faturamento, aumento na geração de débito de ICMS e geração de empregos conforme definido no Termo de Ajuste. Em 30 de junho de 2009 a companhia possuía aprovado limite da operação de Termo de Ajuste Fundopem – RS ainda não utilizado no valor R\$ 12.746

Em 06 de agosto de 2009 foi aprovado um limite complementar para fruição do incentivo Fundopem/RS no valor de R\$ 11.802. Em 31 de dezembro de 2009 o total ainda não utilizado é de R\$ 16.950.

Para incremento de valor financiado a Companhia observa todas as exigências para obtenção deste tipo de incentivo, a saber: a) Faturamento bruto incremental mensal; b) ICMS incremental mensal; e c) Número de empregos diretos incrementais.

21. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As principais coberturas de seguro são:

	Risco coberto	Controladora	
		Total dos limites de indenização	
		31/12/2009	31/12/2008
Prédios, estoques, máquinas e lucros cessantes	Incêndio, vendaval, danos elétricos e riscos gerais.	302.379	209.800
Automóveis	Colisão e responsabilidade civil.	1.180	1.498
Responsabilidade civil	Fabricação de produtos e Recall no país e exterior	19.540	12.995
Acidentes pessoais		3.055	2.831
		326.154	227.124

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

22. Participação de empregados nos lucros e resultados

A participação de empregados foi calculada conforme estabelecido no Programa de Participação nos Resultados homologado nos sindicatos das categorias, em conformidade com o disposto na Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000. O montante

de participações nos lucros referente ao exercício de 2009 foi no valor de R\$ 6.218 (R\$ 3.587 em 2008) na controladora e no consolidado.

23. Novos pronunciamentos contábeis

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) seguindo agenda conjunta divulgada pela CVM e CPC tem emitido diversos pronunciamentos para convergir as práticas contábeis brasileiras para o padrão internacional de contabilidade. Esses pronunciamentos contábeis têm sido sistematicamente aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM), com vigência para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010 com aplicação retroativa para fins de comparabilidade.

Os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos até a presente data pelo CPC que poderão produzir efeitos na preparação ou na divulgação das demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010 estão sendo avaliadas pela Companhia com base nos seguintes pronunciamentos:

- **CPC 16** – Estoques, aprovado pela Deliberação CVM nº 575, de 5 de junho de 2009;
- **CPC 18** – Investimento em Coligada e em Controlada, aprovado pela Deliberação CVM nº 605, de 26 de novembro de 2009;
- **CPC 20** – Custos de Empréstimos, aprovado pela Deliberação CVM nº 577, de 5 de junho de 2009;
- **CPC 22** - Informações por Segmento, aprovado pela Deliberação CVM nº 582, de 31 de julho de 2009;
- **CPC 23** - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, aprovado pela Deliberação CVM nº 592, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 24** - Eventos Subsequentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 593, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 25** - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 26** - Apresentação das Demonstrações, aprovado pela Deliberação CVM nº 595, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 27** - Ativo Imobilizado, aprovado pela Deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009;
- **CPC 30** - Receitas, aprovado pela Deliberação CVM nº 597, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 32** - Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 15 de setembro de 2009;
- **CPC 33** - Benefícios a Empregados, aprovado pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009;
- **CPC 36** – Demonstrações Consolidadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 608, de 26 de novembro de 2009;
- **CPC 37** – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, aprovado pela Deliberação CVM nº 609, de 22 de dezembro de 2009;
- **CPC 38** – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- **CPC 39** – Instrumentos Financeiros: Apresentação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;

- **CPC 40** – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, aprovado pela Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009;
- **CPC 43** – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos do CPC 15 a 40, aprovado pela Deliberação CVM nº 610, de 22 de dezembro de 2009;
- **OCPC 03** – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação;
- **ICPC 09** – Demonstrações contábeis individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e, aplicação do método de equivalência patrimonial, aprovado pela Deliberação CVM nº 618, de 22 de dezembro de 2009;
- **ICPC 10** – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado e a propriedade para investimento dos CPCs 27, 28, 37 e 43, aprovado pela Deliberação CVM nº 619 de 22 de dezembro de 2009;

O CPC pretende ainda emitir diversos pronunciamentos técnicos em 2010, portanto a avaliação dos impactos nas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas deverá ser complementada por ocasião da emissão de novos pronunciamentos contábeis ou reavaliada na medida que esses novos pronunciamentos ou novas interpretações tragam alguma alteração que possam modificar as análises efetuadas anteriormente.

Conselho de Administração

Raul Anselmo Randon - Presidente
 Astor Milton Schmitt - Vice-Presidente
 Ricardo Alves da Conceição - Conselheiro
 Ricardo Malavazi Martins - Conselheiro
 Sívio Omar Leal dos Santos - Conselheiro

Conselho Fiscal

Benilda Waschow - Conselheira
 Georges Pitseys - Conselheiro
 Antônio Rubem de Almeida Barros Junior – Conselheiro
 Aloísio Kok - Conselheiro

Diretoria Executiva

Raul Anselmo Randon - Diretor Presidente
 Daniel Raul Randon - Diretor Superintendente e de RI
 Rogério Luiz Ragazzon - Diretor
 Gilberto Carlos Crosa - Diretor

Milton Farina
 Contador CRC-RS: 43.517

Informações complementares

Anexo I

Informações por segmento de negócios - Consolidado

As vendas líquidas realizadas pela Companhia e suas controladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008, por segmento de negócios no mercado nacional e região geográfica no mercado externo, estão abaixo demonstradas:

	Vendas Líquidas Consolidado	
	2009	2008
Mercado nacional		
Reposição	169.211	153.046
Montadoras	80.383	100.735
Mercado externo		
Nafta	104.805	94.313
Europa	8.395	14.153
Mercosul	35.104	40.073
Africa	7.915	7.652
Asia e Oceania	3.271	5.603
Outros	18.971	16.720
Total	428.055	432.295

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Os Diretores da Companhia, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do § 1º do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, declaram que:

- 1 – reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores elaborado pela Ernst & Young Auditores Independentes SS;
- 2 - reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes SS.

Caxias do Sul, 22 de fevereiro de 2010.

Fras-le S.A.

Diretoria Executiva

Anexo IV – Parecer do Conselho Fiscal

Atendendo determinação legal, o Conselho Fiscal da Fras-le S.A., representado por seus membros titulares, procederam a análise do Relatório Anual dos Administradores 2009, das Demonstrações Financeiras e suas Notas Explicativas, auditadas, do exercício social encerrado em 31/12/2009, da proposta da diretoria da destinação do Lucro Líquido 2009, datada de 22/02/2010; ouviram os administradores e o representante sócio da Ernst & Young Auditores Independentes S.S., acerca destes documentos da administração; são de parecer que o Relatório narra com precisão os negócios, operações e fatos administrativos do exercício findo; as Demonstrações Financeiras exprimem a situação do patrimônio da Companhia e suas mutações no exercício; a proposta de destinação do lucro líquido está de acordo com a Lei e o Estatuto; e a proposta de distribuição de dividendos inclui os pagamentos de juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos, já efetuados aos acionistas, parcelas correspondentes a complemento e adicional de dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária, totalizando distribuição de dividendos superior à previsão estatutária. Os conselheiros recomendam a aprovação dos documentos pela Assembleia Geral Ordinária. Caxias do Sul, 25 de fevereiro de 2010.

Aloísio Kok

Antonio Rubem de Almeida Barros Junior

Benilda Waschow

Georges Pitseys

Anexo V – Ata de Reunião do Conselho de Administração nº 02/10

LOCAL, HORA E DATA: Sede social da Companhia, Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul (RS), às 14 horas do dia 25 de fevereiro de 2010.

PRESENCAS: Os membros do Conselho de Administração, os membros titulares do Conselho Fiscal, representantes da Ernst & Young Auditores Independentes SS e Diretores.

PRESIDENTE: Raul Anselmo Randon SECRETÁRIO: Astor Milton Schmitt.

DELIBERAÇÕES: De acordo com a ordem do dia de todos conhecida, por unanimidade de votos, os Conselheiros deliberaram formalizar manifestação favorável sobre o Relatório Anual dos Administradores e as Demonstrações Financeiras auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes SS, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como sobre a proposta da Diretoria para destinação do lucro líquido do exercício, inclusive a distribuição de dividendos. A Conselheira Fiscal, Benilda Waschow, procedeu a entrega do parecer do Órgão de Fiscalização, com opinião favorável, e informou que a proposta de trabalho para o ano foi plenamente cumprida. Por consequência das deliberações desta reunião, fica o Presidente do Conselho de Administração autorizado a convocar a Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 7 de abril de 2010, para deliberar sobre as matérias estabelecidas no Artigo 132 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a ata, que lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros. Caxias do Sul, 25 de fevereiro de 2010.

Raul Anselmo Randon

Astor Milton Schmitt

Ricardo Malavazi Martins

Ricardo Alves da Conceição

Silvio Omar Leal dos Santos

Anexo VI – Comentários dos Administradores relativos a situação financeira da Companhia

De acordo com o disposto no Artigo 9º da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, a Companhia deve fornecer, até um mês antes da data marcada para a realização da Assembleia Geral Ordinária, comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia, nos termos do item 10 do Formulário de Referência.

Referidos comentários foram encaminhados à CVM e BM&FBovespa, no dia 5 de março de 2010, cujo teor está transcrito a seguir.

Item 10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

2007

O ano de 2007 mostrou um mundo em franco crescimento, o Brasil crescendo em ritmo surpreendentemente positivo e, como consequência, beneficiando toda a cadeia automotiva. Este cenário, aliado a um quadro institucional estável e democrático, também impulsionou para melhor nossos indicadores. A Fras-le, alinhada ao cenário geral, registrou em 2007, um dos melhores anos de sua história.

Naquele ano foi percebido um bom comportamento do consumo de bens duráveis e não-duráveis, resultado em crescimento da renda pessoal e do crédito. O continuado bom momento global também oportunizou negócios crescentes com exportações e consolidou, assim, nosso processo de inserção internacional.

Os investimentos em inovação, expansão e reposição de ativos seguiu o seu curso, permitindo manter e ampliar nossa presença no mercado brasileiro e competitividade no mercado global, onde a Fras-le marca presença cada vez mais relevante.

No plano da sustentabilidade, nossa interação com a comunidade, apoiando iniciativas de caráter social e cultural, com o meio-ambiente, ampliando e melhorando o tratamento de resíduos e efluentes, bem como ações de preservação de flora e fauna, nos deram a certeza do dever cumprido e da visão de perpetuidade.

A seqüência de prêmios e distinções recebidas no decorrer do ano de 2007, com menção especial a premiação do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade), ratificaram a boa imagem pública da Fras-le.

Os principais indicadores da Companhia apresentaram o seguinte desempenho no ano de 2007:

- **Receita bruta total**, antes da consolidação: R\$ 560,2 milhões, evolução de 5,1% em relação ao ano de 2006.
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 419,9 milhões, crescimento de 7,2% em relação ao ano de 2006.
- **Exportações (FOB)**: US\$ 76,9 milhões, incremento de 13,1% sobre o ano de 2006.
- **EBITDA consolidado**: R\$ 72,9 milhões, aumento de 4,7% em relação ao ano de 2006.
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 41,0 milhões, avanço de 0,5% sobre o ano de 2006.

2008

As atividades econômicas e financeiras da Fras-le no exercício de 2008 foram movimentadas por eventos atípicos, ao compará-los com anos anteriores, os quais impactaram os números finais da Companhia. Porém, alguns reflexos negativos ocorridos nos resultados, foram apenas pontuais.

Em 2008 ocorreu o processo de adequação contábil das demonstrações financeiras da Companhia a Lei 11.638/07, as quais já atenderam integralmente a legislação, no balanço de 2008. Estas adequações afetaram as receitas da Companhia e também o lucro líquido.

Outro fator que impactou nos resultados da Fras-le foi a contabilização de despesas com variação cambial, incorridas sobre as operações financeiras firmadas para proteger a carteira de exportações. Com a alteração no cenário cambial, ocorrida a partir de setembro de 2008, a valorização do dólar frente ao real, fez com que as taxas cambiais atingissem patamares superiores aos contratados pela Companhia.

Também deve ser considerado que a retração na economia mundial, uma das consequências da crise financeira iniciada no segundo semestre de 2008, afetou os volumes de vendas da Companhia nos dois últimos meses do ano, o que refletiu no desempenho das receitas.

Mesmo diante de todas essas adversidades, as atividades da Fras-le proporcionaram resultados positivos em seu balanço, os quais permitiram que a Companhia honrasse todos os seus compromissos com funcionários, clientes, governo, fornecedores, e ainda gerasse lucro para remunerar os acionistas e premiar seus funcionários com participação nos resultados.

Os principais indicadores da Companhia apresentaram o seguinte desempenho no ano de 2008:

- **Receita bruta total**, antes da consolidação: R\$ 592,5 milhões, evolução de 5,8% em relação ao ano de 2007.
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 432,3 milhões, crescimento de 3,0% em relação ao ano de 2007.
- **Exportações (FOB)**: US\$ 85,3 milhões, incremento de 10,9% sobre o ano de 2007.
- **EBITDA consolidado**: R\$ 67,3 milhões, retração de 7,7% em relação ao ano de 2007.
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 25,5 milhões, queda de 37,8% sobre o ano de 2007.

2009

Após um período de retração nos negócios e de incertezas em relação ao futuro, durante o primeiro trimestre de 2009, onde os efeitos da crise econômica mundial refletiram-se fortemente no desempenho operacional e nos resultados econômicos e financeiros da Companhia, a Fras-le, através de ações ágeis e eficientes, conseguiu estimular o seu desempenho e apresentar crescimentos constantes em todos os trimestres, o que permitiu a Companhia encerrar o exercício de 2009 com números de receitas similares ao ano anterior e destacar-se no lucro obtido, o qual foi consideravelmente superior ao exercício de 2008.

Entre as ações que a Fras-le realizou para contornar as conseqüências da crise, destacam-se algumas campanhas comerciais de vendas, ajustes na estrutura de mão-de-obra indireta e outros custos fixos da Companhia, melhorias nos processos de produção e utilização de matéria-prima, além de intensas campanhas para redução de despesas operacionais.

Além dos programas existentes na Companhia para melhorar a sua competitividade, os quais estão alinhados ao Modelo de Excelência de Gestão do PNQ (Prêmio Nacional da Qualidade), também foi implementado um projeto que consiste na formação de grupos de trabalho, que assumiram a responsabilidade de identificar oportunidades e implementar ações necessárias para reduzir ou eliminar custos. Estes grupos realizam de forma permanente os trabalhos necessários para atingir os resultados propostos com o projeto.

Na metade de 2009 foi implementado pela Fras-le outro projeto, o qual deu início a comercialização de pastilhas de freio no mercado de reposição norte-americano, onde o potencial de crescimento para essa linha de produtos é promissor. Essa iniciativa contempla uma das estratégias da Companhia para atingir seus objetivos traçados no planejamento estratégico.

O exercício de 2009 foi extremamente desafiador, pois além das dificuldades naturais, a crise iniciada no último trimestre de 2008 ganhou força no início de 2009 e causou efeitos consideráveis nos resultados das empresas de todo o mundo, principalmente nos países norte-americanos e europeus. A Fras-le, apesar da recuperação apresentada nos resultados durante o segundo semestre de 2009, também teve seu desempenho afetado no início do ano.

Um dos efeitos mais nocivos para os resultados da Companhia foi a queda nas vendas, pois no mercado nacional houve desaceleração de novos pedidos e revisões nas programações dos produtos destinados às montadoras. Outro fato importante ocorrido foi a estratégia adotada pelos distribuidores de materiais de fricção do mercado de reposição que, na tentativa de minimizar os reflexos da crise, priorizaram reduzir os seus estoques para gerar recursos em caixa, o que refletiu em menores volumes de vendas para este mercado.

No mercado externo, onde os efeitos da crise foram mais severos, a Fras-le também teve suas vendas afetadas em 2009, registrando queda nas exportações, tanto na contagem em dólar como também em volumes, fato que rompeu a sequência de crescimento nas exportações da Companhia nos últimos anos.

Outro fator que comprometeu o desempenho da Fras-le no exercício de 2009 foi a consolidação dos resultados pré-operacionais da unidade da China, pelo custo de sua implementação, e também, a forte retração da indústria automobilística norte-americana, que comprometeu os resultados operacionais da unidade do Alabama.

Os ajustes realizados na estrutura de mão-de-obra indireta resultaram em custos com indenizações trabalhistas e com a redução nos volumes de vendas foi preciso desacelerar o processo produtivo, fato que resultou em queda nos volumes de produção e, conseqüentemente, percentual elevado de capacidade ociosa durante o primeiro trimestre de 2009, sem redução dos custos fixos.

No segundo semestre de 2009 foi realizado pela Fras-le, através de seus assessores jurídicos, uma revisão nos processos judiciais em que a Companhia participa, onde foram constituídas novas provisões para perdas tributárias, as quais também impactaram no resultado operacional.

Também ocorreu durante o segundo semestre o encerramento do parcelamento especial para impostos federais e previdenciários (PAES), que estava contratado desde 2003 com prazo de 120 meses. A Fras-le optou pela desistência deste parcelamento, nos termos da Lei 11.941/2009, efetuando a liquidação total do saldo remanescente e obtendo redução do débito.

Apesar de todos estes efeitos, a Fras-le conseguiu reverter o cenário adverso e melhorar significativamente o seu desempenho durante o segundo semestre de 2009, conseguindo ainda obter consideráveis melhorias nos seus processos produtivos, tais como redução dos materiais refugados, aumento de produtividade, além de redução de outras despesas operacionais.

Os principais indicadores da Companhia apresentaram o seguinte desempenho no ano de 2009:

- **Receita bruta total**, antes da consolidação: R\$ 595,3 milhões, evolução de 0,5% em relação ao ano de 2008.
- **Receita líquida consolidada**: R\$ 428,1 milhões, queda de 1,0% em relação ao ano de 2008.
- **Exportações (FOB)**: US\$ 81,0 milhões, declínio de 5,0% sobre o ano de 2008.
- **EBITDA consolidado**: R\$ 53,9 milhões, retração de 19,9% em relação ao ano de 2008.
- **Lucro líquido consolidado**: R\$ 43,9 milhões, crescimento de 72,2% sobre o ano de 2008.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Estrutura de Capital (em milhares de R\$)

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	Em 31/12/2009		Em 31/12/2008		Em 31/12/2007			
Capital Próprio	237.209	235.069	210.079	208.125	192.411	191.790		
Capital de Terceiros	271.489	292.306	232.802	255.830	170.896	174.931		

Em relação a possibilidade de resgate de ações e cotas, não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Fras-le apresenta plena capacidade de pagamento de todos os seus compromissos financeiros de curto e longo prazo. Esta situação tem sido estável ao longo dos anos como atestam seus índices de liquidez e solvência. A manutenção da saúde econômica financeira é consequência da estratégia de gestão conservadora dos ativos que maximiza giro dos ativos operacionais e dimensiona investimentos com vista a não ultrapassar os padrões de endividamento previstos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Financiamentos (em milhares de R\$)

	Indexador	Juros	Controladora			Consolidado		
			2009	2008	2007	2009	2008	2007
Moeda nacional:								
FINEP	TJLP	1,0% a 2,5% a.a.	41.156	35.746	16.364	41.156	35.746	16.364
Empréstimos bancários	TJLP	0,5% a 2,5% a.a.	-	103	-	-	103	-
Contratos de arrendamento mercantil	CDI	4,9%	46	179	-	46	179	-
Incentivo fiscal - Fundopem	IPCA	3,0% a.a. 2,7% a	7.532	3.901	742	7.532	3.901	742
BNDES	TJLP	5,4% a.a.	95.862	58.158	52.948	95.862	58.158	52.948
Moeda estrangeira:								
Adiantamentos de contratos de câmbio	Var. cambial + deságio	2,3% a 7,0% a.a.	39.877	28.155	24.269	39.877	28.155	24.269
Empréstimos bancários	Libor	2,6% a 5,3% a.a.	-	-	-	16.465	18.861	-
Financiamento IFC	Var. cambial + Libor	2,2% a 3,0% a.a.	17.518	25.233	3.613	17.518	25.233	3.613
BNDES	Var.vamvial	2,5% a 2,7% a.a.	6.736	11.212	7.588	6.736	11.212	7.588
			208.727	162.687	105.524	225.192	181.548	105.524
Parcela a amortizar a curto prazo classificada no passivo circulante			82.127	51.442	66.662	86.403	58.618	66.662
Passivo não circulante			126.600	111.245	38.862	138.789	122.930	38.862

Fontes de Liquidez adicional:

A Companhia tem utilizado sua geração de caixa próprio e instrumentos lastreados em exportação para uso em sua necessidade de recursos. Embora sem utilização nos últimos anos, a Companhia possui bons índices de avaliação junto às instituições financeiras o que permite acesso rápido a linhas de crédito.

e) Fontes de financiamento para capital de giro em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiência de liquidez

Não se aplica

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2009		2008		2007	
2009					11.325	11.325
2010			42.141	42.141	8.499	8.499
2011	20.787	23.225	19.122	23.796	8.500	8.500
2012	67.242	72.117	16.854	21.528	6.458	6.458
2013	14.882	19.758	12.925	15.262	2.417	2.417
2014	10.031	10.031	8.058	8.058	737	737
2015 a 2021	13.658	13.658	12.145	12.145	184	184
	<u>126.600</u>	<u>138.789</u>	<u>111.245</u>	<u>122.930</u>	<u>38.120</u>	<u>38.120</u>

Os financiamentos e empréstimos estão garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados no valor de R\$ 52.872 (R\$ 66.378 em 2008), e avais/fianças da Fras-le S.A. no valor de R\$ 60.376 (R\$ 77.022 em dezembro de 2008).

Os contratos de financiamentos junto ao International Finance Corporation – IFC e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES contém cláusulas restritivas que incluem, entre outras, antecipação parcial ou total do vencimento quando determinados índices financeiros não forem atingidos.

Em 31 de dezembro de 2009 os índices estabelecidos estavam sendo atendidos pela Companhia.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Ações em tesouraria

No dia 26 de novembro de 2008 o Conselho de Administração, considerando o disposto na alínea “h” do Artigo 22 do Estatuto Social e atendidos os requisitos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 30 da Lei 6.404/76, bem como da Instrução CVM 10/80 e suas alterações, autorizou a aquisição pela Companhia de 1.600.000 ações preferenciais de sua própria emissão, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social.

Em 2009 foram adquiridas 700.000 ações preferenciais (900.000 em 2008), por preço de cotação em bolsa de valores, a um custo médio ponderado de R\$ 2,43 por ação (R\$2,46 em 2008), sendo que o custo máximo foi de R\$ 2,65 por ação (R\$2,63 em 2008) e o custo mínimo de R\$ 2,25 por ação (R\$2,35 em 2008).

A operação teve por objetivo aproveitar a oportunidade de investimento para a Companhia, considerando o preço de cotação das ações preferenciais na bolsa de valores, sendo as aquisições realizadas utilizando-se de disponibilidades suportadas por reservas de lucros constantes do último balanço aprovado em Assembleia Geral. O valor de mercado das ações em tesouraria, com base na última cotação da bolsa de valores em 31 de dezembro de 2009 é de R\$ 6.656.

Programa de Parcelamento Especial - PAES

A Companhia aderiu ao programa de parcelamento especial para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº. 10.684/02. Os pedidos de parcelamento, protocolados em 30 de julho de 2003, estavam programados para serem liquidados em 120 meses com atualização monetária pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP).

Os valores incluídos nesse programa incluíam a renúncia da liminar relativa à compensação integral de prejuízos fiscais do exercício de 1996 e da desistência dos processos de

compensações de IPI, PIS e Cofins do exercício de 1998 com bases negativas de Imposto de Renda e Contribuição Social apurados no exercício de 1995.

Em 17 de novembro de 2009 a Companhia aderiu ao novo parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09 através da desistência formal do parcelamento especial e opção pelo pagamento a vista dos saldos remanescentes dos débitos com as devidas reduções de multa e juros de mora.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2009, a movimentação do referido programa é como segue:

	Impostos federais
Total dos débitos incluídos no PAES, homologados pela Receita Federal em 2003	16.954
(+) Atualização monetária até 30/11/2009	5.562
(-) Total de pagamentos efetuados até 30/11/2009	(20.045)
(-) Redução conforme Lei 11.941/2009	(2.471)
Saldo dos débitos em 31 de dezembro de 2009	<u>-</u>

Adição à provisão para litígios

A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, surgidos no curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Companhia efetuou diversos depósitos judiciais vinculados aos processos relacionados com impostos em discussão judicial. A perda estimada foi provisionada no exigível a longo prazo com base em opinião de seus assessores jurídicos, para os casos em que a perda é considerada provável.

Em 2009 a Companhia adicionou a sua provisão o montante de R\$ 3.706, referente ao processo no. 11020.001972/2006-01 relacionado à compensação indevida de prejuízos fiscais e R\$ 806, referente ao processo nº 11020.001973/2006-48 relacionado à compensação indevida de base negativa. No mesmo período ocorreu baixa de provisão o valor de R\$ 1.439 referente aos processos 11020.1196/2001-27 e 11020.1194/2001-38 relacionados ao Finsocial/COFINS devido a ganho de causa onde já houve o trânsito em julgado dos respectivos processos.

Item 10.2 – Os diretores devem comentar sobre:

a) Resultados das operações do emissor

Segue, demonstração das informações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 31 de dezembro de 2008, 31 de dezembro de 2007.

	2009	2008	2007
Receita Bruta Total - sem eliminações	595,3	592,5	560,2
Receita Líquida Consolidada	428,1	432,3	419,9
Lucro Bruto Consolidado	130,1	129,7	128,9
Lucro Líquido Consolidado	43,9	25,5	41,0
Lucro Operacional Próprio (EBIT) - Consolidado	39,9	44,4	55,8
EBITDA Consolidado	53,9	67,3	72,9
Endividamento Financeiro Líquido Consolidado	19,9	15,4	16,5
Resultado Financeiro Líquido Consolidado	19,3	(12,9)	1,2
Receitas Financeiras - Despesas Financeiras	(81,3)	(76,9)	(68,5)
Despesas Administrativas e Comerciais Consolidadas	(81,3)	(76,9)	(68,5)
Lucro Consolidado por Ação (em reais)	0,6586	0,3786	0,6007
	Valores em R\$ milhões		

O lucro líquido consolidado em 2009 atingiu R\$ 43,9 milhões, representando um crescimento 72,2% sobre o lucro líquido consolidado de 2008. O montante representou margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 10,3%, que por sua vez aumento 4,4 pontos percentuais em relação ao exercício de 2008.

Em 2008 o lucro líquido consolidado atingiu R\$ 25,5 milhões no exercício ou 37,8% menos que o ano de 2007. Isto representou uma margem líquida (lucro líquido x receita líquida) de 5,9% ou 3,9 pontos percentuais de queda em relação a 2008.

Em síntese as principais rubricas que influenciaram os resultados dos 3 últimos exercícios sociais foram:

2007

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 69,3% da receita líquida consolidada ou R\$ 291,0 milhões no exercício de 2007, um acréscimo de 9,7% sobre os R\$ 265,2 milhões referente ao ano 2006 e que representou 67,7% da receita líquida.

Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 128,9 milhões no acumulado de 2007 e representou 30,7% da receita líquida consolidada, um aumento de 2,0% em relação ao mesmo período de 2006, quando o lucro bruto totalizou R\$ 126,4 milhões ou 32,3% da receita líquida consolidada.

Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2007 representaram 17,4% da receita líquida consolidada contra 18,3% no ano de 2006, ficando em R\$ 73,2 milhões (R\$ 71,6 milhões em 2006). Os valores de despesas operacionais apresentaram em 2007 uma pequena evolução de 2,2% em relação a 2006 refletiram, basicamente, reajustes na mão-de-obra indireta.

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração operacional de caixa) totalizou R\$ 72,9 milhões ou 17,4% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2006 registrou R\$ 69,9 milhões ou 17,8% sobre a receita líquida. As margens se mantiveram em níveis estáveis, a pequena redução reflete alguns aumentos de custos de insumos e reajustes na mão-de-obra e da valorização do Real.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) ficou positivo em R\$ 1,2 milhões em 2007, mantendo-se estável com o ano de 2006, que apresentou resultado financeiro de R\$ 1,1 milhões positivo.

Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que no período de 2006 era de R\$ 23,3 milhões, reduziu para R\$ 16,5 milhões em dezembro de 2007, a qual equivale a 2,8 meses de geração operacional de caixa (EBITDA).

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional no ano de 2007 foi positivo em R\$ 6,2 milhões, contra um resultado não operacional positivo de R\$ 0,7 milhões em 2006. Este aumento reflete uma venda de um ativo da Fras-le realizada no primeiro trimestre de 2007.

2008

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 70,0% da receita líquida consolidada ou R\$ 302,6 milhões no exercício de 2008 contra R\$ 291,0 milhão de 2007 e que representou 69,3% da receita líquida. Este aumento é reflexo da consolidação dos custos da nova unidade industrial adquirida pela Fras-le no segundo semestre de 2008, sendo que em virtude da forte retração na indústria automobilística norte-americana a referida unidade teve grande redução em sua demanda e conseqüentemente operou com capacidade produtiva ociosa.

Lucro Bruto

O lucro bruto consolidado chegou a R\$ 129,7 milhões em 2008, representando 30,0% de margem bruta e evoluindo 0,6% em relação a 2007, quando o lucro bruto totalizou R\$ 128,9 milhões ou 30,7% da receita líquida consolidada (margem bruta).

Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2008 representaram 18,9% sobre a receita líquida consolidada contra 17,4% no ano de 2007, ficando em R\$ 82,0 milhões (R\$ 73,2 milhões em 2007). Despesas como comissões, fretes e participação nos resultados sofreram aumento de valores no período em função do crescimento da receita e dos resultados. Despesas administrativas e comerciais da nova unidade dos Estados Unidos também afetaram as despesas operacionais consolidadas, tendo em vista a forte queda nas receitas daquela unidade.

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração operacional de caixa) totalizou em 2008 R\$ 67,3 milhões ou 15,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2007 registrou R\$ 72,9 milhões ou 17,3% sobre a receita líquida. Tanto em valor, como em margem, o EBITDA apresentou retração refletida pelos aumentos de custos de produção em virtude da capacidade produtiva ociosa e despesas administrativas da unidade dos Estados Unidos, e também que nos volumes de venda, inclusive na Fras-le Brasil pela retração na economia em virtude do início da crise financeira no quarto trimestre de 2008.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) reduziu de R\$ 1,2 milhão positivo em 2007, para R\$ 12,9 milhões negativos em 2008. Este fato ocorreu pelo efeito da alta do dólar nas operações de NDF contratadas pela Companhia para proteger parte das suas exportações.

Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2007 em R\$ 16,5 milhões, reduziu para R\$ 15,4 milhões no final de dezembro de 2008, o equivalente a 2,7 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). O aumento de 21,7% ou R\$ 19,2 nas disponibilidades da Companhia foi o fator que permitiu o endividamento financeiro líquido não absorver o reflexo negativo da oscilação cambial.

Resultado Não Operacional

O resultado não operacional no ano de 2008 foi positivo de R\$ 0,6 milhões contra um resultado de R\$ 6,2 milhões positivo em 2007. Parcela significativa do valor de 2007 se refere à venda de ativo no primeiro trimestre de 2007. Já no ano de 2008 não houve eventos de destaque.

2009

Custo dos Produtos Vendidos

O custo dos produtos vendidos representou 69,6% da receita líquida consolidada ou R\$ 297,9 milhões no exercício de 2009 contra R\$ 302,6 milhões ao exercício de 2008 e que

representou 70,0% da receita líquida. Com isso houve uma importante redução de R\$ 4,7 milhões nos custos dos produtos vendidos em 2009, fato que foi possível pelos trabalhos focados em melhorias nos processos produtivos.

Lucro Bruto

O lucro bruto chegou a R\$ 130,1 milhões no acumulado de 2009 e representou 30,4% da receita líquida consolidada, uma evolução de 0,3% em relação a 2008, quando o lucro bruto totalizou R\$ 129,7 milhões ou 30,0% da receita líquida consolidada.

Despesas Operacionais (Administrativas/Comerciais/Outras)

As despesas operacionais em 2009 totalizaram R\$ 90,2 milhões, representando 21,0% sobre a receita líquida consolidada, enquanto em 2008 representou 18,9%, ficando em R\$ 82,0 milhões. Este acréscimo em termos percentuais e valor está relacionado à redução mais do que proporcional na receita no período em virtude dos efeitos da crise, por custos com indenizações trabalhistas que foram necessários para adequar a Companhia ao momento recessivo da economia, e também pelo custo de implementação da unidade industrial da China e pelos resultados da unidade industrial do Alabama.

Geração Bruta de Caixa (EBITDA)

O EBITDA (geração bruta de caixa) totalizou R\$ 53,9 milhões ou 12,6% sobre a receita líquida do período, enquanto em 2008 registrou R\$ 67,3 milhões ou 15,6% sobre a receita líquida. As margens e valor apresentaram queda em virtude de todos os efeitos citados anteriormente, nos outros indicadores.

Endividamento financeiro líquido consolidado

A dívida bancária líquida consolidada que terminou 2008 em R\$ 15,4 milhões, aumentou para R\$ 19,9 milhões no final de dezembro de 2009, o equivalente a 4,5 meses de geração de caixa operacional (EBITDA). Apesar das amortizações, ocorreu no período a contratação de um novo e expressivo financiamento no montante de R\$ 48,6 milhões junto ao BNDES/Banco do Brasil. Em contrapartida houve um aumento nas disponibilidades, o que praticamente anulou o efeito desse financiamento.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido consolidado (receitas menos despesas) passou de R\$ 12,9 milhões negativos em 2008, para R\$ 19,3 milhões positivos em 2009. Este fato foi possível devido aos novos patamares nas taxas do dólar, que reverteu o efeito negativo sofrido nas operações de NDF no último trimestre de 2008.

Item 10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

2007

As atividades econômicas e financeiras da Fras-le no exercício de 2007 não apresentaram eventos que causassem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras.

2008

As atividades econômicas e financeiras da Fras-le no exercício de 2008 foram movimentadas por eventos atípicos, ao compará-los com anos anteriores, os quais impactaram os números finais da Companhia.

A retração na economia mundial, uma das consequências da crise financeira iniciada no segundo semestre de 2008, afetou os volumes de vendas da Companhia nos dois últimos meses do ano, o que refletiu no desempenho das receitas.

Outro fator que impactou nos resultados da Fras-le foi a contabilização de despesas com variação cambial, incorridas sobre as operações financeiras firmadas para proteger a carteira de exportações. Com a alteração no cenário cambial, ocorrida a partir de setembro de 2008, a valorização do dólar frente ao real, fez com que as taxas cambiais atingissem patamares superiores aos contratados pela Companhia.

Em 2008 também ocorreu o processo de adequação contábil das demonstrações financeiras da Companhia a Lei 11.638/07. Estas adequações afetaram as receitas da Companhia e também o lucro líquido.

2009

O exercício de 2009 foi extremamente desafiador, a crise iniciada no último trimestre de 2008 ganhou força no início de 2009 e causou efeitos consideráveis nos resultados das empresas de todo o mundo, principalmente nos países norte-americanos e europeus. A Fras-le, apesar da recuperação apresentada nos resultados durante o segundo semestre de 2009, também teve seu desempenho afetado no início do ano.

No primeiro trimestre de 2009, um dos efeitos mais nocivos para os resultados da Companhia foi a queda nas vendas, pois no mercado nacional houve desaceleração de novos pedidos e revisões nas programações dos produtos destinados às montadoras. Outro fato importante ocorrido foi a estratégia adotada pelos distribuidores de materiais de fricção do mercado de reposição que, na tentativa de minimizar os reflexos da crise, priorizaram reduzir os seus estoques para gerar recursos em caixa, o que refletiu em menores volumes de vendas para este mercado.

No mercado externo, onde os efeitos da crise foram mais severos, a Fras-le também teve suas vendas afetadas em 2009, registrando queda nas exportações, tanto na contagem em dólar como também em volumes, fato que rompeu a sequência de crescimento nas exportações da Companhia nos últimos anos.

Outro fator que comprometeu o desempenho da Fras-le no exercício de 2009 foi a consolidação dos resultados pré-operacionais da unidade da China, pelo custo de sua implementação, e também, a forte retração da indústria automobilística norte-americana, que comprometeu os resultados operacionais da unidade do Alabama.

Apesar do forte impacto sofrido no primeiro semestre do ano no resultado operacional, pelos diversos fatores elencados anteriormente, a Fras-le conseguiu reverter o cenário adverso e melhorar significativamente o seu desempenho durante o segundo semestre de 2009.

10.4) Os diretores devem comentar

10.4. a) Mudanças nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

Ajustes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 no Balanço Patrimonial na Data de Transição - 1º de janeiro de 2008.

a) Controladora

	31/12/07 Saldos	Data da transição - 01/01/2008	
		Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	192.411	2.978	195.389
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.800	-	91.800
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
Resumo dos ajustes			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado			4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros			67
{a3} Ajustes a valor presente			(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos			(1.535)

b) Consolidado

	31/12/07 Saldos	Data da transição - 01/01/2008	
		Ajustes	Saldos
Patrimônio líquido	191.790	2.978	194.768
Capital social	100.000	-	100.000
Reservas de capital	611	-	611
Reservas de lucros	91.179	-	91.179
Lucros acumulados	-	2.978 {a}	2.978
Resumo dos ajustes			
{a} Ajustes contra lucros acumulados			<u>2.978</u>
{a1} Instrumentos financeiros derivativos avaliados ao valor justo por meio do resultado			4.999
{a2} Arrendamentos mercantis financeiros			67
{a3} Ajustes a valor presente			(553)
{a4} Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos			(1.535)

10.4. b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

	Controladora 2008	Consolidado 2008
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	26.856	25.522
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	2.978	2.978
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	(321)	(321)
Despesa de depreciação de bens obtidos por meio de contratos de arrendamento financeiro	187	187
Despesas financeiras decorrentes de contratos de arrendamento financeiro	10	10
Reversão despesas de leasing	(344)	(344)
Ajustes a valor presente de contas a receber e contas a pagar		
Receita financeira	(7.732)	(7.732)
Receita de vendas	8.585	8.585
Despesa financeira	3.045	3.045
Custo dos produtos vendidos	(3.166)	(3.166)
Ajustes acumulados de conversão	1.991	1.991
Diferenças temporárias de IR e CSLL	(90)	(90)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei 11.638/07 (Resultado líquido ajustado)	31.999	30.665
Total dos ajustes líquidos decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória No 449/08	5.143	5.143
Patrimônio líquido em 31 de dezembro		
Ajustes na data da transição reconhecidos em	210.079	208.125
Lucros acumulados	(2.978)	(2.978)
Ajustes acumulados de conversão	(1.991)	(1.991)
Diferença entre o resultado líquido de 2008 e o resultado ajustado	5.143	5.143
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	210.253	208.299

10.4. c) Ressalvas e ênfase presentes no parecer do auditor

Não se aplica.

10.5) Políticas contábeis críticas adotadas

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras estão adequadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) e os novos pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

l) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

m) Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o estabelecimento das vidas úteis e do valor residual do ativo imobilizado, provisão para devedores duvidosos, realização de estoques e impostos diferidos ativos, provisão para contingências, e ativos e passivos relacionados a benefícios a

empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

n) Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados conforme descrito abaixo:

Instrumentos mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos financeiros, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias acima. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliadas pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Outros

Outros instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

o) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM Nº 534.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido na conta de ajustes de avaliação patrimonial e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, todo ou parcialmente. As demonstrações financeiras de controladas e coligadas no exterior são ajustadas às práticas contábeis do Brasil e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

p) Ativos circulante e não circulante

Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias das datas dos balanços e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado”.

Clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. Para as transações de venda a Companhia utiliza a variação da taxa de Certificado de Depósito Interbancário – CDI, visto que é a taxa de referência utilizada em transações de vendas a prazo. A contrapartida dos ajustes a valor presente do contas a receber é contra a receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

Estoques

Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado e, ajustado por provisão para obsolescência, quando aplicável.

O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui as despesas gerais de fabricação baseadas na capacidade normal de operação.

Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

Investimentos

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, incluindo os juros incorridos com empréstimos utilizados para sua construção, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota Explicativa nº. 11 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens.

Gastos decorrentes de reposição de um componente de um item do imobilizado são contabilizados separadamente, incluindo inspeções e vistorias. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa.

Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2009 e 2008 compreendem apenas os ativos adquiridos de terceiros, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, e são amortizados por taxas lineares considerando sua vida útil, conforme Nota Explicativa nº 11.

Redução ao valor recuperável

Os ativos do imobilizado, do intangível, do diferido têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

q) Passivos circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas de resultado que deram origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada no resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

r) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

s) Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários

Os planos de benefícios são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício para verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos atuais e futuros. Os ganhos ou perdas atuariais são reconhecidos de acordo com o regime de competência.

Para a parcela referente ao plano de pensão de contribuição definida, os custos de patrocínio de plano de pensão são reconhecidos como despesas, no momento em que são realizadas as contribuições.

Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

t) Subvenção governamental

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo é efetuada em conta específica de passivo (ou como conta redutora do ativo).

u) Tributação

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7% a 25%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 % a 45%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	0% a 10,8%
PIS – Programa de Integração Social	0% a 2,3%
ISSQN – Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	2% a 5%

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados dedutivamente do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.

O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002 e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pelo Conselho de Administração.

v) Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

10.6) Controles internos e Compliance

Com base nas melhores práticas, a Fras-le, através da estrutura de Auditoria Interna da controladora Randon SA Implementos e Participações, busca avaliar constantemente a eficiência e eficácia, bem como, manter atualizados todos os componentes do seu sistema de controles internos, visando à mitigação das perdas potenciais advindas de sua exposição ao risco e o fortalecimento de processos e procedimentos voltados à Governança Corporativa.

A estrutura de pessoas supracitada, com dedicação exclusiva, assim como os investimentos em tecnologia e em capacitação de pessoal, confirma que a gestão de controles internos e *compliance* na Randon é efetiva, atendendo às exigências dos órgãos reguladores.

Os fluxos de processos e sistemas da Organização são freqüentemente reavaliados e testados, no sentido de aferir a efetividade dos controles existentes. Tendo pleno envolvimento das áreas e resultando em reportes ao Conselho de Administração e Fiscal, de acordo com os principais *frameworks* de controles.

Nos testes efetuados, não foram identificadas, até o momento, deficiências que possam comprometer a segurança dos controles internos.

Oportuno ressaltar os benefícios, em âmbito corporativo, advindos da crescente difusão da importância da cultura de controle, investimentos em recursos tecnológicos, incremento da qualidade dos processos operacionais e administrativos e da robustez dos controles associados e aprimoramento dos requerimentos voltados às melhores práticas de Governança Corporativa.

Sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente é relacionado o seguinte:

No parecer dos auditores independentes emitido sem ressalvas para as demonstrações financeiras da Fras-le encerradas em 31 de dezembro de 2009 está por eles relatado que os seus exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Baseados em nosso conhecimento e nos trabalhos realizados pelo auditor independente para avaliar a estrutura de controles internos, que tem como objetivo garantir a adequação das demonstrações financeiras da Fras-le, informamos desconhecer aspectos que possam comprometer de maneira significativa a adequação das nossas demonstrações financeiras às práticas contábeis adotadas no Brasil.

10.7) Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar

Não se aplica

10.8) Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor

Não se aplica

10.9) Em relação a cada um dos itens indicados no item 10.8

Não se aplica

10.10) Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio

Investimentos 2007

Durante o exercício de 2007 os investimentos da Fras-le concentraram-se basicamente em aumento da capacidade produtiva e início das obras do campo de provas. O montante total investido no ano foi R\$ 27,6 milhões, sendo os principais investimentos os seguintes: Máquinas e equipamentos R\$ 16,3 milhões, Ferramentas R\$ 5,1 milhões, Campo de provas R\$ 3,2 milhões.

Ainda no primeiro semestre de 2007 iniciou a terraplenagem do terreno para as instalações de um moderno campo de provas, com recursos liberados através de linhas de financiamento da FINEP e do BNDES. A utilização deste campo de provas

garantirá diferenciais tecnológicos e competitividade aos produtos Fras-le, permitindo ser a primeira fabricante de materiais de fricção na América Latina a contar com pistas próprias para testes. O projeto tem parceria com as demais empresas do Grupo Randon, onde cada uma terá seu espaço para testes e ensaios.

Investimentos 2008

Com a necessidade de maiores investimentos em modernização de máquinas e equipamentos, aumento de capacidade produtiva, e também, por ser um ano importante para a Fras-le no avanço da estratégia de internacionalização de seus negócios, o exercício de 2008 ficou marcado pela superação da média anual de investimentos dos últimos 5 anos. No decorrer do ano o valor contabilizado em investimentos atingiu o montante de R\$ 52,3 milhões, os quais representam um crescimento de 89,5% comparados aos R\$ 27,6 milhões investidos no exercício de 2007. Do total de investidos no exercício, as parcelas mais relevantes foram destinadas para: máquinas e equipamentos R\$ 12,6 milhões, construções e reformas R\$ 11,2 milhões, unidades do exterior R\$ 10,8 milhões, campo de provas R\$ 9,4 milhões e ferramentas R\$ 6,8 milhões.

Uma das principais iniciativas da Companhia em 2008 foi a aquisição dos negócios de pastilhas de freios da Haldex Brake Products Corporation. Localizada em Prattville, no Estado do Alabama (EUA), a unidade tem como atividades a produção de pastilhas de freio para veículos comerciais.

Em 2008, a Fras-le também iniciou os investimentos na constituição de uma unidade industrial na República Popular da China. A nova unidade, instalada na cidade de Pinghu, Província de Zhejiang, tem como atividades a fabricação lonas e pastilhas de freios para veículos comerciais.

Apesar de ter sido muito afetadas por fatores climáticos e passar por alterações no cronograma, a Fras-le também avançou nas obras do campo de provas. Este empreendimento representa para a Fras-le o refinamento da sua linha de produtos, pois proporcionará ganhos e diferenciais tecnológicos, que resultarão em melhor desempenho e economia.

Na planta de Caxias do Sul foi concluído no final de 2008 um novo prédio e as devidas instalações de máquinas e equipamentos, para abrigar a linha de produção de sapatas para freio e itens metálicos como plaquetas, utilizadas nas pastilhas de freio.

Investimentos 2009

Apesar do cenário recessivo do primeiro semestre de 2009, a Fras-le não se intimidou e deu continuidade aos projetos que estavam em andamento, e que são essenciais para atingir as metas de médio e longo prazo da Companhia. Um deles foi a conclusão da unidade industrial da China, que está em plena operação desde o segundo semestre de 2009. Outro projeto concluído foi o campo de provas, no final de 2009.

Mesmo assim, os investimentos de 2009 foram realizados em menor proporção, pois o cenário econômico recessivo ocorrido durante o ano exigiu uma postura conservadora. Do total de R\$ 26,8 milhões investidos no exercício, as parcelas mais relevantes foram destinadas para o campo de provas R\$ 11,2 milhões, máquinas e equipamentos R\$ 6,6 milhões, unidades do exterior R\$ 4,7 milhões e ferramentas R\$ 2,7 milhões.

As fontes de financiamento destes investimentos foram à própria Geração de Caixa, o BNDES, o IFC e o FINEP, conforme já demonstrado anteriormente.

10.11) Outros fatos que influenciaram de maneira relevante p desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens

Não se aplica.

Anexo VII – Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido

Submetemos aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à assembleia geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2009.

De acordo com o disposto no Artigo 192 da Lei nº 6404/1976, juntamente com as demonstrações financeiras do exercício, os órgãos da administração da companhia apresentarão à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício.

Nesse sentido, demonstramos, por meio de tabela comparativa, a proposta para destinação do lucro líquido relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, bem como da destinação dos três exercícios anteriores:

Descrição	Proposta 2009 (R\$)	Destinações		
		2008 (R\$)	2007 (R\$)	2006 (R\$)
Lucro líquido do exercício	44.081.464,50	26.855.966,36	40.349.341,73	40.106.433,30
Reserva legal	2.204.073,23	1.342.798,32	2.017.467,09	2.005.321,67
Reserva geral de lucro (estatutária)	27.339.408,85	13.508.319,24	24.852.486,49	24.628.584,38
Juros sobre o capital próprio imputados aos dividendos	10.336.166,51	12.004.848,80	10.489.828,23	10.920.640,00
Dividendos	4.201.815,92	0,00	2.989.559,92	2.551.887,25

Reserva Legal

A destinação do lucro líquido para a reserva legal é determinada pelo Artigo 193 da Lei 6404/1976 e tem por fim assegurar a integridade do capital social, somente podendo ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

De acordo com a citada Lei e com o disposto na alínea “a” do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

A reserva legal poderá deixar de ser constituída no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do Artigo 182 da Lei 6404/1976, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social.

Reserva Estatutária (Reserva Geral de Lucro)

O Artigo 194 da Lei 6404/1976 regula a criação das reservas estatutárias. Conforme aquele dispositivo legal, o estatuto social da companhia pode criar reservas desde que, para cada uma: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e, (iii) estabeleça o limite máximo da reserva.

Em consonância com a legislação e com o disposto na alínea “e” do Artigo 37 do Estatuto Social da Companhia, o saldo do lucro líquido que remanescer após as destinações previstas em lei e no Estatuto Social, será destinado a Reserva Geral de Lucros, a qual é destinada a manutenção do capital de giro e não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital social.

Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme estabelece o artigo 202 da Lei 6404/76 e o Artigo 38 do Estatuto Social, os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, sendo assegurado aos preferencialistas quantia adicional de forma que venham a receber dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (i) importância destinada a reserva legal; (ii) importância destinada à constituição de reserva de contingência e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, quando deixarem de existir as razões que justificaram a constituição ou no exercício em que ocorrer a perda, respeitando o Artigo 203 da Lei 6404/1976; e, (iii) importância destinada à constituição de reserva de lucros a realizar e reversão das mesmas reservas, quando os lucros que as constituíram tenham sido realizados no exercício, respeitado o Artigo 203 da Lei 6404/1976.

Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los aos dividendos mínimos obrigatórios.

Os juros sobre o capital próprio são calculados com base nas contas do patrimônio líquido, limitando-se à variação, pro rata dia, da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP). O efetivo pagamento ou crédito ficam condicionados à existência de lucros computados antes da dedução dos juros, ou de reservas de lucros, em montante igual ou superior ao valor de duas vezes os juros a serem pagos ou creditados.

O Estatuto Social não prevê pagamentos regulares de juros sobre o capital próprio aos acionistas, contudo, nos últimos anos, a Companhia optou por sua distribuição, os quais foram calculados em conformidade com a legislação vigente e imputados, pelo valor líquido de Imposto de Renda na Fonte, aos dividendos do mesmo exercício.

Os juros sobre o capital próprio e os dividendos declarados pela Companhia não são atualizados monetariamente.

A proposta de destinação do lucro líquido de 2009 é de distribuir aos acionistas, parcela correspondente a 30% (trinta por cento) do lucro ajustado, mais importância adicional aos acionistas detentores de ações preferenciais 10% (dez por cento) maior que o atribuído às ações ordinárias, ou seja, 5% (cinco por cento) acima do previsto no Estatuto Social.

Os dividendos serão declarados na data da Assembleia Geral Ordinária e o pagamento será realizado integralmente e mediante o crédito, de acordo com a conta corrente e domicílio bancário fornecidos ao Banco Itaú S.A, instituição depositária das ações. As ações serão negociadas ex-dividendos a partir do dia seguinte àquele de sua declaração e a data do pagamento será informada por Aviso aos Acionistas, publicado nos jornais habitualmente utilizados pela Companhia e disponibilizado na rede mundial de computadores.

Nos quadros a seguir, demonstramos a remuneração aos acionistas, relativa ao exercício de 2009, a ser ratificada na próxima Assembleia Geral Ordinária, bem como os demonstrativos, para comparação, referente aos 3 (três) exercícios anteriores:

Exercício de 2009	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido	44.081.464,50		
Reserva Legal	2.204.073,23		
Lucro líquido ajustado	41.877.391,28		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	12.987.557,45	0,188480	0,207320
Juros sobre o capital próprio pagos em 10/07/2009 e 28/01/2010			
Valor bruto	10.336.166,51	0,150000	0,165000
Valor líquido de IRF	8.785.741,53	0,127500	0,140250
Dividendos a serem declarados na próxima AGO	4.201.815,92	0,060980	0,067070

Exercício de 2008	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido	26.855.966,36		

Reserva Legal	1.342.798,32		
Lucro líquido ajustado	25.513.168,04		
Dividendos – 25% mais adicional de 10% para as PN	6.603.100,50	0,093440	0,102780
Juros sobre o capital próprio pagos em 03/07/2008 e 27/01/2009			
Valor bruto	12.004.848,80	0,169880	0,186860
Valor líquido de IRF	10.204.121,48	0,144400	0,158830
Dividendos remanescentes	0,00	0,000000	0,000000

NOTA: Nesse exercício não houve dividendos remanescentes, tendo em vista que os juros sobre o capital próprio, líquido de imposto de renda na fonte, perfaz 39,99% do lucro ajustado.

Exercício de 2007	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido do exercício	40.349.341,73		
Reserva Legal	2.017.467,09		
Lucro líquido ajustado	38.331.874,64		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	11.905.913,92	0,168480	0,185320
Juros sobre o capital próprio pagos em 25/07/2007 e 29/01/2008			
Valor bruto	10.489.828,23	0,148440	0,163280
Valor líquido de IRF	8.916.353,99	0,126170	0,138790
Dividendos remanescentes pagos em 30/04/2008	2.989.559,93	0,042306	0,046532

Exercício de 2006	Total (R\$)	R\$ por ação	
		ON	PN
Lucro líquido do exercício	40.106.433,30		
Reserva Legal	2.005.321,67		
Lucro líquido ajustado	38.101.111,64		
Dividendos propostos – 30% mais adicional de 10% para as PN	11.834.431,25	0,167467	0,184210
Juros sobre o capital próprio pagos em 26/07/2006 e 24/01/2007			
Valor bruto	10.920.640,00	0,160000	0,160000
Valor líquido de IRF	9.282.544,00	0,136000	0,136000
Dividendos remanescentes pagos em 24/04/2007	2.551.887,25	0,031467	0,048210

Caxias do Sul, 22 de fevereiro de 2010.

Raul Anselmo Randon

Daniel Raul Randon

Gilberto Carlos Crosa

Rogério Luiz Ragazzon

Anexo VIII – Currículos dos candidatos e informações indicadas nos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência

1 - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(a) Raul Anselmo Randon

Idade – 80

Profissão - Empresário

CPF – 004.273.900-44

Cargo eletivo ocupado – Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente

Principais Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Diretor presidente e Presidente do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações – companhia aberta - Atividade principal: indústria, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo;
- Diretor presidente e Presidente do Conselho de Administração da Fras-le S.A. companhia aberta - Atividade principal: A industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; produtos à base de resinas e seus derivados, autopeças, artefatos de plástico e seus derivados;
- Diretor presidente e Presidente do Conselho de Administração da Rasip Agro Pastoril S.A. – companhia aberta - Atividade principal: Produção agrícola e pastoril, a fruticultura e apicultura; a criação de rebanhos de diversas espécies; a indústria, o comércio, a importação e a exportação de produtos alimentícios, de produtos da agricultura, da fruticultura e da pecuária, inclusive derivados do leite.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

- Diretor presidente e Presidente do Conselho de Administração da Randon S.A. Implementos e Participações;
- Diretor-presidente e Presidente do Conselho de Administração da Fras-le S.A.
- Diretor-presidente e Presidente do Conselho de Administração da Rasip Agro Pastoril S.A.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- 1- qualquer condenação criminal – Não se aplica
- 2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não se aplica
- 3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. – Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- Administradores do emissor – Parentesco de 1º grau.
- Administradores do emissor e:
 - a) Administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor – Não se aplica
 - b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas - Não se aplica
- Controladores diretos ou indiretos do emissor – Parentesco de 1º grau
- Administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor. – Não se aplica

(b) Astor Milton Schmitt

Idade – 68 anos

Profissão – Engenheiro Mecânico

CPF – 010.763.880-00

Cargo eletivo ocupado – Vice-Presidente do Conselho de Administração

Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Não se aplica

Principais Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Diretor de Relações com Investidores da Randon S.A. Implementos e Participações companhia aberta – Atividade principal: indústria, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fras-le S.A. – companhia aberta - Atividade principal: A industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; produtos à base de resinas e seus derivados, autopeças, artefatos de plástico e seus derivados;

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

- Diretor de Relações com Investidores da Randon S.A. Implementos e Participações;
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Fras-le S.A.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

1- qualquer condenação criminal – Não se aplica

2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não se aplica

3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. – Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- Administradores do emissor – Não se aplica

- Administradores do emissor e:

a) Administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor – Não se aplica

b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas - Não se aplica

- Controladores diretos ou indiretos do emissor – Não se aplica

- Administradores do emissor e Administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor. – Não se aplica

(c) Luiz Carlos Mandelli

Idade – 68 anos

Profissão – Economista

CPF – 002.011.110-04

Cargo eletivo ocupado – Conselheiro

Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Não se aplica

Principais Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Membro do Conselho de Administração da Intecnia S.A;
- Membro do Conselho de Administração do Centro Clínico Gaúcho;
- Diretor Presidente da DHB Indústria e Comércio S.A. e Presidente do Conselho de Administração da DHB Indústria e Comércio S.A.;

- Membro do Conselho de Administração do Banco Meridional do Brasil.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

- Diretor Presidente da DHB Indústria e Comércio S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da DHB Indústria e Comércio S.A.;
- Membro do Conselho de Administração do Banco Meridional do Brasil.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- 1- qualquer condenação criminal – Não se aplica
- 2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não se aplica
- 3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. – Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:
Administradores do emissor – Não se aplica

Administradores do emissor e:

- a) Administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor – Não se aplica
 - b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas - Não se aplica
- Controladores diretos ou indiretos do emissor – Não se aplica

Administradores do emissor e Administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor. – Não se aplica

2 - CONSELHO FISCAL

2.1 - Titulares

(a) Georges Pitseys

Idade – 62 anos

Profissão – Engenheiro mecânico

CPF – 396.874.818-20

Cargo eletivo ocupado – Conselheiro Fiscal

Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Não se aplica

Principais Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Membro Titular do Conselho Fiscal da Fras-le S.A. – companhia aberta – atividade principal: A industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; produtos à base de resinas e seus derivados, autopeças, artefatos de plástico e seus derivados;
- Sócio Diretor da Try Testes e Simulações –representações e assessoria;
- Sócio diretor da Pousada Georges Village –setor de turismo

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

- Diretor de tecnologia e qualidade da empresa Fras-le S.A.

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- 1- qualquer condenação criminal – Não se aplica

- 2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não se aplica
- 3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. – Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- Administradores do emissor – Não se aplica
- Administradores do emissor e:
 - a) Administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor – Não se aplica
 - b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas - Não se aplica
- Controladores diretos ou indiretos do emissor – Não se aplica
- Administradores do emissor e Administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor. – Não se aplica

(b) Benilda Waschow

Idade – 62 anos

Profissão – Advogada

CPF – 163.342.480-49

Cargo eletivo ocupado – Conselheira Fiscal Titular

Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Não se aplica

Principais Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Membro titular do Conselho fiscal da controladora Randon S.A. Implementos e Participações – companhia aberta – Atividade principal: indústria, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo;
- Membro titular do conselho fiscal da Fras-le S.A. – companhia aberta – Atividade principal: A industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; produtos à base de resinas e seus derivados, autopeças, artefatos de plástico e seus derivados;
- Professora titular da Universidade de Caxias do Sul – RS – Fundação de ensino superior

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas; - Não se aplica

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- 1- qualquer condenação criminal – Não se aplica
- 2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não se aplica
- 3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. – Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- Administradores do emissor – Não se aplica
- Administradores do emissor e:
 - a) Administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor – Não se aplica
 - b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas - Não se aplica
- Controladores diretos ou indiretos do emissor – Não se aplica
- Administradores do emissor e Administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor. – Não se aplica

2.2 - Suplentes

(a) Renato Francisco Toigo

Idade – 58 anos

Profissão – Contador

CPF – 108.764.210-87

Cargo eletivo ocupado – Conselheiro Fiscal suplente

Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Não se aplica

Principais Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Sócio gerente da Toigo Contadores e Associados Ltda – empresa de prestação de serviços contábeis e assessoria administrativa e tributária;
- Professor da Universidade de Caxias do Sul – RS – Fundação de Ensino superior;
- Diretor Fiscal da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar – Agência Reguladora Governamental.

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas; - Não se aplica

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

1- qualquer condenação criminal – Não se aplica

2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não se aplica

3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. – Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Administradores do emissor – Não se aplica

Administradores do emissor e:

Administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor – Não se aplica

Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas - Não se aplica

Controladores diretos ou indiretos do emissor – Não se aplica

Administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor. – Não se aplica

(b) Alzira Luisa Bettiato Zattera

Idade – 51 anos

Profissão – contadora

CPF – 327.991.600-34

Cargo eletivo ocupado – Conselheiro Fiscal suplente

Outros cargos ou funções exercidos no emissor – Não se aplica

Principais Experiências profissionais durante os últimos 5 anos:

- Contadora da Randon S.A. Implementos e Participações – companhia aberta – atividade principal: indústria, comércio, importação e exportação: de veículos automotores e rebocados, para a movimentação e o transporte de materiais; de implementos para o transporte rodoviário e ferroviário; e, de aparelhos mecânicos, equipamentos, máquinas, peças, partes e componentes, concernentes ao ramo;

Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas; - Não se aplica

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

1- qualquer condenação criminal – Não se aplica

2- qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas – Não se aplica

3- qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer. – Não se aplica

Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- Administradores do emissor – Não se aplica

- Administradores do emissor e:

a) Administradores de controladas, diretas ou indiretas do emissor – Não se aplica

b) Administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas - Não se aplica

- Controladores diretos ou indiretos do emissor – Não se aplica

- Administradores do emissor e administradores das sociedades controladas diretas e indiretas do emissor – Não se aplica

Anexo IX - Informações sobre a remuneração dos administradores e conselheiros fiscais

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS FISCAIS

De acordo com o disposto na Lei 6404/1976 e no Artigo 17 do Estatuto Social, compete à assembleia geral fixar a remuneração dos administradores.

Nesse sentido, será submetida à Assembleia Geral Ordinária, proposta de fixar o montante global anual, com vigência para o ano de 2010, para distribuição entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria, a importância de até R\$ 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil reais) e a importância de R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) para custeio dos planos de previdência complementar e assistência médica. O Conselho de Administração, em reunião específica, procederá a distribuição individual.

Se instalado o Conselho Fiscal, a remuneração de seus membros deverá ser fixada na Assembleia Geral e não poderá ser inferior, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da que, em média, for atribuída a cada Diretor, sendo que nesta média não são computados benefícios e participação nos lucros da Companhia.

Neste caso, é proposta a manutenção da remuneração mensal individual dos membros titulares, em valor equivalente a 10% (dez por cento) da média dos honorários que forem atribuídos a cada Diretor. Os membros suplentes somente serão remunerados quanto substituírem os membros titulares.

De acordo com o disposto no Artigo 12, da Instrução CVM 481, de 17 de dezembro de 2009, sempre que a assembleia geral for convocada para fixar a remuneração dos administradores, a companhia deve fornecer, no mínimo, as informações indicadas no item 13 do Formulário de Referência, aprovado na ICVM 480, de 7 de dezembro de 2009, as quais estão descritas a seguir:

a - Práticas de Remuneração

As práticas de remuneração dos administradores alinham-se aos interesses da Companhia e têm o objetivo de reconhecer os profissionais pelos serviços prestados, visando estimulá-los a contribuir e a buscar cada vez mais a expansão dos negócios e como consequência o retorno aos acionistas, levando em consideração as responsabilidades de cada membro e o tempo dedicado às suas funções.

A remuneração é composta de honorários fixos e de remuneração variável, representada por participação nos lucros, e visa desafiar a gestão a, cada vez mais, buscar resultados que superem os estabelecidos no Planejamento Estratégico.

A remuneração paga aos administradores segue valores de mercado e os limites globais estabelecidos na Assembléia Geral Ordinária e na Lei 6404/76.

Todos os Diretores são estatutários e seus honorários anuais, assim como os honorários dos membros do conselho fiscal são pagos em 13 (treze) parcelas, sendo 2 (duas) pagas no mês de dezembro. Os honorários dos membros do Conselho de Administração são pagos em 12 (doze) parcelas mensais.

Conforme estabelecido no § 2º do Artigo 18 do Estatuto Social, os diretores recebem participação nos lucros, que pode chegar ao valor dos honorários fixos ou 8% (oito por cento) dos lucros da Companhia, o que for menor. Não existe proporção fixa entre os elementos que compõem a remuneração total.

Anualmente, os honorários fixos são reajustados de acordo com parâmetros de inflação e, quando necessário, são procedidos alinhamentos a valores de mercado, baseados em pesquisa específica.

A Companhia não tem plano de remuneração baseado em ações.

Não existem arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

A remuneração do Conselho Fiscal segue os preceitos da Lei 6404/76, ou seja, é fixada na assembleia geral que delibera pela instalação do órgão e nos últimos anos foi fixada em 10% (dez por cento) da remuneração média atribuída à diretoria, cabendo-lhe, ainda, de acordo com a legislação em vigor, o reembolso das despesas com locomoção e estada, necessárias ao desempenho de suas funções.

b – Remuneração reconhecida no resultado dos três últimos exercícios

A seguir estão demonstrados, por tabelas, os honorários, a participação nos lucros, o plano de previdência privada e plano de saúde, reconhecidos nos resultados dos exercícios de 2007, 2008 e 2009.

Honorários (em R\$)						
	2007		2008		2009	
	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor
Conselho de Administração	5	479.272,00	5	497.980,00	5	529.632,00
Diretoria	6	2.140.187,00	5	1.896.745,00	4	1.716.849,00
Conselho Fiscal	3	114.513,00	4	145.894,00	4	158.776,00
Participação nos Lucros (em R\$)						
	2007		2008		2009	
	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Diretoria	6	2.603.948,00	5	1.736.118,00	4	1.860.270,00
O valor da participação nos lucros relativa ao exercício de 2009 está reconhecido nas Demonstrações Financeiras, as quais serão apreciadas na AGO. Após sua aprovação, o Conselho de Administração deliberará por sua distribuição por membro da Diretoria.						
Previdência Privada (em R\$)						
	2007		2008		2009	
	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Diretoria	4	201.152,00	4	204.799,00	3	134.931,00
Assistência Médica (em R\$)						
	2007		2008		2009	
	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor
Conselho de Administração	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Diretoria	4	19.219,00	4	19.539,00	3	14.702,00
Total da Remuneração (em R\$)						
	2007		2008		2009	

	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor	Nº de membros	Valor
Conselho de Administração	5	479.272,00	5	497.980,00	5	529.632,00
Diretoria	6	4.964.506,00	5	3.857.201,00	4	3.726.752,00
Conselho Fiscal	3	114.512,55	4	145.894,00	4	158.776,00

Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-presidente são ocupados pela mesma pessoa, sendo que sua remuneração foi segregada por órgão, de acordo com a distribuição procedida pelo Conselho de Administração.

Remuneração prevista para o exercício de 2010 (R\$ em reais)					
Órgão	Nº de membros	Honorários	Participação nos lucros	Previdência Privada	Assistência Média
Conselho de Administração	5	1.000.000,00	0,00	0,00	12.000,00
Diretoria	4	1.800.000,00	1.800.000,00	150.000,00	18.000,00
Conselho Fiscal	3	10% da média dos Diretores	-	-	-

c – Quantidade de ações direta ou indiretamente detidas, emitidas pela Companhia ou por sociedade controladora, por membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, em 31 de dezembro de 2009.

Companhia (Fras-le S.A.)			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Conselho de Administração	2.712	50.062	52.774
Diretoria	0	12.100	12.100
Conselho Fiscal	0	0	0
Controladora (Randon S.A. Implementos e Participações)			
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
Conselho de Administração	25.980	1.046.981	1.072.961
Diretoria	0	25.000	25.000
Conselho Fiscal	0	0	0

d – Informações sobre Plano de Previdência

O fundo de pensão a que os membros do Conselho de Administração e da Diretoria estão vinculados é o Randonprev – Fundo de Pensão, e o nome do plano de previdência privada é Randonprev.

Atualmente são contemplados com contribuições 3 (três) diretores, sendo que 2 (dois) destes reúnem condições para se aposentar antecipadamente, de acordo com o regimento do Randonprev.

Os beneficiários que tiverem idade superior a 55 (cinquenta e cinco) anos e contarem com 10 (dez) anos de vínculo com a Companhia, poderão requerer o benefício antecipado, fazendo resgates mensais.

Contribuições aos Planos de Previdência (em R\$)			
	Nº de membros	Contribuições acumuladas até 31/12/2009	Contribuições do Exercício de 2009

Diretoria	3	2.230.026,00	134.931,00
-----------	---	--------------	------------

e - Maior valor, menor valor e média da remuneração anual

Abaixo, seguem tabelas demonstrativas da maior, da menor e da média dos honorários pagos aos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal

2007 (em R\$)			
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de Membros	6	5	3
Maior Remuneração	470.416,00	267.344,00	37.419,00
Menor Remuneração	330.071,00	69.216,00	37.419,00
Média da Remuneração	357.776,00	118.748,00	37.419,00
2008 (em R\$)			
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de Membros	5	5	4
Maior Remuneração	443.880,00	280.276,00	38.556,00
Menor Remuneração	346.086,00	72.568,00	38.556,00
Média da Remuneração	371.070,00	124.495,00	38.556,00
2009 (em R\$)			
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Nº de Membros	4	5	4
Maior Remuneração	516.351,00	298.092,00	38.690,00
Menor Remuneração	368.262,00	77.180,00	38.690,00
Média da Remuneração	394.090,00	132.408,00	38.690,00

f – Percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado referente a membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos Controladores

Órgão	2007	2008	2009
Conselho de Administração	53%	56%	56%
Diretoria	28%	40%	49%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

g - Valores reconhecidos no resultado da controladora

Os valores reconhecidos no resultado da controladora Randon S.A. Implementos e Participações, demonstrados na tabela abaixo, referem-se à remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria e Conselho Fiscal daquela Controladora, que integram os órgãos da administração e o Conselho Fiscal da Companhia.

Randon S.A. Implementos e Participações (em R\$)				
Órgão	Nº de membros	2007	2008	2009
Conselho de Administração	1	460.516,00	482.855,00	984.180,00
Diretoria	1	596.952,00	625.911,00	0,00
Conselho Fiscal	1	46.655,00	55.855,00	57.389,00
Em 2009 o membro da Diretoria deixou de integrar este órgão, permanecendo no Conselho de Administração				

Anexo X – Proposta da Diretoria para Aumento do Capital e Bonificação em Ações

Submetemos aos membros do Conselho de Administração para apreciação, manifestação e encaminhamento à assembleia geral e aos membros do Conselho Fiscal para emissão de parecer, proposta para aumento do capital social.

A Diretoria propõe seja convocada Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária, para deliberar sobre aumento do capital social da Companhia mediante capitalização de parte do saldo da Reserva Geral de Lucros, tendo em vista que, conforme proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2009, o saldo das reservas de lucros excederá aos limites legais, conforme demonstra o quadro a seguir:

Capital Social	118.000.000,00
Reservas de lucros	121.783.919,03
Reserva Legal	16.649.667,60
Reserva Geral de Lucros	105.134.251,43
Valor excedente	3.783.919,00

Conforme dispõe o Artigo 199 da Lei 6404/1976, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social e, de acordo com a alínea “e” do Artigo 37 do Estatuto Social, o saldo da reserva estatutária denominada Reserva Geral de Lucros não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital social. Atingido esses limites, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

Em razão do excesso, e com o objetivo de adequar as demonstrações financeiras aos parâmetros legais, a Diretoria propõe elevar o capital social de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais) para R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) mediante:

- 1. Capitalização de reservas:** o capital social será aumentado em R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), mediante a capitalização de parte do saldo da conta “Reserva Geral de Lucros”, com distribuição de ações novas aos acionistas, na proporção do número de ações que possuem, tudo de conformidade com o disposto no Artigo 169 da Lei 6404/1976;
- 2. Bonificação em Ações (50%):** emissão de 34.127.000 novas ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo 22.058.117 ações ordinárias e 12.068.883 ações preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas, a título de bonificação, na proporção de 1 (uma) ação nova para cada 2 (duas) ações da mesma espécie de que forem titulares.
 - 2.1. Objetivo:** a operação de bonificação tem o propósito de aumentar a liquidez das ações no Mercado de Valores Mobiliários, considerando que uma quantidade maior de ações em circulação, potencialmente, gera incremento nos negócios e, por consequência, no volume financeiro, criando valor aos acionistas.
 - 2.2. Direitos e vantagens das ações bonificadas:** as ações bonificadas terão idênticos direitos aos daquelas atualmente em circulação, farão jus inclusive, a todos os dividendos e remuneração do capital que vierem a ser declarados a partir da data de sua inclusão na posição dos acionistas, bem como a eventuais vantagens atribuídas às demais ações.

2.3. Custo das ações bonificadas: para fins do disposto no Artigo 10 da Lei 9249/1995 e no § 1º do Artigo 25 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil nº 25/2001, o custo atribuído às ações bonificadas é de R\$ 0,761860 por ação, independentemente da espécie.

2.4. Frações de ações: a bonificação será efetuada sempre em números inteiros. Eventuais sobras decorrentes das frações de ações serão separadas, agrupadas em números inteiros e vendidas em leilão a ser realizado na BM&FBOVESPA, devendo os respectivos valores, serem colocados à disposição dos acionistas que fizerem jus. Para efeitos do disposto no § 3º do Artigo 169 da Lei 6404/1976, é fixado o prazo de 30 (trinta) dias, para os acionistas procederem a transferência das frações de ação.

2.5. Negociação: as atuais ações continuarão a ser negociadas com direito à bonificação e as novas ações serão liberadas à negociação ex-bonificação após a aprovação desta proposta pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária.

(c) Alteração do Estatuto Social

Em decorrência do aumento do capital social, a Diretoria propõe adequar o “caput” do Artigo 5º do Estatuto Social conforme demonstrado no quadro a seguir:

Redação atual	Redação proposta
Artigo 5º. O capital social é de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais) representado por 68.254.000 (sessenta e oito milhões, duzentas e cinquenta e quatro mil) ações, sendo 44.116.233 (quarenta e quatro milhões, cento e dezesseis mil, duzentas e trinta e três) ações ordinárias e 24.137.767 (vinte e quatro milhões, cento e trinta e sete mil, setecentas e sessenta e sete) ações preferenciais, todas sem valor nominal.	Artigo 5º. O capital social é de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) representado por 102.381.000 (cento e dois milhões, trezentos e oitenta e uma mil) ações, sendo 66.174.350 (sessenta e seis milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentas e cinquenta) ações ordinárias e 36.206.650 (trinta e seis milhões, duzentas e seis mil, seiscentas e cinquenta) ações preferenciais, todas sem valor nominal.

Caxias do Sul, 1º de março de 2010.

Raul Anselmo Randon

Daniel Raul Randon

Gilberto Carlos Crosa

Rogério Luiz Ragazzon

Anexo XI – Parecer do Conselho Fiscal

A Proposta da Diretoria de Aumento do Capital Social e Bonificação em Ações, de 1º/03/2010, prevê: a elevação do Capital Social em R\$ 52.000.000,00, passando de R\$ 118.000.000,00 para R\$ 170.000.000,00, mediante incorporação de parte do saldo da conta “Reserva Geral de Lucros” e emissão de ações na quantidade de 34.127.000 sendo 22.058.117 ordinárias e 12.068.883 preferenciais, portanto, uma emissão correspondente a 50% das ações emitidas e em circulação no mercado, cabendo aos acionistas uma ação nova para cada duas possuídas, da mesma espécie e com os mesmos direitos, preferências e vantagens atribuídas pelo estatuto social da Companhia às ações representativas do seu capital social. Os conselheiros, a respeito, manifestam opinião de que: 1º - o aumento de capital atende o disposto da Lei e no Estatuto, adequando a Reserva Geral de Lucros aos limites permitidos; 2º - a emissão de ações decorrentes desta capitalização vai colocar mais ações em circulação no mercado, possibilitando aumento da base acionária e do volume de negócios com as ações da Companhia. Os conselheiros recomendam a aprovação desta proposta por parte da Assembleia Geral Extraordinária.

Caxias do Sul, 1º de março de 2010.

Aloísio Kok

Antonio Rubem de Almeida Barros Junior

Benilda Waschow

Georges Pitseys

Anexo XII – Ata da Reunião do Conselho de Administração nº 03/10

LOCAL, HORA E DATA: Sede social da Companhia, Rodovia RS 122, km 66, nº 10.945, Bairro Forqueta, Caxias do Sul (RS), às 14 horas do dia 01 de março de 2010. PRESENCAS: Os membros do Conselho de Administração, os membros titulares membros do Conselho Fiscal e diretores. PRESIDENTE: Raul Anselmo Randon SECRETÁRIO: Astor Milton Schmitt. DELIBERAÇÕES: De acordo com a ordem do dia de todos conhecida, por unanimidade de votos, os Conselheiros deliberaram autorizar a convocação de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada, cumulativamente com a Assembleia Geral Ordinária, no dia 7 de abril de 2010, para apreciação pelos acionistas, da Proposta da Diretoria para aumento do capital social, mediante incorporação de reservas, com distribuição de ações aos acionistas, a título de bonificação. Os Conselheiros manifestaram-se de acordo com a proposta, na qual o capital social da Companhia será aumentado no valor de R\$ 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de reais), passando de R\$ 118.000.000,00 (cem e dezoito milhões de reais) para R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) e serão emitidas 34.127.000 novas ações, sendo 22.058.117 ações ordinárias e 12.068.883 ações preferenciais, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas, na proporção de uma ação nova para cada duas ações da mesma espécie de que forem titulares. Os Conselheiros Fiscais entregaram o Parecer do Órgão de Fiscalização ao Presidente do Conselho de Administração, no qual está consignada opinião favorável ao aumento do capital. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a ata, que lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros. Caxias do Sul, 01 de março de 2010.

Raul Anselmo Randon

Astor Milton Schmitt

Ricardo Malavazi Martins

Ricardo Alves da Conceição

Silvio Omar Leal dos Santos

Anexo XIII – Estatuto Social com descrição da atual redação e da redação proposta

Redação Atual	Redação Proposta
I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO	
Artigo 1º. FRAS-LE S.A. é uma sociedade anônima que se regulará pelo presente Estatuto Social e legislação aplicável, nos casos em que for omissos.	Inalterado
Artigo 2º. A sociedade tem sede e foro jurídico na Cidade de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, podendo criar ou extinguir filiais e quaisquer outros estabelecimentos, no País ou exterior.	Inalterado
Artigo 3º. A sociedade tem prazo de duração indeterminado.	Inalterado
II - DO OBJETO SOCIAL	Inalterado
Artigo 4º. A sociedade tem por objeto social: a) A industrialização de componentes para freios, acoplamentos, transmissões, especialmente de materiais de fricção; produtos a base de resinas e seus derivados, autopeças, artefatos de plástico e seus derivados; b) A comercialização, quer no País ou no exterior, desses mesmos produtos, seja de fabricação própria ou de terceiros; c) A importação e a exportação de matérias-primas, partes, peças e componentes, bem como máquinas, aparelhos e equipamentos industriais aplicáveis na industrialização dos produtos referidos na alínea (a) anterior; d) A prestação de serviços de assistência técnica de seus produtos; e) A participação em outras sociedades, qualquer que seja a sua forma, como sócia ou acionista; f) A representação comercial, por conta própria ou de terceiros.	Inalterado
Parágrafo único. O objeto social da Companhia poderá ser realizado através de sociedades controladas e subsidiárias.	Inalterado
III - DO CAPITAL SOCIAL E AÇÕES	
Artigo 5º. O capital social é de R\$ 118.000.000,00 (cento e dezoito milhões de reais) representado por 68.254.000 (sessenta e oito milhões, duzentas e cinquenta e quatro mil) ações, sendo 44.116.233 (quarenta e quatro milhões, cento e dezesseis mil, duzentas e trinta e três) ações ordinárias e 24.137.767 (vinte e quatro milhões, cento e trinta e sete mil, setecentas e sessenta e sete) ações preferenciais, todas sem valor nominal.	Artigo 5º. O capital social é de R\$ 170.000.000,00 (cento e setenta milhões de reais) representado por 102.381.000 (cento e dois milhões, trezentos e oitenta e uma mil) ações, sendo 66.174.350 (sessenta e seis milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentas e cinquenta) ações ordinárias e 36.206.650 (trinta e seis milhões, duzentas e seis mil, seiscentas e cinquenta) ações preferenciais, todas sem valor nominal.
Parágrafo único. A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, independentemente da reforma estatutária, e por deliberação do Conselho de Administração,	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
até o limite de 90.000.000 (noventa milhões) de ações ordinárias e 180.000.000 (cento e oitenta milhões) de ações preferenciais, todas sem valor nominal, com observância no artigo 7º deste Estatuto.	
Artigo 6º. As ações terão a forma escritural e serão mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na instituição financeira autorizada que a Companhia designar, sem a emissão de certificados; a instituição financeira depositária das ações escriturais poderá cobrar o custo de transferência de titularidade das ações, observados os limites legalmente fixados.	Inalterado
Artigo 7º. Nos aumentos de capital, quer por subscrição ou capitalização de lucros ou reservas, a sociedade poderá emitir ações ordinárias ou preferenciais, ou somente de um tipo, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie ou classe, ou, ainda, criar novas classes de ações preferenciais mais favorecidas, inclusive resgatáveis, observado, quanto às ações preferenciais sem direito a voto ou com restrições neste sentido, o limite máximo previsto em lei de 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas, e desde que tal ato não prejudique os direitos das ações preferenciais de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas ou lucros.	Inalterado
Artigo 8º. As ações são indivisíveis perante a sociedade. § 1º. Cada ação ordinária dará direito a um voto na Assembleia Geral. § 2º. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6404/76. § 3º. As ações preferenciais adquirirão o direito de voto se a Companhia, por três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos mínimos a que fazem jus.	Inalterado
Artigo 9º. Ressalvado o disposto no Artigo 10, os acionistas terão o direito de preferência na subscrição de ações do capital autorizado, na proporção das ações que possuírem do capital já subscrito. O direito deverá ser exercido dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação da ata que houver autorizado a emissão ou de aviso especial.	Inalterado
Artigo 10. A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição sem que assista o direito de	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
preferência aos antigos acionistas, quando a colocação for feita através de venda em bolsa de valores ou subscrição pública; ou permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, na forma da Lei.	
Artigo 11. A Companhia poderá, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano previamente aprovado pela Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados e, ainda, a pessoas naturais que prestam serviços à Companhia ou a sociedades sob seu controle.	Inalterado
Artigo 12. A Companhia poderá suspender os serviços de conversão, desdobramento, agrupamento e transferência de ações pelo prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos, antes da realização da Assembleia Geral, ou por 90 (noventa) dias intercalados durante o ano.	Inalterado
IV - DA ASSEMBLEIA GERAL	
Artigo 13. As assembleias gerais são ordinárias e extraordinárias. A assembleia geral ordinária será realizada anualmente dentro dos primeiros quatro meses após o encerramento do exercício social e a assembleia geral extraordinária se realizará sempre que os interesses sociais o exigirem.	Inalterado
Artigo 14. As assembleias gerais serão convocadas, instaladas e presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na falta ou impedimento deste, pelo Vice-presidente, ou, ainda, na falta ou impedimento de ambos, por qualquer membro do Conselho de Administração, sendo secretariada por acionista escolhido na ocasião. Parágrafo único. A ata de assembleia será arquivada no órgão do Registro do Comércio e publicada na forma e prazos legais.	Inalterado
V - DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE	
Artigo 15. A administração da sociedade incumbe a um Conselho de Administração e a uma Diretoria, cujos membros serão eleitos para um mandato de dois anos, os Conselheiros, e um ano, os Diretores, podendo ser reeleitos. Parágrafo único. O prazo de gestão do Conselho de Administração e Diretoria se estende até a investidura dos novos administradores eleitos.	Inalterado
Artigo 16. Os eleitos tomarão posse mediante a lavratura de termo próprio no livro de atas de reuniões de cada órgão; em caso de reeleição os Conselheiros e Diretores serão empossados pelo próprio órgão que os reeleger, dispensadas quaisquer outras formalidades.	Inalterado
Artigo 17. Os membros do Conselho de Administração e Diretoria perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral. A verba será votada de forma anual e global, cabendo ao Conselho de Administração	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
proceder a sua distribuição por membro.	
<p>Artigo 18. Por proposição do Conselho de Administração e a critério da Assembleia Geral Ordinária, os diretores da Companhia poderão perceber ainda uma participação nos lucros da Sociedade que terá como limite superior, o menor dos seguintes valores: (a) 8% (oito por cento) dos lucros da sociedade; ou (b) o total da remuneração anual dos administradores, atualizada monetariamente.</p> <p>§ 1º. Cabe ao Conselho de Administração a distribuição individual da participação atribuída aos Diretores.</p> <p>§ 2º. Os Diretores somente farão jus à participação nos lucros do exercício social em relação ao qual for atribuído aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o artigo 38 do Estatuto Social.</p> <p>Do Conselho de Administração</p>	Inalterado
<p>Artigo 19. O Conselho de Administração será composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 9 (nove) membros, acionistas da Sociedade, pessoas naturais, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral.</p>	Inalterado
<p>Artigo 20. Os Conselheiros elegerão o Presidente e o Vice-presidente do Conselho de Administração, entre e pelos seus pares, por maioria de votos, na primeira reunião que se realizar após a posse.</p> <p>§ 1º. Nos casos de ausência ou impedimento temporário do Presidente, o cargo será exercido pelo Vice-presidente.</p> <p>§2º. Vagando o cargo de Presidente ou de Vice-presidente, estes serão substituídos nesta ordem: o Presidente pelo Vice-presidente, e este, por Conselheiro eleito pelos demais, que completará o mandato.</p> <p>§ 3º. Vagando, ao mesmo tempo, os cargos de Presidente e de Vice-presidente, ou ainda, a maioria dos cargos, será convocada Assembleia Geral para eleger os substitutos, que completarão o mandato dos substituídos.</p> <p>§ 4º. Vagando qualquer outro cargo que não previsto nos parágrafos 2º e 3º deste Artigo, o Conselho de Administração, por seus membros remanescentes, poderá eleger um substituto para completar o mandato do substituído.</p>	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
<p>Artigo 21. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.</p> <p>§ 1º. O Conselho de Administração será convocado pelo Presidente ou pelo Vice-presidente, ou, ainda, na ausência ou impedimento de ambos, por qualquer outro Conselheiro, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, com indicação de data, hora e pauta da reunião, acompanhada de proposta da Diretoria e de análise de viabilidade econômica, quando pertinente.</p> <p>§ 2º. Em caso de urgência justificada, a reunião poderá ser convocada e realizada sem observância do prazo mínimo antes referido.</p> <p>§ 3º. As reuniões serão instaladas com a maioria dos conselheiros e serão reputadas válidas as deliberações tomadas pela maioria dos membros do Conselho de Administração, sendo aceitos votos escritos antecipados, para efeito de quorum e deliberação; é vedado, porém, voto por delegação de poderes ou procuração. Caberá ao Presidente em exercício o voto de desempate.</p> <p>§ 4º. As deliberações do Conselho de Administração serão objeto de assentamento em atas que, produzindo efeito contra terceiros, serão arquivadas no Registro do Comércio e publicadas na forma e prazo da lei.</p>	<p>Inalterado</p>
<p>Artigo 22. Sem prejuízo da competência fixada em lei, competirá ao Conselho de Administração:</p> <p>a) Fixar a orientação geral dos negócios, planos, projetos e diretrizes econômico-financeiras, industriais e comerciais da Companhia;</p> <p>b) Analisar o orçamento econômico/financeiro e autorizar planos de investimentos e aquisições ou alienações de bens do ativo permanente a serem implementados pela Diretoria, estabelecendo o valor de alçada, a forma de financiamento e as garantias que poderão ser concedidas;</p> <p>c) Autorizar a Diretoria, estabelecendo o limite de alçada, a contrair empréstimos e financiamentos garantidos por bens móveis e imóveis da Sociedade através da constituição ou cessão de garantias reais, inclusive hipoteca e nomeação de bens a penhora em processo judicial, bem como prestar avais ou fianças em favor da Sociedade em operações relacionadas com os seus negócios e interesses e inclusive em favor de empresas controladoras, controladas, coligadas e ligadas;</p> <p>d) Autorizar a Diretoria a adquirir, ceder ou alienar direitos tecnológicos ou direitos de marcas, patentes ou de “know-how” de terceiros ou para terceiros;</p>	<p>Inalterado</p>

Redação Atual	Redação Proposta
<p>e) Autorizar a aquisição e alienação de quotas ou ações do capital social de outras empresas, que sejam ou venham a ser reputadas como investimento relevante na forma da lei, ou a constituição de subsidiária integral;</p> <p>f) Observado o limite do capital autorizado, deliberar sobre a emissão de novas ações e bônus de subscrição fixando preço e demais condições da emissão e autorizar a emissão de Notas Promissórias para subscrição pública - “Commercial Papers”;</p> <p>g) Apresentar à Assembleia Geral plano para outorga de opção de compra de ações, nos termos da Lei e deste Estatuto;</p> <p>h) Autorizar a aquisição de ações e debêntures emitidas pela Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria para posterior alienação, observadas as normas legais vigentes;</p> <p>i) Manifestar-se sobre qualquer proposta a ser encaminhada à Assembleia Geral e convocar a Assembleia Geral;</p> <p>j) Eleger e destituir diretores da sociedade, atribuir designações e fixar-lhes as atribuições, observando o que a respeito dispuserem os Estatutos;</p> <p>k) Deliberar sobre a abertura ou fechamento de filiais ou quaisquer outros estabelecimentos;</p> <p>l) Fiscalizar a gestão dos diretores e examinar, a qualquer tempo, livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer operações, contratadas ou em contratação;</p> <p>m) Manifestar-se sobre as demonstrações contábeis e relatórios da administração; disciplinar a política de atribuição e a distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores; e, efetuar proposta de distribuição do lucro líquido, nos termos deste Estatuto;</p> <p>n) Deliberar sobre o crédito e pagamento de juros sobre capital próprio;</p> <p>o) Escolher e destituir auditores independentes;</p> <p>p) Decidir os casos extraordinários emergentes dos negócios e da administração da sociedade que não estiverem regulados no Estatuto;</p> <p>q) Se mantido o Conselho de Administração, em caso de liquidação da sociedade, nomear o liquidante e fixar a sua remuneração, podendo também destituí-lo; e,</p> <p>r) Zelar pela observância e cumprimento pela Sociedade e seus diretores de Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.</p>	
Da Diretoria	
<p>Artigo 23. A Diretoria da sociedade será composta por no mínimo 2 (dois) membros e no máximo 9 (nove) membros, acionistas ou não, residentes no País, sendo um Diretor-presidente, um Diretor-superintendente e os demais sem designação específica, eleitos pelo</p>	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
Conselho de Administração.	
<p>Artigo 24. A Diretoria, observadas as normas deste Estatuto Social, bem como a orientação geral e a política traçada pelo Conselho de Administração, terá amplos e gerais poderes de administração de forma a exercer com plenitude a direção, a coordenação e o controle das atividades em geral, praticando todos os atos necessários ao seu efetivo funcionamento, bem como elaborar e propor os orçamentos anuais e setoriais, implementar os planos aprovados pelo Conselho de Administração e manter este informado a respeito de suas atividades e atos.</p>	Inalterado
<p>Artigo 25. É ainda da competência da Diretoria, que para isso fica investida de poderes para:</p> <p>a) Administração e representação geral da sociedade, ativa, passiva, judicial e extrajudicialmente;</p> <p>b) Autorizada pelo Conselho de Administração: (1) adquirir e alienar bens imóveis; (2) adquirir e alienar bens móveis do ativo permanente, cujo valor exceder ao limite fixado pelo Conselho de Administração; (3) contrair obrigações com instituições de direito público e privado, inclusive financeiros, desde que pertinentes ao objeto social e ao desenvolvimento normal das operações da sociedade, sempre que o valor exceder o limite fixado pelo Conselho de Administração; (4) onerar bens móveis e imóveis da sociedade através da constituição ou cessão de ônus reais de garantia, inclusive hipoteca e nomeação de bens a penhora em processo judicial, prestar aval ou fiança, em favor da Sociedade em operações relacionadas com o seu objeto social e também em favor de empresas controladoras, controladas, coligadas e ligadas em operações que excedam o limite fixado pelo Conselho de Administração;</p> <p>c) Confessar, renunciar, transigir ou acordar em qualquer direito ou obrigação da sociedade, desde que pertinente às suas operações sociais, dar e receber quitação;</p> <p>d) Nomear procuradores devendo especificar no mandato os atos e operações que poderão praticar e a duração deste, que no caso de ser judicial poderá ser por prazo indeterminado;</p> <p>e) Zelar pela observância e cumprimento de Acordo de Acionistas, arquivado na sede da Companhia.</p>	Inalterado
<p>Artigo 26. Exceto quanto aos atos de: (a) alienação ou hipoteca de bens imóveis; (b) constituição e cessão de direitos reais de garantia sobre bens móveis e imóveis, inclusive nomeação a penhora em processo judicial; (c) nomeação de procuradores; e (d) concessão de fianças e avais, para os quais sempre será requerida a assinatura de dois diretores, todos os demais atos de administração reputar-se-ão</p>	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
<p>válidos perante a sociedade e terceiros, obrigando a sociedade, mediante a assinatura de um diretor ou, no caso de contratação de empréstimos, emissão e aceite de títulos de crédito, de um diretor e um procurador, na forma do mandato conferido.</p>	
<p>Artigo 27. São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer diretor ou procurador que envolvam avais, fianças ou outras garantias, bem como quaisquer outros atos que obriguem a sociedade em negócios estranhos aos seus interesses e objeto social, salvo quando expressamente autorizados pelo Conselho de Administração.</p>	Inalterado
<p>Artigo 28. A Diretoria reunir-se-á quando convocada pelo Diretor Presidente, pelo Diretor Superintendente ou pelo Conselho de Administração. As reuniões serão realizadas com a maioria dos membros e presididas pelo Diretor-presidente ou pelo Diretor-superintendente. A cada diretor caberá um voto e as deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, possuindo o Diretor que presidir a reunião o voto de desempate. Das reuniões serão lavradas atas que, produzindo efeitos contra terceiros, serão levadas a registro e arquivamento no Registro de Comércio e publicadas no prazo e forma da lei.</p>	Inalterado
<p>Artigo 29. Em caso de ausência ou impedimento temporário, o Diretor-presidente será substituído pelo Diretor-superintendente. Na vacância do cargo de Diretor-presidente ou do Diretor-superintendente o Conselho de Administração reunir-se-á no prazo de 10 (dez) dias para eleger um substituto para completar o mandato do substituído. Em caso de ausência ou impedimento de um dos membros da Diretoria, o Conselho de Administração designará um diretor para acumular as atribuições do ausente ou impedido. Em caso de vacância, observado o mínimo legal, se entender necessário o Conselho de Administração promoverá a eleição de um substituto para cumprir o mandato do substituído.</p>	Inalterado
<p>VI - DO ACORDO DE ACIONISTAS</p>	
<p>Artigo 30. A sociedade observará os acordos de acionistas arquivados na sua sede, que tenham por objeto:</p> <p>a) o exercício do direito de voto nas Assembleias.</p> <p>b) a transferência de ações ou o exercício de preferência para adquiri-las.</p>	Inalterado
<p>Artigo 31. Caberá ao presidente da assembleia, a pedido de acionista interessado, declarar a ineficácia de voto proferido contra disposição de acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia, averbado nos livros de</p>	

Redação Atual	Redação Proposta
registro e nos certificados ou títulos múltiplos de ações, quando este estabelecer essa sanção para o descumprimento, ou assegurar a execução específica das obrigações assumidas.	
VII - DO CONSELHO FISCAL	
Artigo 32. O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.	Inalterado
Artigo 33. O Conselho Fiscal não terá caráter permanente e somente será instalado a pedido de acionistas que representem no mínimo 10% (dez por cento) das ações com direito a voto ou 5% (cinco por cento) das ações sem direito a voto, observado, ainda, o disposto na legislação aplicável.	Inalterado
Artigo 34. A Assembleia Geral que eleger o Conselho Fiscal fixará a sua remuneração, que não será inferior, para cada membro em exercício, a um décimo (0,1) da que em média for atribuída a cada diretor, não computada a participação nos lucros.	Inalterado
VIII - DO EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	
Artigo 35. O exercício social findará em 31 de dezembro de cada ano quando serão levantadas as demonstrações contábeis requeridas por Lei.	Inalterado
Parágrafo Único. A Sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar mensal, trimestral ou semestralmente demonstrações contábeis intercalares.	Inalterado
Artigo 36. O lucro líquido do exercício compreende o resultado do exercício após as compensações e deduções de: a) prejuízos acumulados, se houver; b) constituição de provisão para Imposto de Renda; c) participação nos lucros atribuída aos empregados, na forma disposta em Lei e em Acordo firmado com empregados; d) participação nos lucros atribuída aos administradores, observado o que a respeito dispõe o Artigo 18 do Estatuto Social.	Inalterado
Artigo 37. O Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária, proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, com observância dos dispositivos legais e deste Estatuto, a saber: a) Reserva Legal, em valor equivalente a 5% (cinco por cento) do lucro líquido, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social; b) Reserva de Contingência, quando caracterizadas as circunstâncias que a justifiquem, pelo montante julgado necessário através de estudos praticados pela Diretoria; c) Reserva de Lucros a Realizar, pelo montante a ser apurado conforme normas legais vigentes,	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
<p>quando os lucros a realizar, legalmente previstos, ultrapassarem o total deduzido nos termos das letras (a) e (b) anteriores;</p> <p>d) Dividendo mínimo obrigatório, nos termos do Artigo 38, seguinte;</p> <p>e) Reserva Geral de Lucros, com saldo que remanescer após as destinações supra mencionadas, destinada à manutenção do capital de giro, que não poderá exceder a 80% (oitenta por cento) do capital social.</p>	
<p>Artigo 38. Os acionistas têm direito a receber, em cada exercício, como dividendo mínimo obrigatório, a importância correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, sendo assegurado aos preferencialistas quantia adicional de forma que venham a receber dividendos 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos às ações ordinárias, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:</p> <p>a) Importância destinada à constituição de Reserva Legal (Artigo 37, letra a);</p> <p>b) Importância destinada à constituição de reserva de Contingência (Artigo 37, letra b), e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, quando deixarem de existir as razões que justificaram a constituição ou no exercício em que ocorrer a perda, respeitando o Artigo 203 da Lei 6404/76;</p> <p>c) Importância destinada à constituição de Reserva de Lucros a Realizar (Artigo 37, letra c) e reversão das mesmas reservas, quando os lucros que as constituíram tenham sido realizados no exercício, respeitado o Artigo 203 da Lei 6404/76.</p> <p>§ 1º. Salvo deliberação justificada em contrário da assembleia, o dividendo será pago no prazo de 30 (trinta) dias da data em que for declarado e, em qualquer caso, dentro do exercício social.</p> <p>§ 2º. Por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá creditar e pagar juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente, e imputá-los ao dividendo de que trata o "caput" deste artigo.</p>	Inalterado
<p>Artigo 39. Com base em demonstrações contábeis levantadas e a teor do Parágrafo Único do Artigo 35 deste Estatuto, o Conselho de Administração poderá declarar dividendo à conta do lucro apurado nessas demonstrações, observado o que a respeito dispõe o "caput" do Artigo 204 e seu § 1º da Lei 6404/76.</p> <p>Parágrafo único. Poderá, também, o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.</p>	Inalterado
<p>IX - DA DISSOLUÇÃO DA SOCIEDADE</p>	
<p>Artigo 40. A sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei. A teor do Artigo 22, letra (q) do Estatuto, mantido o Conselho de</p>	Inalterado

Redação Atual	Redação Proposta
Administração, a este incumbirá a nomeação do liquidante e fixar a sua remuneração; o Conselho Fiscal somente será instalado se for requerido por acionistas.	